

===== **ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, REALIZADA EM TRINTA DE DEZEMBRO DO ANO DOIS MIL E NOVE:** =====

===== *Aos trinta dias do mês de Dezembro do ano dois mil e nove, pelas dezassete horas, na Sala Polivalente da Biblioteca Municipal Ferreira de Castro, reuniu, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, sobre a Presidência do Excelentíssimo Senhor Dr. Jorge Manuel Freitas de Oliveira e Silva, Secretariado pelos Senhores Isabel Maria Fernandes Guimarães Ferreira de Vilhena – Primeira Secretária e António Luís da Fonseca e Grifo – Segundo Secretário e cuja Ordem de Trabalhos era a seguinte:* =====

===== **Ponto um:** *Votação da acta n.º 1;* =====

===== **Ponto dois:** *Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade e situação financeira do Município;* =====

===== **Ponto três:** *Adenda ao protocolo de colaboração celebrado com o Instituto de Apoio à Criança – Autorização;* =====

===== **Ponto quatro:** *Rescisão de protocolo celebrado com a Escola Secundária Ferreira de Castro e aprovação de minuta da adenda ao protocolo celebrado com a Cerciaz – Aprovação;* =====

===== **Ponto cinco:** *Protocolos de colaboração a celebrar com as Juntas de Freguesia do Município, para concretização das suas actividades, acções e objectivos de investimento incluídas no respectivo Plano Plurianual de Investimentos do ano 2010 – Autorização;* =====

===== **Ponto seis:** *Alteração do Regulamento do Cartão Jovem Municipal de Oliveira de Azeméis – Aprovação;* =====

===== **Ponto sete:** *Proposta de alteração do Revisor Oficial de Contas – Aprovação;* ==

===== **Ponto oito:** *Abrigo para peões na Rua do Mosteiro, freguesia de Cucujães – Aprovação;* =====

===== **Ponto nove:** *Proposta de colocação de sinalização vertical no entroncamento da Rua Manuel Alegria com a Rua Frei Caetano Brandão – Aprovação;* =====

===== **Ponto dez:** *Correcção da taxa de IMI sobre os prédios rústicos – Aprovação;* =====

===== **Ponto onze:** *Isenção total de impostos à empresa municipal “GEDAZ – Gestão de Equipamentos Desportivos de Azeméis, EEM” – Aprovação;* =====

===== **Ponto doze:** *Reforço/ aumento de capital da empresa municipal “GEDAZ – Gestão de Equipamentos Desportivos de Azeméis, EEM” – Participação em espécie;* =====

===== **Ponto treze:** *Empréstimo a curto prazo para o ano económico de 2010 – Autorização;* =====

===== **Ponto catorze:** *Aprovação do mapa de pessoal para 2010;* =====

===== **Ponto quinze:** *Orçamento e Grandes Opções do Plano/ 2010 – Aprovação;* =====

===== **Ponto dezasseis:** *Proposta de criação de Grupo de Trabalho para a Área da Saúde – Aprovação;* =====

===== **Ponto dezassete:** *Designação de três Membros da Assembleia Municipal para integrar a Comissão de Toponímia;* =====

===== **Ponto dezoito:** *Nomeação de representante da Assembleia Municipal no Conselho Municipal de Educação.* =====

===== ***Verificou-se a presença dos seguintes Membros da Assembleia Municipal:*** =====

===== **Do Partido Social Democrata (PSD):** *António Manuel da Costa Alves Rosa, António da Silva Xará, José Francisco Brandão de Oliveira, Ana Maria Ferreira Alves da Silva Neves, José Domingos Campos da Silva, Rui Filipe Fernandes Nunes, Paula Regina Fernandes Duarte de Oliveira Pinto, Francisco Borges de Almeida Alves, José Filipe da Silva Carvalho, Ana Luísa Gonçalves Regala de Mendonça Humphrey, Diamantino Melo de Almeida, José da Silva Santos, André Lourenço Pinheiro Ribeiro, Francisco de Jesus Jacinto, Américo de Almeida Carvalho, Manuel Rebelo da Costa, Ramiro Pereira Alves Rosa, José Alves da Silva, Miguel Mendes da Silva, José António de Pinho Santos, Carlos Manuel Pinho Silva, Ilídio Barbosa Lopes, Pedro Joaquim da Silva Ribeiro, Hugo Manuel Gomes Silva Pereira e António de Jesus Silva.* =====

===== **Do Partido Socialista (PS):** Manuel Francisco dos Santos Valente, Fernando Manuel Pais Ferreira, Helena Maria Dinis dos Santos, Fernando Ricardo Gomes Oliveira Bastos, José Ramos da Silva, Ana Lúcia Nunes de Sousa, Carlos Manuel Afonso de Bastos Oliveira, Manuel José Tavares Soares, Ana Raquel Simões Teixeira, Bruno Armando Aragão Henriques, José António Domingues Marques Lourenço, Cristina Maria Valente de Pinho, Rui Jorge da Silva Cabral, Armindo Fernandes Martins Nunes e Bernardo Amaro Moreira Simões.

===== **Do Partido Popular (CDS/PP):** Miguel Ângelo de Carvalho Santos Portela e João Carlos Amaral Osório Nunes Silva. =====

===== **Independente:** Rodrigo Moreira da Silva. =====

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início à Sessão declarando: =====

===== Boa tarde. Começo por pedir desculpa, porque a Assembleia Municipal estava marcada para as quatro horas e são cinco horas e dez minutos quando vai ter início, mas isto prendeu-se com a inauguração da segunda Unidade de Saúde Familiar no concelho de Oliveira de Azeméis, em que foram convidados o Presidente da Assembleia Municipal e o Presidente da Câmara Municipal. Uma cerimónia pública que estava agendada para o dia 28 e posteriormente alterada para o dia 30. Como sabem nestas situações as coisas demoram mais um bocadinho. Pelas dezasseis horas estava a ter a palavra o Senhor Presidente da Administração Regional de Saúde do Norte e como compreendem nós não íamos deixá-lo a meio da intervenção. Portanto, desde já as nossas desculpas. Como ainda não há novo regimento, vamo-nos cingir ao Regimento anterior, são cinco horas e doze minutos e o “Período de Antes da Ordem do Dia” tem a duração de uma hora, portanto pelas seis horas e um quarto damos por encerrado o “Período de Antes da Ordem do Dia”. Eu tenho uma proposta do Grupo Parlamentar do PSD, a propor a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento do Comendador Álvaro Figueiredo. =

===== O Grupo Parlamentar do PSD apresentou o seguinte voto de pesar: “O Grupo Parlamentar do PSD, vem propor a aprovação de um voto de pesar, que tem a ver com o falecimento do Comendador Álvaro Figueiredo.” =====

===== Colocado à votação o voto de pesar pelo falecimento do Senhor Comendador Álvaro Figueiredo, foi o mesmo aprovado por unanimidade. =====

===== Fez-se um minuto de silêncio. =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal continuou a sua intervenção:* =====

===== *Tenho aqui outra proposta do Grupo Parlamentar do PSD, que vem propor a aprovação de um voto de congratulação ao Sport Clube de Bustelo pela conquista da Super Taça do Distrito de Aveiro em Futebol.* =====

===== *O Grupo Parlamentar do PSD apresentou o seguinte voto de congratulação: “O Grupo Parlamentar do PSD, vem propor a aprovação de um voto de congratulação ao Sport Clube de Bustelo, pela conquista da Super Taça do Distrito de Aveiro em Futebol.”.* =====

===== *Colocado à votação o voto de congratulação ao Sport Clube de Bustelo pela conquista da Super Taça do Distrito de Aveiro em futebol, foi o mesmo aprovado por unanimidade.* =====

===== *O Senhor Presidente da Mesa deu início à Sessão.* =====

===== **PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” (ART.º 19º DO REGIMENTO)** =====

===== *No uso da palavra, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor Dr. Miguel Portela, do CDS/PP, que disse:* =====

===== *Muito boa tarde a todos. Antes de mais espero que toda a gente tenha tido um bom Natal, cheio de tudo o que precisavam e de tudo o que mais queriam. Eu ia começar este “Período de Antes da Ordem do Dia” por relembrar alguns aspectos, porque acho que a Autarquia se esqueceu das nossas solicitações no mandato anterior. Primeiro, acho que a Autarquia devia desenvolver esforços no sentido da instalação de uma Loja do Cidadão em Cucujães. Numa reunião tida com o nosso grupo de trabalho em Cucujães, realmente o Couto de Cucujães perdeu as Finanças, o Couto de Cucujães tem perto de quinze mil habitantes. Acho que é uma freguesia demasiadamente grande para não ter uma Loja do Cidadão, que os ajude a desenvolver as suas actividades e para não os obrigar a vir à sede do concelho resolver as situações. É uma proposta que eu deixo aqui. Queria que a Autarquia pensasse como poderia ajudar Cucujães a resolver esta situação, acho que era de todo um assunto que importava resolver. Noutra sentida também vai uma questão, que já foi colocada o ano passado mais do que uma vez, trata-se do Moinho do Meio. Já se falou, e muito bem, que este mandato é para resolver o saneamento e a água, as famílias continuam com a água inquinada pelos cursos de água que são contaminados e enviados pela cidade de Oliveira de Azeméis, ou seja, as águas residuais de Oliveira de Azeméis contaminaram-lhes os poços e tem uma conduta a quinhentos metros de distância das casas. São quinhentos metros, queria pedir a atenção do Executivo*

Camarário, pois são famílias contribuidoras que não sabem mais o que é que hão-de fazer. Acho que acima de tudo era uma questão de justiça social criarem a ligação dos quinhentos metros que faltam, porque aquela água já para tomar banho é perigosa quanto mais para consumir. E acabava a minha intervenção com a Rua Bento Landureza, em que já se anda a tentar passar por meio dos buracos, abriu uma cratera na estrada há pouco tempo, foram prometidas obras no elenco anterior, que continuam sem ser feitas, os carros começam a ser danificados e para além disso há uma situação que penso que se calhar não sabem, mas há uma obra devoluta com uma grua abandonada que com esta chuva e esta intempérie poderá causar danos caso haja algum problema mais forte em questões de tempo. Acho que era de intervir para prevenir algum problema mais grave. Muito obrigado pela atenção. =====

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Eng.º Filipe Carvalho, do PSD. =====

===== Boa tarde a todos. Mais um Natal passou, mais um Ano Novo se avizinha, o que gera movimento nas ruas e no comércio. A UAC e a Câmara Municipal, mais uma vez empenharam-se nesta quadra festiva, promovendo algumas iniciativas. Quem frequenta ou frequentou as ruas da nossa cidade, facilmente percebe que há algo diferente: no jardim público podemos visitar a Casa do Pai Natal, nas ruas oferecem brindes e guloseimas, as ruas estão sonorizadas, podemos patinar na pista de gelo instalada na Praça da Cidade, o que se tem verificado que é um grande sucesso, pois já teve mais de três mil participantes, aos quais devemos associar os curiosos e os acompanhantes. A iluminação de Natal, que este ano abrangeu mais algumas ruas, os concertos de Natal e de Reis são complementos. A Mostra de Árvores de Natal das Escolas do concelho, que já vai na sua 3.ª Edição, mais um sucesso. Estas iniciativas serão o complemento e fecho de tantas outras realizadas ao longo do ano, o que demonstra claramente a importância da UAC no desenvolvimento e apoio ao nosso comércio e na dinamização do centro urbano. Estamos certos que este tipo de projectos devem continuar a ser apoiados e principalmente acarinhados por todos, pois só assim podemos rasgar Novos Horizontes em prol de Oliveira de Azeméis. Obrigado. =====

===== Seguidamente, o Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Senhor Bernardo Amaro Simões, Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque. =====

===== Boa tarde a todos. Duas pequeninas notas, a primeira era para associar a freguesia de S. Roque ao voto de congratulação apresentado ao Sport Clube de Bustelo, na altura eu falei com o Presidente do Sport Clube de Bustelo a manifestar esta congratulação, já estamos habituados e já não começa a ser novidade nós ganharmos tudo, mas de qualquer forma associamo-nos com certeza a este voto de congratulação. A segunda nota, é um reparo ao Senhor Presidente da Câmara. Acho que as Juntas mereciam ter sido recebidas antes de

completar este Orçamento, acho que ficava bem e era de alguma forma um mimo que nos podia dar, mas não era só isso. Eu esperava mais, Senhor Presidente, palavra de honra que eu esperava mais e espero que isto não signifique menos compreensão pelas Juntas de Freguesia. Com certeza que mesmo o Plano de Actividades, algumas imperfeições, algumas imprecisões nós podíamos de certeza ter dado volta a isso. Depois disso, as Juntas receberam uma informação a dar conta que tinham sido aprovados € 10 (dez euros) para o Passeio dos Idosos. Sei que isto está bem-intencionado, sei que isto foi uma forma de criar alguma justiça, de reparar algumas injustiças que eventualmente vinham acontecendo com algumas freguesias. Eu sei que a fundamentação é que os passeios são uma alegria e então se for com tudo pago, com almoço nas Quintas, ainda é maior e se for ao Brasil ainda é melhor. Isto já não é para as Juntas é para as Câmaras. Este reparo não tem nada de partidário porque há bons exemplos e maus exemplos em muitas Juntas e em muitas Câmaras. Apetecia-me dar um bom exemplo, por exemplo Palmaz, que quando eu vi a reportagem de Palmaz dizia que foi organizado não por uma Junta de Freguesia mas pela Associação de Melhoramentos, onde dizia que aquilo foi uma festa, mas foi com patrocínios. Eu penso que a vocação da Juntas não deve ser esta, porque isto depois é suspeito. Nós por exemplo achamos que deve ser a Associação de Melhoramentos, ou a Comissão de Melhoramentos, ou mesmo os Lares de 3.ª Idade, acho que não devia ser organizado pelas Juntas de Freguesia. Acho que nós não devemos estarmo-nos a pronunciar sobre o que os outros fazem. De qualquer forma, Senhor Presidente, para mim e em relação a S. Roque, eu acho que não devíamos debitar os passeios. Nós até fizemos dois, mas acho que não devíamos debitar. Olhe, concentre nisto, faça as contas e nós queremos que nos ponha em saneamento tudo aquilo que se há-de gastar, porque as pessoas que querem passear até nem se importam de pagar, porque são passeios e as pessoas pagam. Olhe então um bom exemplo da maneira como nós fizemos, fizemos os passeios e ainda deixa lucro, uma maneira de falar, para pagar à Comissão Social, aos idosos que não podem, para pagar aos velhinhos que não podem, para pagar às crianças que não podem. Portanto, acho que isto não devia ser um encargo para as Juntas, porque é muito fácil às Juntas fazer um passeio e depois debitar à Câmara. Eu acho que isto era por aqui e era em gestos como este que a Câmara deveria poupar e as Juntas também, mas este é um reparo que só serve a quem serve. Boa tarde a todos e muito obrigado. =

===== Para dar resposta às intervenções anteriores o Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.

===== Muito obrigado, Senhor Presidente. Associar-me também à informação e ao pedido de desculpas que foi apresentado pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal relativamente ao atraso no início desta Assembleia Municipal, por razões que já foram aqui explicadas e permitam-me também dizer-vos que há atrasos que não são justificáveis e que há atrasos que até vêm por bem. Dizer-vos que o Senhor Presidente da Administração Regional de Saúde do Norte na sua intervenção deu excelentes notícias para Oliveira de Azeméis, para o

futuro de Oliveira de Azeméis na área da saúde. Evidentemente que não vou cometer a descortesia de as retransmitir aqui porque foi nas palavras dele, mas dizer-vos que é hoje um dia muito, mas mesmo muito, importante para a saúde de Oliveira de Azeméis depois das palavras que ouvimos por parte do Dr. Fernando Araújo, Presidente da Administração Regional de Saúde do Norte e por isso mesmo eu justificava este atraso pedindo desculpa, mas dizendo que valeu a pena. Quanto às questões que foram colocadas, relativamente ao Senhor Deputado Dr. Miguel Portela sobre a Loja do Cidadão em Cucujães e quanto ao encerramento das Finanças, como sabe o encerramento das Finanças não tem qualquer responsabilidade do Poder Local. Foi uma decisão superior e eu julgo que nós temos que nos preocupar e centrar nos problemas do futuro e não estarmos permanentemente arreigados às questões do passado. Foi encerrada, foi mal encerrada, na altura discutiu-se aqui muito essa matéria e agora sobre a utilização daquele espaço, sei que a Junta de Freguesia de Cucujães tem a intenção dotar aquele espaço de um equipamento de enorme importância, tal valorização da freguesia de Cucujães. E relativamente à sua sugestão sobre a Loja do Cidadão, permita-me que lhe diga que existe um compromisso por parte da Administração Central na implementação de uma Loja do Cidadão da 2.ª Geração em Oliveira de Azeméis. É um compromisso da então Secretária de Estado Maria Manuel Leitão Marque. Julgo que será a modernização administrativa, eu peço desculpa porque estas siglas agora mudaram, mas foi a Senhora Secretária de Estado que anunciou e que manifestou a vontade do Governo, do Governo anterior, em colocar em Oliveira de Azeméis essa mesma Loja do Cidadão de 2.ª Geração. E, portanto, julgo que nesta matéria temos que ir etapa a etapa e esta é uma pretensão também do Município e seguramente que se encontrarão outras funcionalidades para as ex-instalações da Repartição de Finanças de Cucujães, mas nesta matéria temos esta prioridade que é a implementação de uma Loja do Cidadão na sede do Concelho. Quanto à questão da Rua Bento Landureza, esta é uma matéria que já foi por duas vezes discutida em reunião do Executivo Camarário e permita-me que lhe diga que numa primeira reunião até estivemos a discutir uma proposta dos Senhores Vereadores do Partido Socialista, onde nessa mesma reunião eu próprio tive a oportunidade de apresentar um Plano de Alinhamentos para a rua e numa posterior reunião o Executivo já aprovou por unanimidade os pontos principais da rua, a questão dos passeios, dos aparcamentos e as indicações que nós temos é que o projecto estará pronto em início de 2010 e logo que o projecto esteja pronto eu posso-lhe garantir que a obra começa. Agora não podemos fazer a obra sem projecto. É uma preocupação muito grande, todos nós lá passamos e todos nós evidentemente que não queremos que essa situação aconteça. Aquela vala que falou, foi uma vala que foi criada pelas chuvas e que foi no primeiro dia útil, logo na primeira hora da manhã tapada pelos funcionários da Câmara e fui inclusive eu próprio que passei lá por coincidência e tive oportunidade de ligar à brigada que trata dessa matéria para fazer essa reposição e ela foi feita logo na manhã seguinte. Evidentemente que aquela é uma das grandes necessidades e prioridades e, portanto, queria aqui publicamente assumir que logo que o projecto esteja pronto, os procedimentos concursais serão lançados e a obra será feita. A questão da grua que

falou, também já foram feitas diligências junto dos proprietários. Estamos a falar de um prédio ou de um loteamento, de um licenciamento, que está aprovado mas que não está a ser implementado, como sabe muitas vezes por outras prioridades do investidor ou por dificuldades do próprio construtor. Aquela é uma situação que também nos preocupa a nós, basta passar lá e perceber que com estes intempéries e com estes ventos com mais de 100kms/hora pode acontecer alguma coisa e nós também já tivemos oportunidade de informar, tivemos de procurar saber quem é que era proprietário para serem tomadas medidas e, portanto, agradeço a sua preocupação. Estamos atentos e evidentemente que queremos resolver o problema, aqui é uma questão de prevenir e evitar que possa acontecer alguma tragédia. Relativamente à intervenção do Senhor Eng.º Filipe Carvalho sobre a questão do Natal e da animação de Natal, dizer-lhe que chegaram até nós também sinais de apreço e de simpatia pela programação de Natal que foi feita. Como sabe foi uma parceria da Câmara Municipal, o seu a seu dono, uma parceria da Câmara Municipal com a Associação Comercial de Oliveira de Azeméis e com a UAC. Mas deixe-me também dizer com toda a franqueza e com toda a frontalidade que nestas matérias por muito que se faça há sempre muito para fazer e que nunca vamos agradar a todos e seguramente que haverá comerciantes insatisfeitos. Isso não é um problema de Oliveira de Azeméis, infelizmente é um problema de todo o País, nas grandes cidades os comerciantes também se queixam. Oliveira de Azeméis não é uma ilha, mas dizer-lhes que da nossa parte tem sido feito um esforço significativo de dinamização e de activação do comércio tradicional, não por responsabilidade única e exclusiva da Câmara mas sempre em parceria. E obviamente que aqui e noutras situações temos que procurar os pareceres institucionais. E nós não podemos fazer animação de rua comerciante a comerciante, loja a loja, sector a sector. Quem é que representa os comerciantes? A Associação Comercial. Há uma estrutura de animação na cidade, que é a UAC e que foi criada, é com ela que trabalhamos. E, portanto, dizer-vos que essa parceria, repito, foi um sucesso. Mas o Senhor Deputado Eng.º Filipe Carvalho não estranhe e os Senhores Deputados não estranhem que existam comerciantes descontentes, aliás temos sido quase Assembleia Municipal sim, Assembleia Municipal sim, temos sido confrontados com essa situação, que é uma situação que compreendemos como é evidente, as pessoas aproveitam estes momentos para manifestar estes problemas, mas como lhe digo a Câmara Municipal não pode comerciante a comerciante resolver os problemas. Temos que encontrar os parceiros institucionais e é isso que temos feito, quer no comércio, quer noutras áreas, nomeadamente nas áreas empresariais com a Associação Empresarial do Concelho de Oliveira de Azeméis e quando estamos a tratar de problemas do calçado com a APICCAP e diversas outras instâncias. Quanto à questão que Senhor Amaro Simões colocou, com a sua forma simpática mas sempre acutilante, dizer-lhe que relativamente à questão das Juntas de Freguesia o Senhor Amaro Simões, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque, antecipou-se porque é uma matéria para discutir no ponto quinze e o Senhor Amaro Simões talvez percebendo que eu pudesse começar a minha intervenção no ponto quinze relativamente a essa matéria quis-se antecipar no “Período de Antes da Ordem do Dia”, eu registo mas se não se importa responder-

lhe-ei no ponto quinze e iniciarei a minha intervenção sobre o Plano e o Orçamento, é o ponto quinze, referindo-me concreta e objectivamente e directamente também aos Senhores Presidentes de Junta. Quanto à questão que falou da recente decisão do Executivo Municipal relativamente à participação da Câmara para os Passeios dos Idosos, dizer-lhe que foi uma proposta que foi aprovada por unanimidade no Executivo Camarário. Aliás, foi uma proposta, o seu a seu dono, foi uma proposta apresentada e defendida pelos Vereadores do Partido Socialista. Já tinha no passado, no Executivo anterior, foi feito o histórico relativamente a essa matéria, tinha havido uma proposta também, que tinha sido diferente e o entendimento e a resolução da Câmara tinha sido diferente. Aquilo que se entendeu fazer foi que esta participação não suscite nenhuma dúvida a nenhum Presidente de Junta, a nenhuma Associação, para que fique claro, os critérios claros e objectivos. A proposta foi até ao pormenor de até ao limite de, ou seja, para não haver depois ali possibilidades de interpretações várias e dúbias relativamente a essa matéria. Aquilo que foi defendido por todos foi a importância que estes encontros/ passeios das pessoas que estão na melhor idade, a importância que esses passeios e esses convívios têm para eles, ou seja, são momentos importantes quando eles saem da sua terra, quando têm oportunidade de ir conhecer outros sítios, de conviver e a Câmara Municipal dentro daquelas que são as suas possibilidades participar, porque foi no passado em algumas circunstâncias objecto de algumas desconfianças, no mínimo, pelo menos haviam algumas pessoas que desconfiavam desses apoios e desses passeios. E entendeu o Executivo que esses passeios eram momentos interessantes e importantes e, portanto, decidiu participá-los de forma clara e objectiva para que não subsistisse qualquer dúvida. Chegou até inclusive na discussão a falar-se na possibilidade de concessão de um subsídio, fizesse-se ou não passeio, fosse um subsídio para o desenvolvimento de actividades que tenham a ver com a terceira idade. Entendeu-se que neste caso devíamos ter uma atenção especial para quem tinha a iniciativa de fazer, porque há também nessa mesma proposta a possibilidade de participação em espécie, ou seja, de se poderem encontrar outros mecanismos de participação que não a contribuição monetária. Mas que não fique nenhuma dúvida nos Senhores Deputados sobre essa matéria, o objectivo foi clarificar para evitar que existissem dúvidas relativamente aos apoios concedidos pela Câmara aos Passeios dos Idosos. Muito obrigado, Senhor Presidente. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Senhora Dra. Ana Neves, do PSD. =====

===== Boa tarde. No pretérito dia 18 do corrente ano, foi inaugurado o Centro Cultural de Cucujães. Data essa, que ficará na história da freguesia e no coração de todos os Cucujanenses. Espera-se que seja um marco importante na dinâmica cultural de Cucujães, pois a cultura é cada vez mais um factor de humanização individual e colectivo e de crescimento social e económico. A cultura é, na área social, um inquestionável factor de desenvolvimento. O

Centro Cultural de Cucujães reveste um grande benefício público e há muito reivindicado pelos Cucujanenses. É um passo muito importante para o reconhecimento de Cucujães, como uma freguesia dinâmica, moderna e diversificada sob o ponto de vista da oferta cultural. Foi um sonho de um autarca realizado após uma luta contra tudo e contra todos, que depois da coragem do arranque da obra, muito lutou para a sua conclusão. Obrigado António Silva e ao seu Executivo. Por último, uma palavra de apreço à Câmara Municipal pelo apoio e colaboração que prestou. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor António Grifo, Segundo Secretário da Assembleia Municipal. =====

===== Vou continuar a falar do passado dia 18, mais um evento que ocorreu na nossa cidade e que reforçou os laços que nos mantém muito próximos de Timor Leste. Foi um evento que decorreu no Lar Pinto de Carvalho, inserido num magnífico espectáculo, onde se procedeu ao lançamento do livro “Contextos”, cujo projecto foi obra de uma nossa conterrânea a Prof.ª Elísia Ribeiro, professora essa que está desde 2008 em Timor Leste a leccionar ou como monitora da cadeira de Português através do Instituto de Camões, na Universidade de Díli. Nessa cidade, em conjunto com outros jovens, criou o CLIP, ou seja o Clube de Língua Portuguesa, que nasceu com a finalidade de cativar os Timorenses para a aprendizagem da Língua Portuguesa. Julgamos aqui salientar e ser de salientar, é um bom exemplo que foi conseguido por muitos Oliveirenses, a organização conseguiu congregiar muitíssimos Oliveirenses que através das suas instituições, associações, empresas e Câmara Municipal ficando enriquecida com a presença do Prémio Nobel da Paz, D. Ximenes Melo, o Senhor Embaixador de Portugal em Timor Leste, o Senhor Presidente da Câmara e do cantor Luís Represas e também da participação do grupo de bailarinos da Companhia Nacional de Dança Contemporânea e também de um grupo da Escola de Dança Ana Luísa Mendonça. Como Oliveirenses congratulamo-nos imenso com o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pela nossa conterrânea Elísia Ribeiro, que lá longe tem vindo a dignificar o nome de Portugal e o nome de Oliveira de Azeméis, lutando imenso para manter bem viva a Língua Portuguesa naquelas paragens. A ela o nosso muito obrigado e para todos um bom Ano. Muito obrigado. =

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. João Osório, do CDS/PP. =====

===== Muito boa tarde. De facto no dia 14 de Dezembro assinalou-se o segundo aniversário da Biblioteca Municipal Ferreira de Castro. Aqui a Sala Polivalente será a Casa da Democracia, onde estamos instaladas e também há que fazer balanços sobre esta Biblioteca. Em primeiro lugar, felicitar pelas inúmeras actividades e iniciativas que foram desenvolvidas, sabemos que existe cerca de dois mil e quinhentos leitores inscritos, é um equipamento

apreciável ou por outra é um bom equipamento, é uma BM3, que foi orçado no valor de cerca de três milhões de euros e queria dizer que este equipamento também merece ainda maior dinamização. Na óptica do CDS, é importante e gostaria de deixar aqui duas notas, dizer ao Senhor Presidente que não faz sentido um equipamento como este estar dois meios-dias encerrados ao público. É um equipamento que deve estar devolvido à população, ser devolvido à população e como sabemos às segundas de manhã e às quartas de manhã está encerrado. Para lhe dizer também que no ano corrente, e gostaria que também não se repetisse, esta Biblioteca esteve encerrada duas semanas em Agosto, precisamente na altura das Festas de La-Salette, que são as festas maiores do concelho, por onde passam dezenas de milhar de pessoas. Dizer também que nessa altura a Biblioteca Gulbenkian também esteve encerrada. Ora bom, o CDS solicita, congratula-se com as inúmeras iniciativas, mas penso que há mais e melhor a fazer por este excelente equipamento. É este o desejo do CDS porque como disse Harriot “A cultura é tudo aquilo que resta depois de esquecermos tudo o que que aprendemos” e para nós a cultura e a educação é o pilar fundamental da formação humana. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Hermínio Loureiro, Presidente da Câmara Municipal, para prestar os devidos esclarecimentos. =====

===== Permita-me que faça uma nota relativamente a uma das questões que o Dr. Miguel Portela colocou na primeira parte das intervenções e que eu não tive a oportunidade de responder e que se prendia com a questão colocada sobre o Moinho do Meio e as ligações que precisam de ser feitas. Dizer-lhe que essas ligações estão inscritas, nomeadamente todo o abastecimento na zona de Vilar, no Plano de Obras por Administração Directa, mas como sabe nós temos um desígnio, uma vontade e uma opção estratégica relativamente à questão da água e do saneamento, que passa por uma concessão, fruto das alterações legislativas que ocorreram recentemente, a possibilidade de optar por uma parceria público-privada também nesta matéria. Como sabe nós temos ainda uma percentagem significativa de rede que temos que construir, esse é um dos problemas estruturais do nosso concelho e eu acho que neste mandato tem que ser o nosso grande desafio. Dizer que nós no Plano, no Orçamento e no Plano de Obras por Administração Directa temos algumas obras inscritas, mas como sabe muitas das vezes há questões de ordem burocrática de que a obra estava ou não estava inscrita, tem implicações e poder-se ou não poder-se realizar, mas a opção do Município nessa matéria é pela concessão e dizer-lhe que quando tiver início esse processo é um processo que nunca mais parará e o concelho de Oliveira de Azeméis terá todo a oportunidade de ficar servido como merece e como já anseia há muitos anos, quer pela distribuição de água por onde ela não existe, quer também da rede de saneamento básico. Relativamente à intervenção da Senhora Deputada Ana Neves sobre a inauguração do Centro Cultural de Cucujães, dizer que foi uma obra levada a cabo pela Junta de Freguesia e que contou com o apoio financeiro, e não só, da Câmara Municipal,

porque como é evidente é uma obra importante e esta obra não se confina só a Cucujães, é um Centro Cultural que está seguramente à disposição do concelho de Oliveira de Azeméis. É uma obra de grande qualidade. Permita-me também já agora aproveitar esta oportunidade porque nós temos muitas vezes as tendências e a tentação para dizer mal daquilo que é feito por pessoas de Oliveira de Azeméis, eu nunca cometi essa indelicadeza mas infelizmente há muita gente que o faz, dizer que aquela obra foi projectada por um arquitecto de Oliveira de Azeméis, o Arqt.º Paulo Domingues e, portanto, nós devemos enaltecer este espírito empreendedor e a qualidade do trabalho desenvolvido também por um arquitecto de Oliveira de Azeméis. Quanto à intervenção do Senhor António Grifo, dizer-lhe que a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis decidiu participar também nessa iniciativa, que foi uma iniciativa da sociedade civil. Foi uma iniciativa com base no lançamento de um livro por uma Oliveirense que está neste momento a dar aulas em Timor e nós decidimos apoiar a edição desse mesmo livro, do livro “Contextos” e de alguma forma encorajar e incentivar a cidadã Eugénia Fonseca, que todos conhecem, que foi ela realmente a verdadeira responsável por toda aquela iniciativa, o que demonstra bem o papel que a sociedade civil pode ter nestas e em muitas outras situações. A Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis limitou-se a apoiar dentro daquelas que são as suas possibilidades e a disponibilizar os seus recursos humanos nas diversas vertentes para aquilo que a D. Eugénia Fonseca necessitasse. Julgo que foi um momento importante e marcante também numa perspectiva cultural no concelho de Oliveira de Azeméis, por ter a presença de pessoas como o Senhor D. Ximenes Belo. É sempre importante. E ao mesmo tempo dizer-lhes, porque julgo que também é gratificante para todos nós, que estas pessoas quando fazem as suas intervenções são palavras sentidas e não o dizem por acaso, referem sempre o bom espírito e o bom nome de Oliveira de Azeméis. E uma vez mais eu peço desculpa, é a segunda vez que eu o faço, é muito importante para nós quando algumas pessoas optam por uma cultura permanente de maledicência perceber que vêm pessoas de fora, pessoas com a relevância como por exemplo é o D. Ximenes Belo, reconhecer o trabalho que é feito em Oliveira de Azeméis. Quanto à intervenção sobre a Biblioteca Municipal, esta Biblioteca Municipal, esta BM3 é um desafio permanente, por muito que se faça há sempre muito por fazer e por muitas iniciativas que se faça há sempre muitas iniciativas para fazer, não há dúvida nenhuma. Agora dizer-lhe que o balanço que fazemos é francamente positivo, quer a nível de utentes, quer a nível de iniciativas da própria Biblioteca Municipal. Dizer-lhe também que entronca com o ponto catorze, os problemas que o Senhor Deputado João Osório aqui colocou, o ponto catorze é o mapa de pessoal e, portanto, é bom recordar esta intervenção para depois nós podermos também perceber aqui alguma coerência relativamente a estas matérias. Objectivamente o encerramento da Biblioteca naquelas partes tem muito a ver com o quadro da Biblioteca não estar preenchido. Para o quadro da biblioteca estar preenchido, como o IPLB fala, são precisos mais cinco funcionários na Biblioteca do que aqueles que existem e então aí garanto-lhe que a Biblioteca não fecha, nem à segunda, nem à quarta. Depois é preciso também algum tempo para se procederem a algumas limpezas e outras questões do ponto de vista da manutenção do próprio

edifício. O objectivo é ter a biblioteca sempre aberta. Agora, como sabe, há imposições na questão dos horários dos funcionários que trabalham na autarquia, o Dr. João Osório conhece bem essa matéria e sabe também que a opção deste Executivo é a de redução das horas extraordinárias, pode-me dizer que isso se resolve com as horas extraordinárias, pois é mas nós achamos que do ponto de vista da contenção e lá está quando nós muitas vezes falamos da despesa e do aumento da despesa é nestas pequenas coisas, é mais um funcionário ou é mais uma hora extra, ou mais um funcionário, mais uma hora extra, mais um equipamento que temos, mais isto, mais aquilo e depois lá dispara a despesa e depois chegamos à altura das contas e há “aqui-d’el-rei” que somos uns gastadores. Portanto, é preciso percebermos que isto tem tudo uma justificação, se me perguntar se eu queria a biblioteca aberta todos os dias, claro que queria. Se eu quero a biblioteca, eu ou qualquer pessoa do Executivo, ou qualquer pessoa que aqui está dentro da sala se quer a biblioteca aberta em Agosto, claro que queríamos. E, portanto, eu próprio já tive a oportunidade de ter uma conversa aqui com a Senhora Vereadora Dra. Gracinda Leal, que é a responsável por este Pelouro, já tive a oportunidade de lhe dizer que temos que programar o mês de Agosto de 2010 para evitar o encerramento que aconteceu em 2009, foi uma das primeiras conversas que nós tivemos ao encurtamento do período relativamente a essa matéria. O que é que vai acontecer? Teremos que usar de alguma estratégia de mobilidade do pessoal e do aproveitamento do pessoal. É certo que poderá acontecer depois é que algumas pessoas que estejam aqui a desempenhar essas funções não estejam tão bem preparadas como deviam estar ou como aquelas que cá estão. Mas o objectivo aqui é nós procurarmos resolver esse problema. Há ainda uma outra forma de o resolver, mas achamos que também não é a mais correcta, que é por exemplo reduzirmos o horário de funcionamento durante todo o ano e aí no equilíbrio das horas dos nossos funcionários podíamos se calhar estender mais um bocadinho. Eu registo a preocupação, é uma preocupação de todos e evidentemente que não é com gosto que isso acontece e, portanto, vamos trabalhar no sentido de evitar que essas situações aconteçam. Dizer que a dinamização da própria biblioteca é um desafio de todos, é um desafio permanente, isso eu garanto, cada ano que passe aumentando o nível de eventos e de utilização desta infra-estrutura a exigência vai ser muito maior, mas é para isso que cá estamos e contamos com todos. Muito obrigado, Senhor Presidente. =====

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Armindo Nunes, Presidente da Junta de Freguesia do Pinheiro da Bemposta.

===== Boa tarde. Eu pedia aos Serviços o favor de colocar na tela o mapa e pedia a todos os presentes o favor de o observarem para perceberem melhor aquilo que eu de seguida vou tratar. Estamos aqui a ver o mapa que abrange a zona de Palmaz até à zona de Albergaria-a-Velha, estamos a falar do IC2/A32. Para que nos situemos melhor, eu refiro que a EN1, Porto/Lisboa, é esta linha que aqui vejo, esta é a EN1. Aqui é Palmaz, aqui é Pinheiro da

Bemposta, aqui começa a Branca. A versão inicial, ou Solução 1, para o IC2 é esta, passa por Palmaz, deriva na zona do Alto da Serra para Alviães, Bolfeta, e vem fazer a intersecção com a EN1 atravessando portanto a Vila de Pinheiro da Bemposta neste ponto, a chamada Cova de Falcos, seguindo depois já para a freguesia da Branca atravessando diversos lugares, diversos lugares, eu reforço isto e daqui a pouco perceberão porquê, diversos lugares da freguesia da Branca como Carvalhais, Laginhas, Outeirinho, Albergaria-a-Nova. O estudo de impacto ambiental prevê naturalmente análise de várias alternativas e ponderou além desta Solução 1 duas alternativas. A primeira, Alternativa 5, que tinha esta grande alteração em relação ao trajecto inicial, essa alteração é esta: em Palmaz o IC2 desce até Alviães e daí percorrendo a encosta próxima já do cume da serra, prossegue para sul, para a freguesia da Branca, sempre percorrendo o cume da serra, passando naturalmente próximo na Branca de algumas habitações e derivando depois para a posição que vai ter o seu seguimento já na zona de Albergaria, na Senhora do Socorro, portanto em plena floresta. Uma outra alternativa que foi estudada e que foi ponderada nesse estudo é a Alternativa 5A, que em relação à Alternativa 5 que é esta, toda a nascente da Estrada Nacional 1, tem a particularidade de empurrar um bocadinho mais para nascente, portanto mais para o cume do monte da serra, da montanha o trajecto, fugindo aqui na zona do Alto da Serra e libertando da travessia Alviães, Curval, Barral e por aí adiante. Esta Alternativa 5-A foi aquela que o Estudo de Impacte Ambiental elegeu como a solução globalmente mais favorável. Colocada esta questão, portanto Oliveira de Azeméis, Albergaria-a-Velha, poente da Estrada 1, nascente da Estrada 1, eu vou-vos explicar o que se está a passar neste momento. Já na Assembleia Municipal fiz uma intervenção sobre este assunto, veiculando a posição da freguesia de Pinheiro da Bemposta e desta Assembleia, relativamente aos traçados então em discussão pública, apoiando definitivamente a Alternativa 5A, ou seja o traçado mais a nascente. E esta Assembleia já aprovou por unanimidade uma moção de apoio à Alternativa 5A. E ontem mesmo, em Assembleia de Freguesia, foi aprovado por unanimidade uma moção no mesmo sentido. De facto, qualquer das versões anteriores, especialmente a Solução 1, a que vem para poente, causaria sérios problemas à nossa população. Conheço a zona de intervenção do Trecho 3 na parte do território que nos diz respeito e analisei o Estudo de Impacte Ambiental colocado à discussão pública, considerando que é um trabalho que apresenta soluções, alternativas e conclusões profusamente documentadas. E confrontei as declarações e as informações que têm sido produzidas por uma Associação que se diz representativa da população da Branca e o conteúdo do Estudo de Impacte Ambiental e não tenho dúvidas em afirmar perante esta Assembleia que a forma como tem tentado influenciar tudo e todos são inadmissíveis e que o último episódio deste longo romance não é sério. Então vejamos: Começo por vos ler a parte que interessa de um esclarecimento do Ministério das Obras Publicas sobre este assunto, em 29 de Junho deste ano: "De acordo com a legislação em vigor a escolha do traçado para uma nova Auto-Estrada, tem de ser submetida a procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) com alternativas para que seja possível determinar a melhor opção do ponto de vista ambiental, económico e

social." "O Estudo Prévio, tal como foi apresentado em sede de AIA (Avaliação de Impacte Ambiental), continha duas soluções alternativas para a zona da Branca, tendo a Declaração de Impacte Ambiental (DIA) aprovado uma delas, em função do Parecer da Comissão de Avaliação (CA), que ponderou os impactes sociais, económicos e ambientais das duas alternativas." Eu acrescento que esta alternativa escolhida é a 5A. "Assim, em 30.12.2008, foi proferida pelo Senhor Secretário de Estado do Ambiente a Declaração de Impacte Ambiental que determina a escolha do traçado para a A32 nesta zona e que, de acordo com o regime geral de AIA (Avaliação de Impacte Ambiental), tem carácter vinculativo". O Estudo de Impacte Ambiental conclui que a Alternativa 5 à Solução 1 do trecho 3 representa uma diminuição na extensão total do lanço da ordem de duzentos e dez metros e surgiu para afastar o traçado das zonas urbanas no concelho de Albergaria-a-Velha e de Oliveira de Azeméis. O traçado mais favorável para a componente solos e a Solução 1 + Alternativa 5 + Alternativa 5A, estou a ler-vos conclusões do Estudo de Impacte Ambiental. O traçado mais favorável para a componente ambiente sonoro, tendo em conta o número de pessoas afectadas é a Solução 1 + Alternativa 5 + Alternativa 5A. A conjugação mais favorável de traçados na componente social é a Solução 1 + Alternativa 5 + Alternativa 5A. As Alternativas 5 e 5-A não implicam nenhuma demolição. A conjugação mais favorável de traçados em termos de planeamento e gestão do território é a Solução 1 + Alternativa 5. A conjugação mais favorável de traçados para o trecho 3 em termos de ocupação do solo é a Solução 1 + Alternativa 5. Não foram identificados impactes no património nem na freguesia da Branca, nem no Pinheiro da Bemposta. - A conclusão final do Estudo na ANÁLISE COMPARATIVA DE IMPACTES e peremptória: **O TRAÇADO GLOBAL MAIS FAVORÁVEL É A SOLUCAO 1 + ALTERNATIVA 5A.** O Relatório justifica ainda que "as Alternativas 5 e 5A surgem na sequência de se ter verificado em campo, que o território onde se desenvolve a Solução 1 entre a zona da Branca e a Zona do Curval no Pinheiro da Bemposta se encontrava muito ocupada e que o efeito barreira nas localidades iria constituir um impacte significativo". Refere ainda que a Alternativa 5 representa uma redução na extensão total do lanço da ordem dos duzentos e dez metros e surgiu para afastar o traçado das zonas urbanas nos concelhos de Albergaria-a-Velha e de Oliveira de Azeméis. Uma observação seria dos traçados estudados conduz-nos inequivocamente à conclusão de que a Alternativa 5A, consegue evitar o atravessamento de aglomerados populacionais, prevenindo a derivação do traçado para poente, em zona de floresta já próximo de Albergaria-a-Velha. Apesar destas evidências técnicas resultantes do Estudo, foi criado na freguesia da Branca um grupo de pressão, com fortes apoios políticos, que lhe abriram as portas de todas as instâncias de poder, desde a Câmara Municipal aos Grupos Parlamentares e ao Governo e até ao Bispo de Aveiro, opondo-se ao traçado aprovado, numa imensa operação de influências políticas. Dizendo representar o povo da Branca, este grupo de pressão falta à verdade, porque ignora que a parte poente da freguesia também tem gente e que esta população não quer a Solução 1, porque vai dividir os diversos lugares que atravessa. Esta população rejeita a Solução 1 e já o fez saber às Entidades competentes, através de um abaixo-assinado/contestação com mais de mil

assinaturas, mas que não teve o mesmo eco das iniciativas do grupo de pressão, porque lhes faltam as portas abertas dos centros de poder. Realizado o concurso da obra e vendo goradas os seus intentos, a Associação vem agora tentar subverter todo o processo, permitindo substituir-se aos estudos técnicos realizados e propondo, sem qualquer suporte técnico, a introdução de uma designada Alternativa 5B, que mais não é do que voltar à Solução 1 com uma irrelevante alteração na parte inicial do troço, por outras palavras, voltar à estaca zero e empurrar a travessia para a nossa freguesia. Pedia novamente a vossa atenção para o mapa, o que esta poderosa associação pretende agora para voltar com o processo à estaca zero é esta grande novidade: em vez de se fazer por aqui, ou por aqui na Alternativa 5A, eles resolvem o problema mantendo tudo na mesma, mas fazendo a derivação ali na zona a seguir a Palmaz, na Quinta do Barral e vindo fazer a intersecção com a EN1 exactamente no mesmo sítio em que a Solução 1 o fazia. Portanto, isto é uma pura habilidade e é isto que não é sério. Apoiaremos sempre os nossos vizinhos da Branca na defesa dos seus legítimos interesses, mas não permitiremos que prejudiquem o interesse colectivo das nossas gentes, para benefício particular de alguns, que se servem da política partidária para levar por diante as suas pretensões. A freguesia de Pinheiro da Bemposta, já dividida longitudinalmente pela EN1, seria uma vez mais retalhada, agora por uma via de circulação rápida no sentido transversal, isolando zonas edificadas, dividindo a freguesia em quatro cantos, ferindo irreversivelmente a nossa coesão territorial. A Alternativa 5B iria ainda atravessar a zona das Escolas, onde está instalado o Centro Educativo do Curval, recentemente inaugurado. O povo do Pinheiro da Bemposta não aceita que os traçados previstos na Alternativa 5A, já aprovados pelos órgãos de decisão competentes, sejam alterados. Com a firme convicção de que a opção tomada pelos órgãos competentes é, de facto, a melhor solução e consciente também de que o povo de Pinheiro da Bemposta está a lutar contra interesses ocultos, com força para abrir todas as portas, desde o Bispo de Aveiro até ao Primeiro-Ministro e passando para todos os Grupos Parlamentares, venho aqui expor-vos a preocupação e a angústia do povo do Pinheiro da Bemposta, pedindo o vosso apoio, a vossa solidariedade, para as lutas que vamos travar, em defesa da nossa freguesia e do nosso concelho. Muito obrigado. Aproveito para vos desejar um óptimo ano 2010. Obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Ramiro Rosa, Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira de Azeméis. =====

===== Boa noite a todos. Eu estou cá pelo facto de ontem na nossa Assembleia de Freguesia me ter comprometido a pôr um problema que certamente estou convicto que o Senhor Presidente da Câmara o irá atender o mais breve possível, estou convicto de que vai atender. Como todos sabem no Cruzeiro, um pedaço da Rua do Cruzeiro, precisamente que vai do Cruzeiro à Aldeia Nova, ou ali perto, que o piso está num estado lastimoso. Era essa parte aí que eu pretendia que a Câmara fizesse o favor de fazer alguma intervenção, porque é uma zona onde passam diariamente milhares de pessoas. Outra situação, é uma situação que começa ali

na entrada da Rua 5 de Janeiro e que vai em direcção a Passos, ou seja, aquele pequenino troço que vai da Rua 5 de Janeiro à passagem de nível. Isto porquê? Porque foram feitas obras na Lactogal, no final das obras meteram tapete de Passos para cima e aquele pedaço que terá mais ou menos cem ou cento e cinquenta metros, se calhar nem isso tem, ficou completamente esburacado devido a toda a movimentação de camiões ali. Portanto, eu agradecia, depois poderei fazer isso por ofício, que fizessem o favor de tentar minimizar essas duas partes das ruas. Aproveitava também para desejar a todos os presentes um ano 2010 com tudo de bom, dentro do possível, porque certamente para alguns não será assim tão bom como isso, mas de qualquer das formas vale a boa intenção. Para todos continuação de Boas Festas e um Bom Ano 2010. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor António Silva, Presidente da Junta de Freguesia da Vila de Cucujães. =====

===== Subo a esta tribuna para propor à Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis um voto de congratulação pela condecoração da Irmã Conceição Laranjeiro com o Grau de Comendador da Ordem da Instrução Pública, recebida das mãos de Sua Exa. o Presidente da República Prof. Dr. Aníbal Cavaco Silva, no passado dia 21 de Novembro, durante a visita que efectuou à Região de Entre o Douro e Vouga, no âmbito da “I Jornada do Roteiro das Comunidades Locais Inovadoras”. A Ordem da Instrução Pública visa reconhecer personalidades e instituições que se distinguiram enquanto agentes inovadores, ao longo das suas vidas e no exercício das suas actividades. A Irmã Conceição Laranjeiro integra a Comunidade das Filhas da Caridade de S. Vicente de Paulo, instalada na Fundação Condessa de Penha Longa, em Cucujães, conhecida ainda por muitos pelo Asilo da Gandarinha. Foi aí que em Maio de 1971 iniciou a sua actividade na freguesia de Cucujães como Filha da Caridade, tendo ainda prestado serviço como Enfermeira na Unidade de Saúde de Cucujães, entre 1976 e 2000. Demonstrando a sua grandeza de alma, a Irmã Conceição disse durante esse acto que “As Filhas da Caridade de S. Vicente de Paulo não nasceram para fazer discursos nem para receberem homenagens, mas sim para servir os pobres e as comunidades onde estão inseridas, no que lhes seja útil”. A condecoração visou pois reconhecer o trabalho da homenageada, de uma vida dedicada ao serviço dos pobres, no apoio aos mais desfavorecidos, aos doentes e aos idosos, na evangelização e no trabalho formativo de várias gerações de jovens, inculcando-lhes os valores de uma verdadeira cidadania. Pela sua atitude, pela sua força, pela sua determinação, factores a que não devem ser alheios a sua ligação a Deus a Irmã Conceição mereceu justa e reconhecidamente esta homenagem do Presidente da República que ainda lhe reconheceu a sua visão estratégica, a sua capacidade empreendedora e o seu testemunho de amor aos outros. É nesse sentido e por toda uma vida de dedicação aos outros que proponho a esta Assembleia um voto de congratulação para a Irmã Conceição Laranjeiro. Muito obrigado. =====

=====
Colocado à votação o voto de congratulação à Irmã Conceição Laranjeiro, pela sua condecoração com o Grau de Comendadora da Ordem da Instrução Pública, como reconhecimento pelo trabalho desenvolvido no apoio aos mais desfavorecidos, foi o mesmo aprovado por unanimidade.
=====

=====
Para dar resposta às intervenções anteriores o Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.

=====
Relativamente às questões colocadas pelo Senhor Armindo Nunes, sobre o traçado da A32, permitam-me que vos dê, porque foi compromisso assumido na reunião de 22 de Dezembro de 2009, este assunto foi profusamente discutido durante, eu ia dizer horas, eu julgo que durou mais do que uma hora em reunião de Executivo e onde inclusive os Vereadores do Partido Socialista tinham uma proposta, uma Moção para aprovar em reunião de Executivo. Entendeu, durante essa discussão, o Executivo que essa moção a ser aprovada teria muito mais força sendo aprovada em sede de Assembleia Municipal do que no Executivo Camarário, tendo em conta a participação de mais uma força partidária e a presença dos Senhores Presidentes de Junta também neste Órgão Assembleia Municipal. Eu próprio assumi o compromisso de independentemente algum Membro da Assembleia Municipal hoje no “Período de Antes da Ordem do Dia” falar sobre a matéria, se isso não acontecesse, eu próprio introduziria o tema para podermos aqui tomar uma posição em termos de Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis. O Senhor Armindo fez um relato exaustivo, correcto e factual. É importante que isto seja referido e também nós estamos todos a falar de uma questão que tem tido muito empolamento na comunicação social, mas que do ponto de vista oficial nada tem existido. Passo a explicar: eu também leio jornais, vejo televisão e tal como o Senhor Armindo foi desperto para este problema, se calhar até com mais proximidade o Senhor Armindo porque está ali ao lado, nós fomos vendo umas coisas, uns carros, não era uma caravana, mas um protesto, uma marcha automóvel que até depois parou em frente à Direcção de Estradas de Aveiro, veio uma senhora simpática, deve ter ficado impressionada com o número de carros e acenou, disse adeus e disse mais umas coisas, que depois foram muito, muito, muito badaladas na comunicação social, mas oficialmente a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis sobre essa matéria nunca recebeu nada. Importa aqui também referir que, e permita-me que acrescente, Senhor Armindo, à sua exposição e à sua intervenção, introduzir uma outra situação que só por esquecimento é que seguramente não a referiu, porque fez um relato histórico muito pormenorizado, que se prende com uma reunião com o Senhor Primeiro-Ministro ainda do Governo anterior, que por acaso é o mesmo agora e o Secretário Estado do Governo anterior das Obras Públicas, que por acaso é o mesmo do actual Governo e numa reunião em Aveiro em que o Senhor Primeiro-Ministro convidou simpaticamente todos os Senhores Presidentes de Câmara para um jantar, onde todos os Senhores Presidentes de Câmara tiveram direito a falar e a apresentar um problema, uma preocupação, aquilo que lhe tirava o sono no seu concelho e que o Governo podia resolver. O

Senhor Presidente da Câmara de Albergaria-a-Velha utilizou esta questão do traçado da A32, nomeadamente na freguesia da Branca. O Senhor Secretário de Estado presente, o Senhor Secretário de Estado Dr. Paulo Campos presente na reunião e depois a pedido de algumas assessorias e com o traçado, com os mapas que o Senhor Armindo aqui projectou e outros, fez um risco a lápis, como imaginam fazer um risco a lápis num jantar, numa carta topográfica, a gente não sabe bem onde é que passa o risco, mas fez um risco e disse: “e então se fosse assim?” E o “e se fosse assim”, diz “pois, se calhar, vamos ver, talvez”, aquelas coisas todas de ficar sempre tudo muito no ar. “Então faça-se lá o risco”, ele fez o risco, “estude-se a questão do risco”. Esse risco é aquela questão que o Senhor Armindo colocou a dizer “olha agora passa daqui para ali”, todos viram o que o Senhor Armindo fez com a bolinha vermelha em linha recta, aquilo tem uma onda ali no meio, eu já vi esse risco também. E esse risco foi depois pedido para a Câmara de Albergaria-a-Velha, para a Câmara de Oliveira de Azeméis, para depois estudar o risco, etc., mas o risco não passa disto. “Cautelas e caldos de galinha acho que são muito importantes nestas matérias”. Importa aqui também acrescentar que há um desmentido público factual das Estradas de Portugal, publicado no Jornal de Notícias do dia 02 de Dezembro e passo a citar: “No seguimento da notícia publicada na edição de ontem com o título “Traçado da A32 vai ser reavaliado em Janeiro”, Estradas de Portugal esclarece que “é falso que tenha garantido ao Presidente da Câmara de Albergaria-a-Velha que iria trabalhar num traçado alternativo”. Isto é factual, as Estradas de Portugal diz isto. Porquê? Se repararem, sobre esta matéria, não tem havido nenhuma declaração pública de nenhum responsável, nenhum Secretário de Estado, nenhum Dirigente máximo das Estradas de Portugal. Tem havido muito ruído na comunicação social sobre esta matéria, é verdade o que o Senhor diz, tem-se falado muito sobre a matéria, mas em concreto nós depois não recebemos nada. Até porque, Senhor Deputado Armindo Nunes, a ser feita esta situação evidentemente que a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis seria contactada, tem que também dar parecer, não se chega aqui e não se entra pelos nossos terrenos adentro sem nos perguntar a opinião. E mais, teria que ser feito também, como o Senhor muito bem explicou, uma avaliação de impacte ambiental também a essa alteração. Ora bem, nós estamos no plano de uma concessão. Fazer uma coisa destas num tempo destes e havendo interessados na concessão, não me parece que isto seja possível. Dizer-lhe que eu próprio contactei as Estradas de Portugal, a Secretaria de Estado das Obras Públicas e a Secretaria de Estado do Ambiente e falei ao telefone com estas três instâncias e já pedi também, porque senti e inclusive na sequência da reunião do Executivo, senti que isto estava a causar alguma perturbação, solicitei formalmente reuniões de trabalho ao Secretário de Estado das Obras Públicas, ao Secretário de Estado do Ambiente e às Estradas de Portugal para, não com a qualidade com que o Senhor Armindo aqui apresentou, mas para tentar pegar na sua intervenção e agora dizer “olhe e agora?” Eu quase que adivincho qual é a resposta que me vão dar, porque ao telefone também já me foram dizendo alguma coisa relativamente a essa matéria. Mas como há este compromisso assumido pelo Executivo de trazer aqui o assunto à Assembleia Municipal, eu julgo que nós até ao final da Assembleia Municipal,

se estivessem todos de acordo, até ao final da Assembleia Municipal e porque o Senhor Armindo apresentou aqui um trabalho extraordinário, podíamos procurar fazer um texto, uma moção, há aqui uma base da moção que foi apresentada pelos Senhores Vereadores do Partido Socialista e que nós discutimos em reunião de Câmara e daí transformarmos isso de uma mais posição da Assembleia Municipal, porque nós já tomamos uma posição, a Assembleia Municipal já tomou uma posição, o Executivo Camarário já tomou uma posição sobre esta matéria, mas como o Senhor Armindo diz eu não quero que haja aqui dúvidas relativamente a esta questão. A pretensão da Branca é a pretensão da Branca, é justa ou não é justa é um problema deles, é uma questão deles, eles estão a defender os interesses da Branca, essa é uma matéria deles desde que, como é evidente, não nos entre no nosso território, porque a partir do momento que nos entra no nosso território nós temos que emitir a nossa opinião e evidentemente que já ficou aqui clara qual é que é a nossa opinião sobre esta matéria. Entretanto, porque eu também não gosto que fique nada por dizer, também tivemos conhecimento que na Assembleia da República o Grupo Parlamentar do PSD, que por acaso é o meu Partido, apresentou um Projecto de Resolução, ou seja, há-de ser discutido um dia, há-de ser votado sei lá quando, está aqui o Deputado Francisco Valente que sabe muito bem como é que são os Projectos de Resolução e sabe muito bem o valor que tem os Projectos de Resolução até sendo aprovados. Mas pronto, apresentaram. Quero-lhe dizer que não me incomoda rigorosamente nada, nem me atrapalha, porque no caso acho que não há dúvidas nenhuma que entre optar aquilo que é uma posição oficial do Partido, ou dos Directores dos Partidos, ou optar pela defesa dos interesses de Oliveira de Azeméis, acho que ninguém tem dúvidas de que lado é que nós estaremos. Queria que ficasse também tranquilo o Senhor Armindo, foi cuidadoso, não falou nessa matéria, conhece seguramente também essa matéria, agradeço-lhe a sua intervenção, mas dizer-lhe também que da nossa parte pode ter a certeza absoluta que não há nenhum problema, nem sentimos qualquer constrangimento do ponto de vista daquele que é o nosso posicionamento político sobre esta matéria. Se tivessem de acordo, durante a Assembleia Municipal, porque eu julgo que isto é uma coisa que é comum a todas as forças políticas aqui presentes, durante a Assembleia Municipal íamos trabalhando e o Senhor Armindo podia se calhar ser o redactor desse documento, até porque com base em muito daquilo que disse, que pudesse depois a Assembleia Municipal aqui aprovar e enviá-lo às instâncias próprias. Porquê? Porque quando essa reunião nos for concedida, que já foi pedida, quando essa reunião nos for concedida, é mais um instrumento, um documento que levamos, “olhe isto é também uma posição que foi discutida já na Assembleia Municipal, está aqui”, uma vez mais na Assembleia Municipal e se calhar também levar as outras que foram aprovadas no mandato anterior, relativamente a esta questão. O Senhor Armindo diz e muito bem, que nunca na avaliação de impacte ambiental que foi feita em todos os estudos, ou seja, demorou imenso tempo a fazer estes estudos, você nunca viu em lado nenhum o 5B e agora aparece uma coisa 5B e eu digo-lhe que essa onda 5B é uma onda que nasceu dessa conversa, desse risco a lápiz e que na Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis foi desenhada e foi colocada essa onda lá em plantas e em mapas, que na Câmara de

Albergaria-a-Velha também foi, ou seja, foi numa conversa informal “e por aqui?”, mas ouça sem perceber o sítio, se tinha que deitar casas abaixo, se não tinha que deitar casas abaixo, se o terreno era com muitas elevações, com poucas elevações, que cotas, etc., está a perceber? A mim até já me falaram, não sei se é verdade ou se é mentira, que uma das soluções que anda a ser falada era um viaduto com mais de seiscentos metros, portanto, um viaduto com mais de seiscentos metros. Eu sinceramente tenho dúvidas, fazer um viaduto com seiscentos metros não estou a ver a ser aprovado do ponto de vista do impacte ambiental, fazendo a avaliação do impacte ambiental todos sabemos qual é o resultado nessa matéria. Queria-lhe dizer que nisto julgo que podemos aqui encontrar uma solução consensual e que reforça aquela que será a posição da Câmara Municipal nas instâncias próprias. Desculpem eu ter-me alongado um pouco nisto, mas acho que era importante esclarecer esta matéria. Quanto à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Oliveira de Azeméis, o Senhor Ramiro Rosa, dar-lhe duas explicações: a Rua do Cruzeiro já foi pedido um orçamento para ser reparada, a rua não está em condições e já agora dizer-lhes que foi pedida e já fui informado também na reunião do Executivo Camarário, estão aqui os Senhores Vereadores, o Senhor Vereador Eng.º Joaquim Jorge que seguramente se recordará, foi também pedido no mesmo dia orçamento para a Rua S. Mamede em Madail e para a rotunda da empresa Álvaro Figueiredo, que também está em estado lastimoso e que com esta chuva está para quem lá passa horrível. Evidentemente que agora nesta altura também é impossível fazer a reparação, não há ninguém que a faça, porque estar lá a meter qualquer massa asfáltica é deitar dinheiro fora, porque a água encarrega-se de a tirar. Quanto àquela questão que falou da Lactogal, está-se a referir próximo da linha caminho-de-ferro? Quanto à questão do caminho-de-ferro, essa intervenção como sabe estão pendentes uma série de intervenções em diversas freguesias e eu estou a ver os Presidentes de Junta de diversas freguesias onde passa a linha do comboio a acenar com a cabeça, e porquê? É mais uma situação complicada que temos aí pela frente, já foi pedida uma reunião à REFER, já foi marcada para o dia 14 de Janeiro, onde eu vou querer discutir com a REFER todas as questões que estão ainda pendentes, em que algumas já não estão pendentes, algumas já foram objecto de protocolo que até já foi aprovado por nós aqui na Assembleia Municipal, eu também fazia parte da Assembleia Municipal e também aprovei, foi aprovado por unanimidade e são algumas situações muito delicadas e muito complicadas e que agora vamos precisar de voltar a sentarmo-nos à mesa com a REFER. Tem havido abertura, tem havido abertura por parte da REFER para nos sentarmos. Aquela seria uma intervenção que também estaria prevista aquando da mexida na linha e repare que eu estou a dizer-lhe mexida na linha, não lhe estou a dizer mais do que mexida na linha, porque se eu dissesse aqui mais do que mexida na linha amanhã o Senhor Ramiro já tinha uma manifestação à porta da Junta e não vale a pena porque também não há razões para isso, mas dizer que a intervenção ali foi retardada porque ia haver uma intervenção na linha e ia provocar alterações na estrada. Portanto, dizer-lhe que até 14 de Janeiro aquela situação não vai ser reparada de acordo com aquelas que forem as orientações vindas da reunião com a REFER no dia 14 e seguramente aí vamos ter que ponderar o que é que

lhe vamos fazer e dizer-lhe que se for caso de ser necessário fazer uma intervenção ela será feita, porque a estrada não está em condições de bom fluxo de tráfego. Só uma última nota, só de rodapé, evidentemente que ficamos satisfeitos pela Assembleia Municipal ter aprovado aqui um voto de congratulação pela condecoração à Senhora Comendadora Irmã Conceição Laranjeiro e evidentemente que ficou todo o concelho satisfeito por ver mais uma figura ilustre deste concelho ver o seu trabalho reconhecido pela mais alta instância o Senhor Presidente da República. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Senhora Dra. Helena Santos, do PS. =====

===== Boa tarde. Queria começar por agradecer e retribuir os votos de boas festas e de feliz ano novo e de desejá-lo a todos os presentes. Aliás já no final da última reunião esses votos ficaram dados a todos os presentes, são mais ou menos os que estavam aqui. Mas, muito brevemente falar de uma situação que me entrou pela casa dentro durante o período de Natal e que se prende com cinco árvores de Natal que vieram dos elementos da Câmara. Quando surgiu a primeira, devo dizer que até achei interessante e não questionei sobre este postal de Natal, mas depois quando começaram a surgir mais um, mais um e mais um, isso já me inquietou e levantou-me questões que eu gostava então de colocar. Isto porque o hábito dos postais de Natal efectivamente até remeteu a minha memória para algum tempo da minha infância e adolescência em que era habitual em família, nesta época, escolher postais de Natal que nós procurávamos que fossem mais ou menos dirigidos às pessoas que nos eram mais queridas e que eram personalizados. Esse hábito foi-se perdendo um pouco e efectivamente hoje as mensagens de Natal decorrem mais por emails, por mensagens de telemóvel e eu devo dizer que eu envio e recebi dezenas de mensagens, sobretudo por estas formas mais modernas, digamos, e que me foram até bastante gratas porque me reconheceram características, portanto são bem personalizadas e elevam sempre a minha auto-estima e a da minha família. Em relação a isto, realmente é um papel grosso, um papel caro, com algum trabalho manual. Eu admito hoje em dia receber postais da UNICEF, porque revertem a favor doutras causas que são as das crianças e humanitárias; também admito trabalhos que sejam feitos por crianças em escolas. Efectivamente este não sei, a questão que se me colocou mais foi quando um dos meus filhos, porque as árvores andaram lá em casa ao pé de outros trabalhos que eu todos os Natais costumo exhibir em casa, que estão guardados numa caixa e depois coloco-os lá e que são os trabalhos que os meus filhos foram fazendo ao longo dos anos nos ATL's e nas escolas primárias e que naturalmente eu guardo com carinho e que no Natal tem uma significância maior. Tanto as arvorezinhas de Natal lá andaram até que um dos meus filhos me perguntou "que árvores são aquelas, mãe? Quem é que as fez?" E eu tive que responder "Não sei.". É essa questão que eu gostava de colocar à Câmara: qual é o significado destas árvores, quem é que fez estas árvores? E assim dar cumprimento à minha curiosidade, saber que destinos lhes

vou dar, se eles vão para o papelão ou se eu vou guardar na minha caixa de recordações e também dar cumprimento ao art.º 17.º dos Direitos da Criança, que para mim é fundamental e está sempre presente. Muito obrigada. =====

===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi concedido o uso da palavra ao Senhor Dr. Rui Nunes, do PSD. =====

===== Boa tarde a todos. Eu sou novo nestas andanças, como tal terei algumas limitações e porventura algumas falhas que se porventura se vierem a detectar, antecipadamente peço as minhas desculpas. Obviamente que em duas sessões anteriores, há duas palavras aqui que exaltam e que as transportei comigo para minha casa. Sou Oliveirense, sou cidadão, sou português, faço parte de uma comunidade hoje da União Europeia e obviamente que preocupo-me com os problemas que todos nós nos preocupamos, independentemente do quadrante político que possamos abraçar. Uma das palavras foi a da insensibilidade, a outra foi a da responsabilidade. Há dias por mera curiosidade e também por dever de informação, fazendo uma leitura num diário eu deparo-me com uma notícia que tem a ver com o seguinte: “Câmara de Oliveira de Azeméis vai implementar Plano Anti-Corrupção”. Ora bem, este plano anti-corrupção e este esboço, ou esta notícia tal e qual como ela vem veiculada, não surge por acaso. Este Executivo tem pouco mais de dois meses de exercício e eu quando vejo esta notícia falando na Câmara em sentido amplo, eu digo “afinal estamos a jogar em casa e temos um interesse comum”. O interesse comum de facto é nós lutarmos e conseguirmos que a nossa actividade seja não só exercida com responsabilidade e não com insensibilidade mas com sensibilidade e também de forma transparente, de sorte a poder ser fiscalizada, tutelada por quem de direito. Depois de ler a notícia, tive curiosidade de fazer pesquisas e ao fazer essas pesquisas, depois de ler esta notícia, a notícia é curta quanto à aprovação do plano, só diz que o Presidente da Câmara de Oliveira de Azeméis, Hermínio Loureiro, anunciou a realização do Plano da Prevenção de Risco de Corrupção a entrar em vigor na autarquia e esta promessa fica feita para concretização até ao dia 31 deste ano. Atenção, isto significa o cumprimento integral e por antecipação uma tentativa esforçada da Câmara em não só dar cumprimento ao que a própria Lei, que é uma Lei de 04 de Setembro de 2008, a Lei 54/2008, que é uma Lei que visa combater a corrupção e infracções conexas tendo por base um Órgão Tutelador e esse Órgão Tutelador é o Tribunal de Contas e é criado um Conselho que mais não é do que o Conselho que vai supervisionar a actividade das instituições públicas e de instituições administrativas, neste caso das próprias Câmaras. Ora bem, esta notícia de alguma forma diz-nos que há neste momento uma preocupação, preocupação essa que vai para além do exercer o poder pelo poder e porque penso eu, tal como a notícia está veiculada é subscrita por todo o Executivo. Nós temos de facto um Executivo em sintonia, ou seja, quando a Câmara se propõe a elaborar o plano que irá ter tutela do Tribunal de Contas, irá ser objecto de um relatório anual que tem que ser apresentado anualmente junto do próprio Tribunal de Contas, sujeito a fiscalização, indicia que as pessoas

que estão neste Executivo estão de peito aberto de forma a exercer o mandato que lhe foi conferido de um forma aberta, isenta, imparcial, isto resulta do próprio espírito da Lei. Eu não quero ser enfadonho, tenho formação jurídica, tenho aqui a Lei à minha frente, podia-vos dizer os princípios que estão na génese da elaboração do diploma, que é: o princípio da igualdade, da imparcialidade, enfim, são situações que surgem no nosso País, surgem na Administração Central a reboque daquilo que acontece na Europa na qual nós estamos inseridos. Há comentários sobre isto que dizem que se não fosse a corrupção em Portugal nós neste momento estaríamos ao nível de uma Finlândia e, portanto, foi com algum misto de surpresa, com um período de vigência de mandato tão curto que fui surpreendido por esta notícia. Nesta conformidade e, portanto, não pretendendo ser exaustivo e se algum lapso cometi, pelo facto não posso deixar de me penitenciar, eu queria antecipadamente deixar a todo o Executivo os meus mais respeitosos cumprimentos, endereçar-lhes os meus parabéns por esta medida, porque de facto a imparcialidade e o sentimento do cumprimento de toda a obrigação é de facto um sintoma evidente de que este Executivo está aqui por bem e com toda a segurança disposto a colaborar pelo engrandecimento da cidade de Oliveira de Azeméis e para o bem-estar de todos os Oliveirenses. O meu muito obrigado e desejo a todos um bom Ano de 2010. =====

===== Para dar resposta às intervenções anteriores o Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.

===== Vou ser muito rápido, Senhor Presidente, muito obrigado, é para dar os esclarecimentos e para fazer aqui algumas referências. Quanto à questão que foi colocada pela Dra. Helena Santos, eu só tenho que em nome do Executivo Camarário lhe pedir desculpa pelo excesso de simpatia dos Senhores Vereadores em ter enviado um postal de Boas Festas. Sabe que essa é uma matéria em que também não há consenso. A Senhora Deputada manda SMS. Olhe eu não mando SMS a ninguém. Até já agora deixe-me dizer-lhe isto, julgo que não cometo nenhuma inconfidência, até na reunião de Câmara isso foi falado e mesmo na reunião de Câmara ninguém se entendeu relativamente a essa matéria, dizer que “eu nunca prescindirei dos postais”, “eu nunca mandarei um SMS”, não era eu, vários Membros do Executivo. É evidente que devemos ter cuidado com tudo aquilo que provoque despesa, mas também aqui nós Câmara Municipal, Executivo Municipal, soubemos encontrar as melhores soluções sem onerar muito os cofres do Município e uma vez mais lhe digo que foi um excesso de simpatia, não leve a mal, mas seguramente que para o ano os Senhores Vereadores terão em atenção essa matéria e seguramente que a Senhora Dra. não vai voltar a falar dessa questão. Foram feitos pelo Gabinete de Comunicação e Imagem, tem verba cabimentada, está orçamentado, são apresentadas propostas por parte dos criativos, são aprovados, mandam-se fazer, mandam-se imprimir, pagam-se, depois enviam-se pelos correios. É o processo normal, aliás como a Senhora seguramente também recebeu de muitas outras instituições, muitos postais. Mas também aí se calhar não pode ter a oportunidade de perguntar porque é que mandam os postais,

mas aqui teve e eu cá estou para esclarecer. Quanto à questão do Plano Anti-Corrupção, que importa dar aqui algumas informações. Eu dei conhecimento na reunião do Executivo de 22 de Dezembro, aos Senhores Vereadores da intenção de cumprir a recomendação que foi feita, ou seja, há uma recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção para que os Municípios até ao dia 31 de Dezembro de 2009 enviem a diversas entidades o seu Plano Anti-Corrupção. Dizer-lhes que nós encontramos já muito trabalho feito relativamente a essa matéria, ou seja, o Executivo anterior tinha solicitado em Outubro de 2009 a todos os Serviços, através de um inquérito interno, um levantamento, o que cada serviço entendia como risco de corrupção no seu serviço e as respostas chegaram até ao dia 30 de Outubro na Câmara Municipal. Este é um serviço que foi e está a ser coordenado como a própria Lei indica e o Dr. Rui Nunes falou nessa matéria, pelos Gabinetes de Auditoria das Câmaras Municipais e aqui em Oliveira de Azeméis também é o Gabinete de Auditoria que faz esse controle. Dizer-lhes que é um plano preventivo e, portanto, a intenção de o concretizar não foi por nenhuma desconfiança, nem por nenhum sinal, foi seguindo essa mesma recomendação e como a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis tem estado na primeira linha naquilo que diz respeito à modernização administrativa, quer seja no SIADAP, quer seja na implementação do POCAL e de muitas outras situações, também aqui a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis foi das primeiras a apresentar a todas as instituições este mesmo documento. Documento esse, ou plano esse, que vai agora ser apreciado pelo Tribunal de Contas, pela Inspeção Geral de Finanças, pela IGAL, pelo Ministério das Finanças, pela Presidência do Conselho de Ministros e pelo Conselho de Prevenção da Corrupção, ou seja, todas estas instituições, estas seis instituições, já têm na posse aquele que é o nosso plano para fazerem uma primeira análise e evidentemente também que esse plano, queria aqui dar-vos essa nota, será também discutido em sede do Executivo e será depois posteriormente apresentado à Assembleia Municipal, logo que ele tenha recolhido todos os pareceres e todas as informações por parte dessas instâncias. Repito, é sempre e nesta perspectiva mesmo tendo em conta as questões éticas que aqui foram faladas, tendo em conta sempre a perspectiva preventiva, mas também procurando identificar aquelas situações que são possíveis e passíveis de maior risco. E, portanto, dizer que houve o envolvimento e a colaboração de todos os Serviços da Câmara Municipal e no próprio projecto de plano estão essas mesmas sugestões identificadas caso a caso, serviço da Câmara a serviço da Câmara. É um trabalho muito pormenorizado e que vai, já agora Senhor Presidente permita-me que dê esta informação, vai obrigar a uma maior quantidade de informação, maior fluxo de informação pelos relatórios que vão ter que ser feitos e pelo relatório que depois anualmente terá que ser feito e dado conhecimento às respectivas autoridades, mas foi evidentemente aproveitando o trabalho que já tinha sido iniciado pelo Executivo anterior e nós só o apressamos no sentido de cumprir a recomendação. Muito obrigado, Senhor Presidente. =====

===== Após todas as intervenções e esclarecimentos dados, o Senhor Presidente da Mesa deu como terminado o “Período de Antes da Ordem do Dia”. =====

===== **PERÍODO DA ORDEM DO DIA (ART.º 20º DO REGIMENTO)** =====

===== Seguindo os trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, deu início ao Período da Ordem do Dia. =====

===== **Ponto um:** *Votação da acta n.º 1.* =====

===== *Presente para aprovação a acta n.º 1 da Primeira Reunião da Assembleia Municipal, realizada em 31 de Outubro de 2009.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número um à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a acta n.º 1 da Primeira Reunião da Assembleia Municipal, realizada em 31 de Outubro de 2009.* =====

===== **Ponto dois:** *Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade e situação financeira do Município.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentado um “dossier” exaustivo dando a conhecer todas as actividades realizadas pela Câmara Municipal, assim como a situação financeira do Município.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Foi distribuída aos Senhores Membros da Assembleia Municipal, aliás como é hábito e como obrigação legal, o dossier com informação sobre as actividades desenvolvidas pela Câmara entre o mês de Setembro e o mês Dezembro, pela qual estamos evidentemente e naturalmente ao dispor para qualquer esclarecimento que entenderem necessário.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *A Assembleia Municipal tomou conhecimento da referida informação.* =====

===== **Ponto três:** *Adenda ao protocolo de colaboração celebrado com o Instituto de Apoio à Criança – Autorização.* =====

=====
 ===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - Em 19 de Junho de 2009, foi celebrado Protocolo de colaboração entre o Município de Oliveira de Azeméis e o Instituto de Apoio à Criança, que tem por objecto a colaboração institucional, com vista ao apoio e acompanhamento técnico no Centro Lúdico de Oliveira de Azeméis e formação dos técnicos afectos ao mesmo; - É intenção dos outorgantes, alterar o teor da cláusula segunda e terceira do mesmo, propõe-se que: - Seja aprovada a minuta da Adenda ao Protocolo de Colaboração a celebrar com o Instituto de Apoio à Criança, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas; - Se submeta a presente proposta à Assembleia Municipal para efeitos do determinado na alínea m) do nº 2 do art. 53º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro na redacção dada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro.”* =====

=====
 ===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

=====
 ===== *O ponto número três é uma adenda ao protocolo, aliás este protocolo já foi aqui discutido e aprovado na Assembleia Municipal pelo Executivo anterior e são alteradas as cláusulas segunda e terceira do referido protocolo, que foi celebrado com o Instituto de Apoio à Criança. Havia a necessidade de só fazer esta pequeníssima correcção e simples correcção, mas estas matérias obrigam a vir à Assembleia Municipal e, portanto, cá estão.* =====

=====
 ===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

=====
 ===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número três à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a adenda ao protocolo de colaboração celebrado com o Instituto de Apoio à Criança.* =====

=====
 ===== **Ponto quatro:** *Rescisão de protocolo celebrado com a Escola Secundária Ferreira de Castro e aprovação de minuta da adenda ao protocolo celebrado com a Cerciaz – Aprovação.* =====

=====
 ===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que foi celebrado protocolo de colaboração com a Escola Secundária Ferreira de Castro, para fornecimento de refeições aos alunos do Jardim de Infância de Lações, Bairro Social, por impossibilidade de neste ser instalado um refeitório escolar; o qual vigorou durante o ano lectivo de 2008/2009 e no início do presente ano lectivo; - Os constrangimentos actuais, decorrentes das obras em curso na Escola Secundária Ferreira de Castro, e a dificuldade em transportar as crianças do Jardim de Infância, fundamentalmente nos dias invernosos; - Que a CERCIAZ se disponibilizou a fornecer este serviço, alargando o fornecimento de refeições escolares já implementado, para os alunos da EBI nº2 de Oliveira de Azeméis. Propõe-se: - a*

rescisão do citado protocolo, celebrado com a Escola Secundária Ferreira de Castro (N.º86/06), pelos fundamentos expostos; - a aprovação de minuta da adenda ao protocolo celebrado com a Cerciaz (N.º118/07) para fornecimento de refeições escolares aos alunos do 1º ciclo, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *O protocolo é também auto-explicativo, ou seja, tem a ver com as obras que estão a decorrer na Escola Secundária Ferreira de Castro, que estavam a trabalhar no fornecimento das refeições para os alunos do Jardim-de-Infância de Lações. Como estão em obras, a questão aqui é de passar a ser feito pela CERCIAZ, aliás como já implementado para os alunos da Escola Básica n.º 2 de Oliveira de Azeméis. É uma adenda ao protocolo celebrado com a CERCIAZ sobre esta matéria.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número quatro à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a rescisão do protocolo celebrado com a Escola Secundária Ferreira de Castro e autorizar a adenda ao protocolo celebrado com a Cerciaz.* =====

===== **Ponto cinco:** *Protocolos de colaboração a celebrar com as Juntas de Freguesia do Município, para concretização das suas actividades, acções e objectivos de investimento incluídas no respectivo Plano Plurianual de Investimentos do ano 2010 – Autorização.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “- Considerando as atribuições estabelecidas para as freguesias, através do artigo 14.º da Lei 159/99, de 14 de Setembro; - Considerando que a descentralização administrativa assegura a concretização do princípio da subsidiariedade, devendo as atribuições e competências ser exercidas pelo nível de administração melhor colocado para as prosseguir com racionalidade, eficácia e proximidade aos cidadãos; - Considerando que as receitas de que dispõem as freguesias são reduzidas, e não satisfazem as necessidades das populações, no âmbito das atribuições e competências que lhe estão adstritas; - Considerando ainda o estabelecido na alínea b) n.º 6 do artigo 64º, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se: A aprovação das minutas de protocolo, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, a celebrar com as Freguesias do Município, documentos estes que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas, remetendo-se à Assembleia Municipal para efeitos*

do estabelecido no nº 1, al. q) do artigo 53º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Senhor Presidente, é o protocolo de colaboração financeira que visa neste caso concreto a colaboração do Município no apoio à concretização das actividades, das acções e dos objectivos que estão incluídos no Plano Plurianual de Investimentos. Eu sei que este é um daqueles pontos que os Senhores Presidentes de Junta gostavam que viessem a todas as Sessões da Assembleia Municipal, mas não podem vir a todas. Não é que nós não quiséssemos. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número cinco à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração dos protocolos de colaboração com as Juntas de Freguesia do Município, para concretização das suas actividades, acções e objectivos de investimento incluídas no respectivo Plano Plurianual de Investimentos do ano 2010. =====

===== **Ponto seis:** Alteração do Regulamento do Cartão Jovem Municipal de Oliveira de Azeméis – Aprovação. =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - A Câmara Municipal, em reunião de 21 de Setembro de 2009, deliberou aprovar a proposta de alteração ao “Regulamento do Cartão Jovem Municipal de Oliveira de Azeméis”; - Atenta a audiência dos interessados, foi o mesmo enviado para publicação no Boletim Municipal; - Constatou-se que, após conferência dos prazos, foram cumpridos os normativos legais sobre audiência dos interessados; Em face do exposto, propõe-se que: - A Câmara Municipal delibere dar a sua anuência ao presente Regulamento, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, bem como submetê-lo à Assembleia Municipal para devida aprovação; - Se determine a posterior publicação no Boletim Municipal - Este Regulamento substitua e tome sem efeito todas as outras normas e regulamentos aprovados para o efeito.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== *É uma simples alteração, mas que tem a ver com a necessidade tendo em conta os novos equipamentos que temos e, portanto, a precisão da inscrição desses novos equipamentos nos protocolos e, portanto, temos que proceder a essa alteração no regulamento.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se a inscrição do Senhor Dr. Miguel Portela.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Miguel Portela, do CDS/PP, que disse:* =====

===== *Acho que é muito importante este cartão. Estive a ler com cuidado a introdução que foi feita. Refere-se várias vezes aqui a promoção do comércio tradicional, acho que se devia reequacionar este cartão, que já de si é muito bom, mas tentar arranjar maneira de tanto para os comerciantes como para os jovens, tentar criar uma maior interacção, porque se calhar se formos a ver os inscritos para usufruir do cartão ou os próprios comerciantes que aderem ao cartão. Se calhar a utilização não está a ser a melhor. Acho que é de aprovar, é um bom instrumento, uma boa ferramenta, se calhar convinha pensarmos um bocadinho sobre isto para optimizarmos a sua utilização.* =====

===== *Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar mais esclarecimentos à Assembleia Municipal.* =====

===== *Fica a sugestão, evidentemente que aquilo que nós queremos é que também haja aqui uma interactividade entre os portadores do Cartão Jovem e o próprio Comércio Tradicional e não só a utilização do Cartão Jovem, que neste caso é o Cartão Jovem Municipal porque ele é feito em parceria com o Instituto Português da Juventude. Há muita gente que recorre ao Cartão Jovem para ter benefícios de questões de índole nacional e de outras questões de referência. Aquilo que nós queremos, e por isso é foi feito esta parceria há muito tempo, é que também sirva de incentivo e motivação ao jovem para utilizar o comércio tradicional e isso passa também pela necessária dinamização do próprio comércio. Agradeço a sugestão.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número seis à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a alteração ao referido regulamento.*

===== **Ponto sete:** *Proposta de alteração do Revisor Oficial de Contas – Aprovação.* ==

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Na sequência da comunicação da empresa António Anjos, F. Brandão propondo a substituição do Revisor Oficial*

de Contas e depois de analisadas todas as implicações de tal alteração (I/78535/2009), documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, submete-se à aprovação para posterior envio ao órgão deliberativo, nos termos da lei.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Trata-se da substituição do Revisor, é da mesma Sociedade. Foi-nos solicitado que assim procedesse, é uma simples alteração do revisor sendo a sociedade a mesma. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número sete à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta de alteração do Revisor Oficial de Contas. =====

*===== **Ponto oito:** Abrigo para peões na Rua do Mosteiro, freguesia de Cucujães – Aprovação. =====*

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: Que a paragem de veículos de transporte colectivo de passageiros existente na Rua do Mosteiro e que serve os alunos da Escola EB1 de Faria de Baixo da freguesia de Cucujães, é efectuada junto do posto de abastecimento de combustível, levantando problemas ao nível de segurança rodoviária, propõe-se: A aprovação pelo Órgão Executivo da presente proposta, ao abrigo e nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do art.º 53º e da alínea a) do n.º 7 do art. 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e alínea o) do n.º 1 do art.º 13º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro. Que esta solução seja de carácter provisório de melhoria dos níveis de segurança rodoviária e conforto dos peões que aguardam pelo transporte colectivo de passageiros e enquanto não for possível implementar uma solução que satisfaça os critérios desejados: que seja colocado um abrigo para peões com 2 metros de comprimento por 1,30 metros de largura no local indicado em planta, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, bem como serem implementadas duas marcas rodoviárias M11 nos lugares indicados também na planta. Devem ainda ser implantados os seguintes sinais verticais de trânsito: um sinal H20 (paragem de veículo de transporte colectivo de passageiros) e quatro sinais H7 (passagem para peões). Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto. Nas zonas das marcas M11 (passagem para peões) deve ser respeitado o Decreto-Lei 163/2006 de 8 de Agosto, no que

diz respeito ao rebaixamento dos passeios de acesso, bem como serem respeitadas as indicações da planta.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Senhor Presidente, se me der autorização eu pedia ao Senhor Vice-Presidente Dr. Ricardo Tavares que pudesse fazer a apresentação. Chamo só a atenção que estamos a proceder a uma alteração provisória e temporária e que foi solicitada também pelos pais. =====

===== O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou a palavra ao Senhor Vice-Presidente Dr. Ricardo Tavares. =====

===== Muito boa tarde a todos. Conforme consta da proposta, trata-se de um pedido da Associação de Pais da Escola EBI de Faria de Baixo, em Cucujães, em virtude das crianças aguardarem pelos autocarros junto a um posto de abastecimento de combustível. Nós apresentamos um abrigo, uma solução para esta situação, que é a colocação de um abrigo provisório no único espaço disponível e mais próximo da escola EBI de Faria de Baixo. É uma situação provisória cuja solução definitiva passará ou pelo alargamento da estrada onde este abrigo está colocado, isto é junto ali não sei se conhecem a entrada de Cucujães onde depois se corta para Faria e para a passagem de nível, há uma casa amarela que é propriedade da Câmara Municipal que também poderá passar também, quando houver o arranjo urbanístico desse espaço, pela colocação do abrigo nesse local. Como disse aqui o Senhor Presidente, este é o único espaço disponível onde se pode fazer um abrigo para peões naquela área e mais próximo da escola. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número oito à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

*===== **Ponto nove:** Proposta de colocação de sinalização vertical no entroncamento da Rua Manuel Alegria com a Rua Frei Caetano Brandão – Aprovação. =====*

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: 1. O tráfego intenso que circula na Rua Manuel Alegria é obrigado a dar prioridade ao trânsito da Rua Frei Caetano Brandão; 2. Os semáforos existentes que regulavam o trânsito neste entroncamento não estão a funcionar; 3. Existe sinalização pintada no pavimento informando da aproximação de estrada com prioridade que não tem força de Lei, devendo

existir sinal vertical para esse propósito, propõe-se que: A autarquia providencie um sinal vertical de aproximação de estrada com prioridade que regule o trânsito neste local”. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== A proposta é explicativa, já agora dar-vos esta informação, foi uma proposta apresentada pelos Vereadores do PS em sede de reunião do Executivo. Foi aprovada por unanimidade, tem que vir também à Assembleia Municipal. Julgo que todos perceberam qual é a razão deste sinal, sendo certo que também está previsto para os próximos tempos uma intervenção mais profunda em toda aquela zona, mas enquanto isso não acontece é importante acautelar com a presença deste sinal, até porque é um local com algum risco de sinistralidade.

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do Senhor Ricardo Bastos. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Ricardo Bastos, do PS. =====

===== Este sinal não nos suscita qualquer dúvida e naturalmente que vai ter o nosso acordo. Leva-nos é a uma outra reflexão, que é a existência ou não de outros que eventualmente possam não estar na forma legal e como tal não produzam o efeito de força de Lei. Senhor Presidente, admito que não esteja em condições de me indicar neste momento, mas agradecia que o fizesse assim que pudesse, se todos os sinais existentes em Oliveira de Azeméis estão devidamente ratificados por esta Assembleia Municipal, pois só assim produzem efeito. Se não estiverem, propomos que se faça um levantamento de tudo o que existe, de todos os sinais e que se faça aprovar e que depois se procedam às alterações que se achem convenientes. Eu próprio já fui vítima de uma situação em que a sinalética existente não estava legal, as Companhias de Seguro sabem o que é que está autorizado e devidamente legalizado. Elas sabem mesmo. Para além de se tratar de uma questão legal, estamos a prevenir acidentes e situações desnecessárias, assim como evitar situações de processos judiciais contra o próprio Município. =====

===== Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar mais esclarecimentos à Assembleia Municipal. =====

===== Dar nota do seguinte, conforme disse o Senhor Deputado Ricardo Bastos, é difícil poder responder com o pormenor e o rigor que essa resposta exige, mas dizer-lhe o seguinte: os sinais colocados pela Câmara Municipal só são colocados depois de ratificados. Agora é

preciso também percebermos aqui um pouco a diferença, esta é uma matéria um bocado complicada entre sinalética e sinais. Eu sei perfeitamente como é que depois se usa na questão dos sinistros automóveis e como é que as Companhias de Seguro, e não, só muitas vezes tentam fugir às suas responsabilidades por essas questões, aproveitando e pedindo certidões das actas, o que é que foi aprovado, o que é que não foi aprovado. Se o Senhor Deputado estiver de acordo, nós vamos pedir um levantamento ao Departamento de Trânsito, que nos faça o levantamento relativamente a essa matéria, que distribuiremos ou na próxima Assembleia Municipal, mas se ela também demorar algum tempo faço chegar a casa do Senhor Deputado da Assembleia Municipal. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número nove à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto dez:** Correção da taxa de IMI sobre os prédios rústicos – Aprovação. =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - A proposta apresentada da taxa de IMI para prédios rústicos em reunião de Câmara de 13/11/2009, para aplicar em 2010; - A aprovação da mesma na Assembleia Municipal Extraordinária de 24/11/2009; - Que da proposta constava: "4- Se majore no dobro (1,4%), a taxa aplicável aos prédios rústicos com áreas florestais..."; - Que não houve alteração à percentagem definida pelo Código do IMI e que por lapso os serviços consideraram a majoração sobre a taxa de urbanos (0,7%) em vez de rústicos (0,8%); Propõe-se que a redacção seja alterada para: "4- Se majore no dobro (**1,6%**), a taxa aplicável aos prédios rústicos com áreas florestais...". =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Senhor Presidente, eu julgo que já todos perceberam a razão deste ponto, há a necessidade de fazer uma correcção à taxa que foi aprovada aqui na Assembleia Municipal no dia 24 de Novembro, porque por lapso os Serviços consideraram a majoração sobre a taxa de urbanos (0,7%) em vez de rústicos (0,8%), passando a majoração dos prédios rústicos com áreas florestais a ser 1,6% em vez de 1,4%. Nós já tivemos que ratificar isto também em sessão de Executivo Camarário, mas é obrigatório também em sede de Assembleia Municipal. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dez à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto onze:** *Isenção total de impostos à empresa municipal “GEDAZ – Gestão de Equipamentos Desportivos de Azeméis, EEM” – Aprovação.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O teor do ofício enviado pela Empresa Municipal “GEDAZ – Gestão de Equipamentos Desportivos de Azeméis, E.E.M.” Vimos pela presente solicitar a isenção total de impostos municipais, ao abrigo da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, mais concretamente na alínea a), ponto único do art.º10º, como receitas do Município, ou seja IMI, IMT, IMV, relativamente à empresa municipal GEDAZ - Gestão de Equipamentos Desportivos de Azeméis – EEM, considerando os seguintes factos: - de esta ser uma empresa cujo capital social é integralmente subscrito pelo Município de Oliveira de Azeméis; - A GEDAZ desenvolve a sua actividade no âmbito da gestão de equipamentos municipais desportivos e de lazer; - Prosseguindo assim fins de natureza e interesse público...”; - A estratégia fiscal de base local; - O interesse público e municipal que representa a actividade e fins da GEDAZ, bem como, o facto de o seu capital ser integralmente subscrito pelo Município; - O teor da Lei n.º2/2007, de 15 de Janeiro, que aprova a Lei das Finanças Locais, designadamente, a) O n.º2 do art.º 12º, o qual dispõe “A Assembleia Municipal pode, por proposta da Câmara municipal, através de deliberação fundamentada, conceder isenções totais ou parciais relativamente aos impostos e outros tributos próprios; b) O n.º3 do mesmo artigo, pelo qual “Os benefícios fiscais referidos no número anterior não podem ser concedidos por mais de cinco anos, sendo possível a sua renovação por uma vez com igual limite temporal”, propõe-se: - Ao abrigo do disposto na alínea a), ponto único do art.º10º e no n.º2 e 3 do art.º 12º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, pelos fundamentos expostos, a concessão de isenção total de impostos à Empresa Municipal “GEDAZ – Gestão de Equipamentos Desportivos de Azeméis, E.E.M.”, apresentado comprovativo da situação contributiva regularizada (Segurança Social e Finanças); - Que se remeta à Assembleia Municipal para cumprimento do estabelecido, designadamente no n.º2 do art. 12º da Lei das Finanças Locais e alínea h) do n.º2 do art.º 53º da citada Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º5-A/02, de 11 de Janeiro.”* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Este foi um pedido que nos foi feito pela empresa municipal, como sabem esta empresa solicitou esta isenção do IMI, do IMT, do IMV. É justo que seja concedida tendo em conta os estatutos da própria empresa, que é uma empresa detida pelo Município, portanto, julgo que é de elementar justiça que assim seja feito.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do Senhor Bruno Aragão.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Bruno Aragão, do PS.* =====

===== *Sintam-se todos cumprimentados e aproveito para desejar desde já a continuação de Boas Festas. O sentido desta intervenção é extensível também ao ponto seguinte e reflecte mais uma preocupação do que propriamente uma questão sobre a bondade das medidas que naturalmente aprovaremos. Aliás, vem ainda mais a propósito depois de uma intervenção sobre Planos de Corrupção. Não nos podemos coibir de manifestar uma vez mais a preocupação na gestão desta empresa, ou não fosse ela isso mesmo, uma empresa de gestão de equipamentos. Sabemos que uma empresa deste tipo gera custos elevados anualmente e que nos primeiros anos o défice ainda que explicado não é nada desprezível. Se numa primeira fase estes custos são previstos e acautelados, não podem sobretudo a médio e longo prazo ser asfixiantes como outras dívidas bem conhecidas e muito mais badaladas o são. Uma gestão rigorosa é fundamental, não só para o aproveitamento do investimento do Município, mas sobretudo para benefício dos Oliveirenses, que durante muitos anos se viram privados deste tipo de equipamentos. Há que garantir que esta empresa não se torna para Oliveira de Azeméis em mais um caso de Tribunal de Contas ou numa qualquer Fundação, uma mão cheia de nada que consome os poucos recursos que ainda existem e que permitem ao Município, como veremos na discussão do Orçamento, pouco mais do que sobreviver. Acompanharemos o crescimento e desenvolvimento desta empresa ainda embrionária e pedimos-lhe, Senhor Presidente, que seja neste ponto especialmente atento e cuidadoso. Congratular-nos-emos com o sucesso desta empreitada, mas seremos os primeiros a chamar a atenção se sentirmos que se deve arrear caminho. E para aqueles que no primeiro momento nos acusam sistematicamente de estarmos a criticar para num segundo momento negarem as evidências e reconhecerem que infelizmente estávamos certos, aconselho a que desde já vão tomando notas.* =====

===== *Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar mais esclarecimentos à Assembleia Municipal.* =====

===== *Senhor Presidente, eu registei e tomei nota das preocupações do Senhor Deputado Bruno Aragão, que são evidentemente preocupações de todos nós. Chamo só a atenção, chamo a atenção não é o termo correcto, dou só a seguinte explicação: nós temos que ter a noção clara desta infra-estrutura e deste investimento, e o Senhor Deputado Bruno Aragão foi justo ao dizê-lo, e há que ter aqui algum cuidado relativamente ao início. Também temos que ter e não esquecer, até porque é uma aposta transversal do Município, as questões de carácter social, ou seja, é preciso também perceber aqui a importância do fomento da prática desportiva e neste caso concreto refiro-me concretamente à piscina, há que ter também uma preocupação relativamente a essa matéria. E já agora Senhor Deputado, como eu tomei nota, como o Senhor*

Deputado em sentido figurativo usou o termo empreitada, referindo-se empreitada à construção e ao sucesso que todos desejamos da empresa e que todos vamos trabalhar, que o Senhor Deputado cá estará para fiscalizar e nós para prestarmos contas relativamente a essa matéria, permita-me dizer que aí sim, relativamente à empreitada, me tem tirado algum sono e me tem dado alguma preocupação, porque foram detectados e foi pedido um plano aos responsáveis da infra-estrutura relativamente a pequenas, que não são tão pequenas, questões que deviam ter sido e deviam estar resolvidas e o senhor empreiteiro responsável pela obra, que é uma empresa importante, aliás estava lá afixado, foi aqui discutido, é uma empresa que se chama “Construções San José”, não tem tido um comportamento tão correcto como eu esperava, tentando evidentemente adiar algumas questões e procurando fazer um pouco aquilo que o Senhor Deputado Ricardo Bastos há pouco falava das seguradoras relativamente aos sinais de trânsito. Só digo isto porque falou na empreitada e é importante também que os Senhores saibam disso. Nós já tivemos uma reunião e que foi uma reunião muito dura, onde chamamos também a fiscalização da obra relativamente a esta matéria e temos já um protocolo assinado com todas as partes, ou seja, com os arquitectos, com a fiscalização e com o construtor, porque se fossem reuniões individuais o que ia dar era que cada um ia empurrar para o outro e, portanto, neste caso concreto sentaram-se todos à mesa e assinaram todos um papelzinho e felizmente que aquelas questões que foram identificadas estão a ser resolvidas dentro dos prazos, algumas apontam para quando a piscina parar é que terá que ser feito mas nós mesmo assim estamos a forçar para que essas intervenções não sejam feitas com a paragem da piscina. Foi uma situação um bocadinho desagradável, que eu lamento ter que informar aqui, mas felizmente que as coisas estão a entrar no ritmo normal e no rumo normal. Terminando, Senhor Deputado, tomei boas notas e evidentemente que cá estaremos para fiscalizar e avaliar o desempenho desta empresa, em que o seu Conselho de Administração é presidido pelo Senhor Vereador Pedro Marques. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número onze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

*===== **Ponto doze:** Reforço/ aumento de capital da empresa municipal “GEDAZ – Gestão de Equipamentos Desportivos de Azeméis, EEM” – Participação em espécie. =====*

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que foi constituída a Empresa Municipal ”GEDAZ – Gestão de Equipamentos Desportivos de Azeméis, E.E.M.”; - Que nos termos do art.º 6º, dos respectivos estatutos: ” 1. O capital estatutário, realizado integralmente em dinheiro, é de € 175.000 (cento e setenta e cinco mil euros), subscrito pelo Município de Oliveira de Azeméis. 2. O capital estatutário poderá ser alterado através da realização de novas entradas pelo Município de Oliveira de Azeméis, ou da incorporação de reservas.”; - O teor da Informação ”Análise à valorização do equipamento

Piscinas Municipais”, de 27 de Novembro de 2009, na qual consta: “... para o efeito acima descrito, declaramos que no Património do Município de Oliveira de Azeméis, à data de 03.Nov.2009 o equipamento “Piscinas Municipais” encontra-se valorizado ao custo de aquisição no valor de € 3.348.950,08 (três milhões, trezentos e quarenta e oito mil, novecentos e cinquenta euros e oito cêntimos)”, que se anexa; - O objecto e finalidade da empresa Municipal, urge proceder ao aumento da capital da GEDAZ, através de uma entrada em espécie, transferindo-se o direito de propriedade do prédio urbano, sito em Fonte Joana, freguesia de Oliveira de Azeméis, inscrito na matriz sob o art.º P 4407, a confrontar do Norte, Sul e Poente com Município de Oliveira de Azeméis, e Nascente com Arruamento, registado a favor do Município, destinado às instalações dos serviços e actividades da GEDAZ, conforme certidão anexa; - Que em reunião de Câmara de 3 de Dezembro de 2009 foi deliberado que “...as piscinas estão aptas para o uso a que se destinam”; Nessa sequência, propõe-se: - A aprovação do aumento de capital da “GEDAZ – Gestão de Equipamentos Desportivos de Azeméis, E.E.M.”, através de uma entrada em espécie, transferindo-se assim para a mesma, o direito de propriedade respeitante ao prédio urbano, sito em Fonte Joana, freguesia de Oliveira de Azeméis, inscrito na matriz sob o art.º P 4407 a confrontar do Norte, Sul e Poente com Município de Oliveira de Azeméis, e Nascente com Arruamento, registado a favor do Município, destinado às instalações dos serviços da GEDAZ, apresentando o valor global de € 3.348.950,08 (três milhões, trezentos e quarenta e oito mil, novecentos e cinquenta euros e oito cêntimos), pelo que o citado aumento de capital é do mesmo valor, passando assim o capital estatutário da GEDAZ a ser de 3. 523 950,08 € (Três milhões, quinhentos e vinte e três mil, novecentos e cinquenta euros e oito cêntimos), procedendo-se assim à respectiva alteração dos Estatutos (conforme documento anexo), a formalizar logo que preenchidos os requisitos legais, designadamente Lei n.º53-F/06, de 29 de Dezembro; - Que se remeta para os mesmos efeitos à Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto na alínea m) do n.º2 do art.º 53º, e da alínea a) do n.º6 do art.º64º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º5-A/02, de 11 de Janeiro.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Senhor Presidente, eu julgo que é explicativo, aliás a intervenção do Senhor Deputado Bruno Aragão foi sintomática relativamente a essa matéria. Se alguém tiver alguma dúvida, cá estaremos para esclarecer. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número doze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto treze:** *Empréstimo a curto prazo para o ano económico de 2010 – Autorização.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada uma proposta acompanhada dos elementos comprovativos das condições praticadas pelas diversas Instituições de Crédito, para contratação de empréstimo de curto prazo para o ano de 2010, no montante até € 1.900.000,00 (um milhão e novecentos mil euros) destinado a ocorrer a dificuldades de tesouraria.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Também já foi aprovado em reunião do Executivo, na reunião de 09 de Dezembro de 2009, tem que ser aprovado nesta Assembleia Municipal. É o empréstimo de curto prazo habitual para fazer face a questões de tesouraria para o início do ano de 2010.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número treze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a contratação do referido empréstimo.* =====

===== **Ponto catorze:** *Aprovação do mapa de pessoal para 2010.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - As necessidades previsionais de pessoal para 2010, manifestada pelos serviços/Secções/Divisões/ Departamentos, em cumprimento do nº1 do art. 4º da Lei 12-A/08, de 28 de Fevereiro (LVCR e anexo), adaptado à administração autárquica pelo Decreto-Lei n.º 209/09, de 3 de Setembro; - Que a LVCR veio estabelecer, entre outros, novos princípios e orientações no domínio da gestão de pessoal e da disciplina relativa aos mapas de pessoal, entre os quais a anuidade do mapa de pessoal, que deve obrigatoriamente, acompanhar a proposta de orçamento (art.s 2º, 3º, 4º, 5º, 7º, 49º e 117º, nºs 7 e 8 da LVCR), conjugado com o art. 3º do Decreto-Lei n.º 209/09; - Que o mapa de pessoal compreende a totalidade dos postos de trabalho necessários a desenvolver as actividades previstas no Plano de Actividades, que são caracterizadas em função das atribuições/competências ou actividades que o seu ocupante se destina a cumprir/executar, do cargo ou da carreira que lhe corresponda e ainda dentro de cada carreira/categoria a área de formação académica ou profissional de que o seu ocupante deva ser titular (art. 5º da LVCR, conjugado com o art. 3º do Decreto-Lei n.º 209/09, Decreto-Lei n.º121/08, de 11 de Julho e art. 79º, da Lei n.º 59/09, de 11 de Setembro); - Que as verbas relativas a despesas de pessoal, a inscrever no orçamento, deverão cobrir os encargos com*

remunerações, novos recrutamentos de pessoal, alteração de posicionamentos remuneratórios obrigatórios e gestores e se for o caso, com a atribuição de prémios de desempenho a atribuir aos trabalhadores, propõe-se: - A apresentação, para apreciação da Câmara Municipal, do mapa que se anexa, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, o qual representa e incorpora a previsão de pessoal que se estima ser necessário para 2010; - Que se submeta o mesmo à aprovação da Assembleia Municipal, na mesma sessão da apresentação do orçamento municipal para 2010 - nos termos do art.s 4º e 5º da LVCR, conjugado com o art. 3º do Decreto-Lei n.º 209/09, e art. 53º n.º2 alínea o) e art. 64º, nº 6 alínea a), da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro; - Que posteriormente, se torne público, por afixação no órgão/serviço e inserção na página electrónica, em cumprimento do determinado no n.º3 do art. 5º da LVCR”. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Vamos então a esta obrigação legal, que é a aprovação do Mapa de Pessoal. É evidente que há aqui matérias que se dividem também relativamente ao ponto seguinte, nomeadamente ao Orçamento, às verbas que são afectadas também no Mapa de Pessoal. Dizer-vos que nós, a Câmara Municipal, relativamente à questão do Mapa de Pessoal foi confrontada com um pedido por parte dos serviços, ou seja, foi feito já no anterior Executivo um levantamento das necessidades junto dos serviços para optimização dos seus serviços e dos recursos. Não foi de nenhuma forma possível contemplar essas necessidades que foram manifestadas pelos Serviços. Deixem-me só dar-vos este número, estas necessidades identificadas pelos Serviços e que foram sugeridas ao Executivo Municipal, estamos a falar de cento e vinte e dois funcionários e, portanto, nós não podemos de forma alguma aceder a essa pretensão dos serviços, estamos a falar de devidamente justificados e enquadrados com a legislação em vigor e todas com a justificação devida, mas evidentemente que isso se tornava insuportável do ponto de vista de ordem financeira e não só. Neste momento, o número de trabalhadores do Município é quinhentos e quarenta e dois trabalhadores em regime de contrato de funções públicas por tempo indeterminado e estão mais quarenta em regime de contrato de trabalho por tempo determinado, ou seja, temos neste momento quinhentos e oitenta e dois funcionários. Dizer-vos que no ano de 2010, o Mapa de Pessoal terá que ter em linha de conta: a transição dos contratos de trabalho que existiam e que estavam no seu limite e que não podiam ser renovados e, portanto, que por necessidade dos serviços passaram a contrato de trabalho a tempo indeterminado; os recrutamentos vindos de procedimentos concursais que foram abertos em 2009 e que têm repercussão do Mapa de Pessoal em 2010 e a questão dos novos recrutamentos decorrentes das necessidades que são aferidas para o ano de 2010. Dizer-vos que relativamente à primeira questão, ao número de contratos que foram alterados e estamos a falar em diversos sectores, de contratos que passaram a tempo indeterminado,

estamos a falar de vinte e seis contratos. Relativamente aos procedimentos concursais iniciados em 2009, com repercussão no Mapa de Pessoal em 2010, estamos a falar de treze funcionários. Para além disto, acresce também a mobilidade inter-carreiras, estamos a falar de nove e as necessidades, conforme eu disse há pouco, dos cento e vinte e dois solicitados pelos serviços, as necessidades apuradas foram de onze. Estes onze são “compensados” com as saídas para as aposentações e, portanto, a projecção das aposentações para 2010 são de sete, o que quer dizer onze menos sete, se quisermos ser matemáticos, são quatro, que é o número de funcionários relativamente ao ano de 2010, o acréscimo do número de funcionários relativamente ao quadro de pessoal para 2010. Dizer-vos que evidentemente aquilo que importa aqui referir também é a perspectiva da mobilização de todos os funcionários da Câmara Municipal que hoje, após estes pouco mais de sessenta dias, posso dizer que é evidente que é como em todo o lado, há bons e maus profissionais em todas as actividades e nós conhecemos, mas hoje eu posso dizer que muitas vezes os funcionários da Câmara Municipal são injustamente tratados e injustamente qualificados por parte dos nossos Municípios. Eu tive a oportunidade de ler num jornal regional um artigo de opinião relativamente aos projectos concursais para a admissão de funcionários da Câmara Municipal e dizer-vos que tudo aquilo que ali está escrito é um profundo disparate, a gente que escreve não sabe claramente o que está a escrever, desconhece a legislação, porque se conhecesse a legislação era completamente impossível dizer aquilo que diz aos dias de hoje, ou se refere a outras situações que eu desconheço, mas relativamente aos dias de hoje como sabem esta questão da contratação do pessoal por parte das Câmaras Municipais e da Administração Pública em geral tem um rigor muito maior, porque está evidentemente circunscrito a um conjunto de legislação muito apertada, que faz com que inclusive qualquer Membro do Executivo não possa pertencer ao júri de admissão de um funcionário para a Câmara Municipal e, portanto, é bom que se perceba e que as pessoas vão tendo conhecimento disto. Há uma falta de desconhecimento profunda relativamente a essa matéria e às vezes as pessoas são até injustamente qualificadas sobre esta questão e eu queria aqui também fazer esta referência porque julgo que ela é justa e merecida por parte dos funcionários da Câmara Municipal. É evidente, como eu disse, há excepções, mas isso é em tudo, mas do ponto de vista de uma perspectiva generalizada correspondem claramente àquelas que são as expectativas e em termos comparativos com outros Executivos Municipais. =====

===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição dos Senhores Ricardo Bastos, Dr. Miguel Portela e Dr. António Rosa. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Ricardo Bastos, do PS. =====

===== Após análise do Mapa de Pessoal para 2010, verificamos que o Município de Oliveira de Azeméis se propõe a admitir mais onze colaboradores. Julgamos que num Município

em que as contas demonstram com clareza a escassez de dinheiro, se deveria ter alguma contenção no que ao Pessoal diz respeito, pois uma fatia bem considerável é destinada a ele mesmo. Se por um lado, iríamos de encontro às recomendações do Tribunal de Contas, que solicita a Oliveira de Azeméis contenção na política de admissões no seu Estudo de Saneamento Financeiro, por outro estaríamos perante uma forma privilegiada de redução de custos. O Senhor Presidente, dir-me-á que sete das admissões serão para substituir outros tantos que se aposentaram. É verdade, mas também é verdade que a melhor forma de se reduzir pessoal, sem se recorrer a despedimentos que é a todos os níveis traumatizantes para todas as partes, com todas as implicações sociais inerentes, é aproveitar quando as pessoas se aposentam precisamente. Por outro lado, o Município poderia dar um sinal, pequeno que seja, de que quer resolver o problema financeiro que tem entre mãos. Não o está a fazer, pois para além das sete vagas que pretende preencher ainda admite contratar para os seus quadros mais quatro colaboradores. A esta falta de vontade em pelo menos dar um sinal que seja de que se quer dar passos seguros na recuperação o Partido Socialista não se quer associar, pelo que votará contra este Mapa de Pessoal para o ano 2010. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Miguel Portela, do CDS/PP. =====

===== Muito boa tarde. Venho aqui responder ao desafio do Senhor Presidente da Câmara em relação a este ponto. Venho cá dar-lhe o meu cunho pessoal, vim cá uma segunda-feira de manhã, a empregada atendeu-me, não pode receber os livros porque não estava autorizada a tal. Isto é má utilização dos recursos, não estou a dizer que seja uma má funcionária, é-o com certeza, é uma funcionária dedicada e está cá porque não fazer as tarefas para as quais são solicitados. A sugestão que a Bancada do CDS deu foi no sentido do orgulho que temos na biblioteca e tornar possível que mais gente veja a Biblioteca e com a nossa humilde colaboração dar uma ideia do que poderíamos fazer. É natural que a funcionária se tem ordens não o fará, não recebeu os meus livros, obrigou-me a vir cá de tarde que tinha que ir para a Universidade de Aveiro, mas vim cá visitá-la novamente que até é uma pessoa simpática, não me custou muito. Em relação a isso o que eu queria dizer é que realmente mesmo a aquisição de funcionários, aqui no mapa falam para a biblioteca de seis, o Presidente tinha dito cinco, para isto estar aberto em Agosto bastavam dois. É nesse sentido que eu digo que realmente tem que haver um bocado de contenção de custos, podem dizer que eu sou um leigo no assunto e realmente posso ser como é que se organiza uma biblioteca, mas se os que cá estão tem dado conta do recado e muito bem, se calhar seis não sei se não será um bocado exagerado para as duas manhãs e para o período de férias que se falou de Agosto. Peço desculpa por me estar a centralizar um bocado na biblioteca, mas é um bocado em resposta do desafio que me lançou. De qualquer maneira queria-lhe dizer que sinto que há que haver realmente contenção de custos, foi isso que eu falei na primeira Assembleia em que tomei a palavra aqui. O próprio

Governo diz que para cada dois funcionários que se reformem se deveria colocar um. Acho que toda a gente sente que o maior peso de todas as empresas é os funcionários, eu próprio sou o peso de alguém, todos nós somos o peso de alguém porque têm que nos pagar salários. E acho que o bom exemplo que esta Autarquia, mas não só todas aqui poderiam dar, era tentar começar a reduzir. Porquê? Porque estamos numa altura em que o fenómeno da mobilidade interna tem que funcionar, eu próprio no meu local de trabalho já sinto isso, há funcionários que têm que desempenhar funções paralelas às que exercem, porque estão a ser precisos noutra lado e se calhar estão a ser desaproveitados aonde estão. Acho que as novas tecnologias cada vez mais nos começam a libertar de determinadas funções, podendo liberta-nos para outras. Isto é um mero apontamento que aqui deixo, de caminhos que eu vi seguir por outras empresas e acho que poderiam muito bem ser pensados, eu também sei que o Executivo está aqui há dois meses e é muito difícil começar a equacionar isso tudo. Deixo isto no ar, porque acho que era importante racionalizarmos, porque temos bons funcionários na Câmara como disse o Senhor Presidente e não tenho dúvidas que os temos, se calhar o pedir-lhes este esforço de se reequacionarem dentro da própria instituição acho que era favorável. Vou deixar já aqui a minha orientação de voto, vamo-nos abster, no sentido de que vamos dar tempo a este elenco para tentar reequacionar esta situação. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. António Rosa, do PSD. =====

===== Muito obrigado a todos. Muito rapidamente apenas para reafirmar aqui a posição da Bancada do Partido Social Democrata, relativamente a esta proposta, sobretudo porque não tendo intenção de fazer a intervenção, naturalmente que me vi forçado a fazê-lo para que ficasse claro também aquele que é o sentimento da minha Bancada. O afirmar que é preciso racionalizar tem subjacente que se parte do princípio que não há esse trabalho de racionalização. Eu creio que o Senhor Presidente de Câmara no curto espaço de tempo que está no exercício das suas funções com a restante equipa teve a possibilidade já de ter a percepção de um manancial de necessidades que são apontadas. Reparem não estamos a falar dos funcionários que gostavam de ter alguém para dividir o trabalho, estamos a falar de responsáveis da Câmara Municipal a quem é inquirido pelas necessidades que tem para desenvolver bem o seu trabalho. O Senhor Presidente disse há bocadinho que recebeu pedidos de reforço de pessoas de cento e vinte e dois, bem sabemos que naturalmente que atrás de quem pede ninguém vai, mas na verdade o que importa aqui é o resultado final e o resultado final como disse o Senhor Presidente é que haverá um reforço de onze pessoas com uma perspectiva de saída de sete, ou seja, na prática em termos líquidos a Câmara Municipal perspectiva no seu quadro de pessoal aumentar quatro elementos. Eu como Município e como Oliveirense, conhecendo o passado recente da Câmara Municipal e a quantidade de equipamentos que foram colocados ao serviço da população, eu diria que se isto não é racionalizar não sei então o que é

que seria. E eu se calhar até me interrogava, vamos fazer aqui um exercício conjunto: então se se reformar por exemplo um funcionário da Câmara Municipal ao serviço de uma Junta de Freguesia, o que é que se faz? Não se repõe? Não sei se os Senhores Presidente de Junta partilham desta intenção ou desta perspectiva. Então, mas nas escolas os auxiliares da acção educativa que lá trabalham, que muitas vezes é reivindicado pelos próprios Pais que não são suficientes para as necessidades, se um se reformar que racionalização é que faremos então? Eu creio que este exercício eventualmente não tendo uma resposta por parte de nenhum dos Senhores Deputados, seguramente que é importante também para nos deixar a pensar e obviamente que no caso da Bancada do Partido Social Democrata votaremos a favor desta proposta. =====

===== Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar mais esclarecimentos à Assembleia Municipal. =====

===== Eu vou ser evidentemente muito breve. Dar nota do seguinte: nós somos os mais favoráveis às questões da mobilidade. Agora, nós estamos a falar de equipamentos que obrigam no seu Quadro de Pessoal a um conjunto de especificidades técnicas. Eu refiro-me, será que podemos pegar num carpinteiro e colocá-lo num Centro Lúdico, ou num pedreiro na piscina a assistir às aulas e a salvar os miúdos que se possam tentar afogar? É muito bonito dizer “fazemos mobilidade”, tiramos dali, tiramos de acolá, mas tiramos dali como, se há um conjunto de requisitos técnicos para o exercício das suas funções? Estamos a falar de um conjunto de equipamentos que a Câmara Municipal tem hoje, e bem, ao serviço da população que obrigam ao pessoal especializado e para além disto tudo em permanente formação para a actualização de conhecimentos. Mas como é evidente a única coisa que eu queria também aqui acrescentar porque penso que é importante, nós estamos a falar de uma previsão, estamos a falar de uma previsão, ou seja, se não estiver previsto no caso de haver necessidade imperiosa é que não há qualquer possibilidades de recuperar uma situação concreta e objectiva. Não quer dizer, reparem, é muito importante que tenham também esta noção, esta questão dos onze menos sete que se traduzem em quatro, ou então esquecem os quatro e vamos aos onze pensando nos cento e vinte e dois pedidos, estes onze não quer dizer que vão ser todos admitidos, agora se não estiverem no quadro de pessoal, não há a possibilidade de abrir o procedimento concursal, não estamos aqui a dizer que vão entrar onze ou que vão entrar quatro. Um exemplo prático, pode um procedimento concursal ficar deserto, não ter ninguém que tenha demonstrado aptidões para o exercício daquela função, essa vaga não vai ser preenchida. Cá estaremos para o próximo ano, que é uma necessidade e uma obrigatoriedade do ponto de vista legal, para voltarmos a avaliar esta mesma situação. Mas, como é evidente, estas são matérias sempre delicadas, mas aquilo que eu queria que tivessem a noção clara é que o Executivo fez um esforço muito grande no sentido daquilo que foi aqui falado por todas as Bancadas, ou seja, de contenção. Não sei se

repararam aqui na reacção da Dra. Gracinda Leal, da Senhora Vereadora, porque reparam, muitos dos pedidos, é bom que as pessoas saibam disto, porque muitos dos pedidos eram para o desenvolvimento e implementação de políticas sociais e a Senhora Vereadora foi sensível ao actual momento que a Câmara Municipal vive, à conjuntura em que vivemos e já vamos ver no documento que vamos aprovar a seguir e a Senhora Vereadora percebeu esta opção da Câmara Municipal em não alargar. É bom frisar que as necessidades elencadas e que nos foram dadas para trabalhar eram de cento e vinte e dois e de cento e vinte e dois passaram a onze, a onze menos sete darem quatro e sendo certo que, repito, estamos a falar de previsões e, portanto, não quer dizer que essas vagas venham a ser preenchidas, há sim a necessidade de estarem inscritas no Mapa de Pessoal. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número catorze à votação, tendo sido deliberado por maioria aprovar a proposta apresentada, com a seguinte votação: a favor - vinte e oito votos do PSD; contra - quinze votos do PS; abstenções - duas do CDS/PP. =====

===== **Ponto quinze:** Orçamento e Grandes Opções do Plano/ 2010 – Aprovação. =====

===== Pela Câmara Municipal, foram presentes os documentos referidos em epígrafe, os quais irão ficarão arquivados em pasta anexa ao livro de actas, elaborado ao abrigo do Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado, Senhor Presidente. Vamos então dar início a esta discussão importantíssima para o nosso Município que tem a ver com o Plano e o Orçamento para 2010. Permita-me também já agora que apresente três questões prévias. Uma primeira, tem a ver com a audição dos Senhores Presidentes de Junta na construção deste documento, aliás matéria que foi falada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque, o Senhor Amaro Simões, no “Período de Antes da Ordem do Dia”. E queria aqui dizer que esta situação de nenhum Presidente de Junta de Freguesia ter sido ouvido, e repito nenhum Presidente de Junta de Freguesia foi ouvido nesta matéria, é uma situação que não se voltará a repetir, ou seja, é um compromisso que eu assumo aqui na Assembleia Municipal perante todos e reconhecendo, temos que ter essa capacidade e humildade para reconhecer, que esta é uma situação que não deve acontecer, ou seja, deve haver um envolvimento, uma gestão participativa, evidentemente que nem sempre haverá possibilidade de comportar todas aquelas que sejam as solicitações, os desejos, os anseios dos Senhores Presidentes de Junta, mas os Senhores Presidentes de Junta devem poder participar e vão ser seguramente todos, garantidamente todos, chamados a

participar na construção do próximo Orçamento. Há várias razões que levaram a que neste Orçamento para 2010 isso não tivesse acontecido. A construção deste Orçamento foi feito em tempo record, bem me poderão responder que a Câmara Municipal não estava obrigado a apresentar o Orçamento até ao final do ano de 2009, aliás há outras Câmara que não o fizeram e vão fazê-lo em Fevereiro, em Janeiro. Confrontados que foram os serviços da Câmara Municipal mais directamente ligados com estas matérias e tendo em conta o Plano de Saneamento Financeiro a que estamos obrigados, a sugestão foi de vamos fazer um esforço no sentido de aprovar o Orçamento ainda durante o ano de 2009 e depois entramos numa luta contra o tempo. Bem me poderão dizer também que isto poderia ter feito por email, mandar um email, pedir solicitações, mas eu julgo que este contacto deve ser pessoal. Sinceramente, eu sou muito adepto das novas tecnologias, mas acho que isto deve ser feito pessoalmente. Acreditem que do ponto de visto do tempo era impossível termos essas reuniões para a preparação deste documento. Faltou tempo, é verdade, e temos que reconhecer que faltou tempo e não vale a pena estarmos aqui com outras justificações e dizer-vos que para o ano, está aqui o compromisso assumido, que esta situação não se voltará a repetir, assumo aqui o compromisso perante todos. Uma segunda questão prévia, tem a ver com as sugestões que nos chegaram, que foram solicitadas de acordo com a Legislação em vigor por parte do Grupo Parlamentar do CDS/PP, Comissão Política do CDS/PP e pela Comissão Política do PSD, que nos mandaram um conjunto de sugestões, que aliás tinham sido solicitadas de acordo com a Lei para constarem nas grandes linhas de desenvolvimento estratégico do Município e foram de certa forma respeitadas e procurar evidentemente numa perspectiva plurianual serem contempladas estes dois contributos das Comissões Políticas do CDS e do PSD. A terceira questão prévia, prende-se com uma situação que eu tive conhecimento ainda hoje de manhã e que lembrando eu que tinha à tarde que apresentar o Orçamento e o Plano, eu dizia cá para os meus botões “que raio de justiça é esta?”, ou seja, o Senhor Presidente da República tinha acabado de promulgar o segundo Orçamento rectificativo hoje, foi dado conhecimento ontem numa nota interna, sem grandes histórias promulgou o segundo Orçamento rectificativo. Já tinha havido um primeiro Orçamento rectificativo, importa dar esta noção para vocês perceberem que este primeiro Orçamento rectificativo permitiu o endividamento de dez mil milhões de euros ao Governo e o segundo que foi promulgado agora pelo Senhor Presidente da República, isto em números redondos, são mais um troquitos, foi acrescer a estes dez mais cinco mil milhões de euros, do limite do seu endividamento. A razão é a crise, a razão é a quebra de receitas fiscais. Eu pergunto, viram, tiveram conhecimento que tenha havido alguma contemplação com o Poder Local relativamente a esta matéria? Nada, rigorosamente nada. As Câmaras Municipais não têm direito a se endividarem, não têm direito a fazer nada, porquê? Porque se calhar nos Orçamentos Municipais, isto é de todas as Câmaras, das trezentos e oito Câmaras deste País, se calhar não há crise, nos Municípios não há crise, não há quebra de receitas, está tudo bem. E agora reparem, não é só a Câmara de Oliveira de Azeméis, a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis tem um Plano de Saneamento Financeiro e há muitas outras que o têm e também essas

não tiveram nenhuma, rigorosamente nenhuma contemplação por parte de quem podia e de quem pediu, como é evidente, para poder aumentar o seu limite de endividamento. Estamos a falar de quinze mil milhões de euros, estamos a falar de grosso modo de 9.2% do PIB. Estas eram as questões prévias que eu gostava de colocar e que eram importantes para este enquadramento. Dizer-vos que este Orçamento é um Orçamento que se caracteriza fundamentalmente com pressupostos de rigor, com uma orientação objectiva para os resultados e para a consolidação das contas públicas. É um Orçamento também que demonstra uma clara e credível estratégia política e que é reveladora de uma nova dinâmica. É um Orçamento realista, é um Orçamento prudente, é um Orçamento de rigor e que aponta também claramente aquelas que são as nossas prioridades. Fomenta a melhoria da qualidade ambiental e a qualidade de vida dos Oliveirenses. Aposta claramente no investimento em estruturas de referência na área da educação, procurando evidentemente melhorar a qualificação das pessoas. Promove também um forte investimento no ordenamento do território, na reabilitação rural e na reabilitação urbana. Reforça também a solidariedade recíproca entre a Câmara Municipal, as Freguesias, as Associações e as Colectividades, partilhando os esforços que todos temos que fazer de consolidação orçamental e também na implementação das políticas sociais. Estamos fortemente condicionados pelo Saneamento Financeiro a que estamos obrigados, aliás recordo aqui que estive a ler com atenção a intervenção que o Senhor Deputado Francisco Valente fez nesta mesma Assembleia Municipal, referindo-se ao relatório da IGF, palavras que eu li com atenção e que estão também vertidas neste documento, aquelas que foram as suas chamadas de atenção e dizer-vos que este Orçamento obriga-nos também a um controle constante e permanente da execução orçamental, quer da dívida, quer do endividamento e também uma redução da despesa corrente. Mas deixem-me dizer-vos também que sobre esta matéria não devemos ter tabus sobre a redução da despesa corrente, porque se nós por um lado estamos a aumentar o número de equipamentos no nosso concelho e na nossa cidade, é evidente que há aqui despesas que têm que aumentar necessariamente, nós não podemos por um lado ter as infra-estruturas, tê-las em funcionamento e depois estarmos a reduzir aqui essa mesma despesa. Depois há aqui algumas questões, alguns chavões que se dizem e é bom que tenhamos todos a noção dessa matéria. Dizer-vos também que este Orçamento projecta e é compatível com o desenvolvimento harmonioso do concelho que todos desejamos e acima de tudo com a melhoria da qualidade de vida. A palavra-chave para definir a nossa opção estratégica nesta matéria é a palavra responsabilidade, ou seja, responsabilidade no rigor; responsabilidade no apoio ao movimento associativo; responsabilidade no apoio às famílias, no apoio social, também no apoio às freguesias e nos compromissos ambientais e de qualidade de vida. Dizer-vos que esta palavra rigor é muito importante nesta matéria, muito, mesmo muito importante e este Orçamento reforça esse mesmo rigor e não permite, foi uma opção que também tomamos conscientemente, situações nem de sobre orçamentação da despesa, nem de sobre orçamentação da receita, prossegue uma consolidação orçamental e financeira que privilegia a adopção do investimento em reformas estruturais e rejeita quaisquer medidas e soluções extraordinárias de

curto prazo. Os problemas estruturais e os Senhores sabem melhor que ninguém que estes problemas não se podem resolver com soluções avulsas, com soluções casuístas, com propostas avulsas, antes pelo contrário resolvem-se com rigor e com opções estratégicas bem tomadas. Sabem, já aqui disse na resposta ao Senhor Deputado Miguel Portela, que faz parte da estratégia de desenvolvimento deste concelho a cobertura plena de redes públicas, quer de abastecimento de água, quer de saneamento durante os próximos quatro anos. É evidente que a nossa opção passa pela concessão desses serviços ou conforme disse fruto de alterações legislativas recentes, pela definição e implementação de parcerias sobre essa matéria. Dizer-vos também que vamos continuar a apostar nas questões ambientais, na valorização dos nossos espaços naturais. Relembro aqui o esforço na requalificação das margens do Rio Caima, que para além das questões do Rio Caima tem a ver com o ordenamento florestal com vista à redução dos incêndios e à despoluição das linhas de água. Conforme já disse também a Educação e o Ensino ocupam aqui um espaço muito importante e fundamental neste Orçamento. Por um lado a reabilitação e a requalificação do parque escolar, a construção de novos centros escolares que também importa aqui referir e, finalmente, a aposta na construção do Campus Universitário da Escola Superior Aveiro Norte. Quanto à questão do ordenamento do território e à reabilitação rural e urbana, permitam-me que não abusando da vossa paciência vos fale e vos destaque o projecto da área de acolhimento empresarial de UI/Loureiro, é imprescindível a construção desta zona industrial para o crescimento e o desenvolvimento do concelho. Aliás, a localização desta área de acolhimento empresarial é hoje motivo de atenção e ainda bem que foram sensíveis aos nossos argumentos por parte da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, que quer no seu portefólio incluir esta zona industrial de UI/Loureiro na promoção e na captação de investimento estrangeiro e, portanto, o Município de Oliveira de Azeméis tem esta mais-valia e que foi conversada e eles vieram ao local e perceberam perfeitamente as potencialidades desta área de acolhimento empresarial. Evidentemente que a construção desta nova infra-estrutura do ponto de vista industrial, conforme este novo termo se chama área de acolhimento empresarial, vai provocar a necessidade da construção de vias de comunicação, ou seja, nós vamos ter que apostar também na construção da Via do Sudoeste, que ligará a zona industrial de UI/Loureiro até à zona industrial de Rebordões, em Cucujães, passando por todas aquelas freguesias e também já agora que estamos a falar das vias rodoviárias a nossa aposta na conclusão da Via do Nordeste, a IV Fase da Via do Nordeste com a chegada agora a este Troço que falta de Cesar a Fajões. Relativamente ao Ordenamento do Território, também assumir aqui o compromisso nesta Assembleia Municipal que durante o ano de 2010 teremos concluído o Plano Director Municipal e teremos também, como estão em curso, vários Planos de Urbanização, quer da cidade, quer das diversas zonas industriais existentes. Ainda sobre zonas industriais, deixem-me dizer-vos que ainda a actual zona industrial de Oliveira de Azeméis necessita de uma requalificação, de ser mais humanizada, precisa de um reordenamento do seu tráfego e precisa de dar mais condições às pessoas que ali trabalham e, portanto, também teremos que colocar em marcha

esse mesmo processo de modernização na actual zona industrial de Oliveira de Azeméis. Atenção também ao projecto de regeneração urbana no centro da cidade, há melhoria das acessibilidades internas que como sabem a construção da A32 para norte e do IC/A32 para sul permite que o actual IC2 passe a ser uma via municipal, passe a ser uma via de penetração da cidade e permite criar novos acessos, quer a diversas freguesias, quer também à cidade. Estamos decididos e apostados a construir o novo mercado municipal, reconvertendo o actual mercado municipal, bem como construir um centro coordenador de transportes, ou seja, isto agora tem mudado muito de nomes, aliás eu fui confrontado na última reunião do Executivo com alguns nomes assim todos bonitos, mas a ideia é evidentemente ter um sítio onde esteja localizado, onde haja a coordenação dos transportes. Hoje temos mais instrumentos, temos o TUAZ, temos outros instrumentos e, portanto, há a necessidade de colocar em construção este mesmo centro coordenador. Importa também referir a requalificação que vai ser efectuada no Parque de La-Salette, como sabem foi uma candidatura conjunta da Câmara Municipal e da Fundação La-Salette, já está em marcha, é uma candidatura que ultrapassa os cinco milhões de euros, que transforma completamente o Parque de La-Salette, pegando na fileira do Vidro e nunca em nenhuma circunstância prescindindo das questões ambientais. Dizer-vos também que o Parque de La-Salette servirá de alavanca e de âncora para a criação de uma zona de lazer que vai ligar Pindelo ao Parque Temático Molinológico, aproveitando todos os cursos de água de Pindelo ao Parque Molinológico, evidentemente também passando pelo Parque de La-Salette e pela cidade. Dizer-vos que temos em curso a requalificação dos Paços do Concelho, dos novos Paços do Concelho, o novo espaço que centraliza os serviços do Município, ou seja, não estamos a assumir aqui a construção de um novo edifício camarário, estamos sim a procurar concentrar e qualificar esses mesmos serviços e, portanto, há várias opções às quais estamos em estudo relativamente a essa matéria. Temos também projectada a construção de piscinas nas freguesias de Cucujães e na freguesia de Cesar, bem como a construção de outros equipamentos desportivos que permitam a organização de competições de índoles profissionais nas mais diversas modalidades. Dizer-vos também que nesta matéria é para nós prioritária resolvermos o problema dos estaleiros municipais, ou seja, nós temos que encontrar uma nova solução para os estaleiros municipais, importa rapidamente ultrapassar e terminar com a actual situação, com a actual renda que temos que pagar relativamente aos estaleiros municipais. Dizer-vos também que não vamos em nenhuma circunstância esquecer-nos, antes pelo contrário, vamos reforçar o apoio e as políticas sociais àqueles que mais precisam e àqueles que menos têm e ajudar claramente mais aqueles que mais precisam. É muito importante atendendo à conjuntura socioeconómica que estamos a atravessar, que haja uma preocupação e um enfoque especial nas nossas políticas sociais dando e criando instrumentos que resolvam, infelizmente, problemas que têm vindo a crescer no nosso concelho. E queremos também acima de tudo potenciar e valorizar os factores distintivos de Oliveira de Azeméis. Nós temos coisas excelentes no nosso concelho, no nosso Município, temos muitas vezes uma tendência terrível para o negativismo e julgo que importa também ao Município promover, valorizar a marca Oliveira de Azeméis,

potenciar aquela que é a nossa excelente e fortíssima comunidade empresarial dando-lhe outros instrumentos, dando-lhe em primeiro lugar infra-estruturas e depois criando-lhes outros instrumentos que lhes permitam também a conquista de novos mercados, de novos desafios, para todos termos sem excepção mais e melhor qualidade de vida porque esse é um dos pontos fundamentais que esteve vertido e que esteve na base, na génese da construção destas grandes linhas de desenvolvimento estratégico para o Município de Oliveira de Azeméis, que procuramos verter neste documento que vamos agora discutir. Senhor Presidente, peço-lhe desculpa, porque seguramente que abusei um pouco da sua paciência, mas julgo que era importante passarmos em revista todas estas questões. Muito obrigado pela sua paciência. ===

===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dito: =====

===== Não tem nada que agradecer, eu penso que essas explicações eram necessárias e óbvias e, portanto, penso que o fez bem e no tempo certo. =====

===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição dos Senhores Manuel Francisco Valente, Dr. Miguel Portela, Ilídio Lopes, Dr. Fernando Pais Ferreira e Dr. António Rosa. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Manuel Francisco Valente, do PS. =====

===== Nós estamos hoje aqui a discutir o Orçamento e as Grandes Opções do Plano e todos sabemos que são peças fundamentais na estratégia política e de gestão autárquica deste Município. Penso também que deveríamos dar um bocadinho mais de dignidade na discussão deste Orçamento e deste Plano e dando mais dignidade seria um pouco não colocar em décimo quinto lugar em dezoito pontos de discussão. Eu pedia, se possível, e penso que é, haja um pouco de boa vontade e que os próximos Orçamentos e Grandes Opções de Plano sejam discutidos em exclusivo numa Sessão da Assembleia Municipal, colocada à disposição dos respectivos Deputados a documentação com tempo. Acho que depois de elas terem sido aprovadas pelo Executivo, não faz sentido que de imediato não chegue às mãos dos Deputados, para que cada um de nós se possa informar e estar aqui verdadeiramente interessado em contribuir para o interesse do concelho e não simplesmente para dizer sim ou não conforme o nosso interesse partidário. Acho que não será pedir demais, se esse documento quer realmente ser “a Bíblia” da gestão autárquica, nos possa ser entregue com mais tempo e com mais cuidado. Não vou dissecar muito este Orçamento, aliás o meu colega Fernando Pais terá o cuidado de aprofundar vários pontos que nele estão inscritos, mas antes de tomar duas ou três notas sobre ele, não queria deixar de dizer ao Senhor Presidente da Câmara que os Orçamentos rectificativos são um instrumento velho usado por muitos Partidos muito antes

deste Primeiro-Ministro, que em circunstâncias absolutamente anormais e se tivermos em atenção o crescimento, eu diria preocupante, do desemprego, só por si seria necessário mais financiamento para que os subsídios de desemprego pudessem ser pagos atempadamente, mas a isso acresce, e sabemos todos, os subsídios e os apoios que foram dados aos diversos sectores e serviços. E também quando se faz o rectificativo também tem algumas Leis que o obriguem a funcionar e o endividamento também está controlado por Bruxelas. Provavelmente a Câmara devia ter o mesmo direito de fazer um rectificativo e também de fazer endividamento. Em má hora, Senhor Presidente, os seus antecessores se endividaram em demasia e não esqueçamos que o endividamento do Município de Oliveira de Azeméis excedeu em muito aquilo que era permitido. Portanto, costume a dizer quem não tem não pode dar e, portanto, o Município de Oliveira de Azeméis naturalmente que não pode recorrer a uma coisa que já usufruiu e gastou noutra altura. Mas, em relação a este Orçamento e às Grandes Opções do Plano, eu começaria naturalmente, o Senhor Presidente já apresentou as suas justificações e a razão porque não ouviu os Senhores Presidentes da Junta, é um facto, diz que sim, não teve tempo, faltou tempo, mas dávamos tempo ao tempo que tínhamos tempo para poder aprovar naturalmente este Orçamento e Grandes Opções do Plano. Portanto, se não tivemos tempo foi porque não quisemos ter tempo e podíamos ter feito atempadamente essa audição aos Presidentes de Junta e se não fosse mais para fazer jus àquilo que vem no próprio Orçamento e que diz assim “Reforça a solidariedade recíproca entre a Câmara Municipal e as Freguesias...”, vamos lá ver, isto que não seja: bem prega Frei Tomás. Portanto ao fim ao cabo as Juntas deveriam, poderiam e deveriam ter sido ouvidas até que se não fosse mais pelo simples facto de muitos Presidentes de Junta estarem a exercer pela primeira vez a sua função e provavelmente estarem a arcar aqui com obras que foram da responsabilidade de outros e que não estão lá para executá-las. Isto não quer dizer que eu em qualquer momento esteja aqui a pedir um qualquer cêntimo de aumento de despesa, antes pelo contrário, só que a gestão também pode ser a audição, a partilha e a solidariedade que aqui vem escrita. Posto isto, vamos concretamente àquilo que é o Orçamento e eu começaria por ler uma parte que nos diz no Orçamento, e passo a citar “O processo de consolidação orçamental e saneamento financeiro colocam o Orçamento de 2010 num novo patamar de exigência, obrigando a um controle constate da execução orçamental, da dívida do endividamento e uma redução da despesa corrente a um limitado nível de investimento”. Estou a ler isto para vos dizer uma coisa, é uma redução da despesa corrente. A redução da despesa corrente será um bocado quase como a gestão do pessoal, há gestão de recursos humanos ou não há, há sempre gente a pedir mais pessoal, há sempre gente a pedir mais dinheiro e há sempre alguém que tem de dizer não e há sempre alguém que tem que gerir, há sempre alguém que terá que dizer que “não podemos ir por este caminho”. É que efectivamente, Senhor Presidente, no fundo a receita, a redução anunciada, a despesa corrente, é uma coisa sem significado. Nós estamos a falar e eu vou citar o Orçamento de 2009 porque não tenho outros dados, essa despesa passa do orçamentado em 2009 de € 24.720.000 (vinte e quatro milhões setecentos e vinte mil euros), para € 24.519.000 (vinte e quatro milhões

quinhentos e dezanove mil euros). Estamos aqui a falar, sinceramente, de -1%, bom, isto não é uma redução da despesa, isto é uma tentativa de dizer nós reduzimos a despesa, porque haveria muito mais a fazer para que essa redução da despesa existisse. E isso leva-nos a outra situação que já falamos aqui no Quadro de Pessoal. Quando o Partido Socialista votou contra em termos do Mapa do Pessoal, não foi por uma vontade de dizer que votamos contra porque nos apetece. Foi dito aqui pelo meu Colega Ricardo Bastos, e bem, era preciso um sinal, um simples sinal, que se diga “vamos arrear caminho”, fizemos muita coisa mal feita até agora, não vamos falar mais do passado, vamos olhar o futuro, mas é preciso que o futuro nos diga algo de concreto. E efectivamente essa redução não se verificou, nós estamos a falar em termos de pessoal e continuo a falar de coisas que eu tenho para comprar em 2009/2010, onde as despesas com o Pessoal sobem cerca de 4%, 3,76%. Isto contraria desde logo, Senhor Presidente, o Plano de Saneamento Financeiro e contraria uma coisa que para mim é mais importante, em tempos de uma crise aguda em que vivemos contraria aquilo que seria as normas da boa gestão. Se me vai dizer que do Plano aprovado não vão ser admitidas todas as pessoas e que nós vamos ver estes gastos reduzidos, eu diria “ótimo, aplaudo e cá estarei para esperar”, escrevam como diz o meu Colega Bruno Aragão, porque isso será excelente. Não podemos ter uma política de demagogia, nem dizemos aqui “coitadinhos, os votos hão-de vir aí e nós temos que manter o emprego de toda a gente”. Nós temos que ser realistas, porque se a barca tem pessoas a mais, ou se atiram alguns ao mar, ou vamos todos ao fundo. E, portanto, acho que o Município tem que começar a passar muito mais daquilo que é a palavra que podemos dizer rigor, mais rigor e mais rigor, mas na realidade nós temos de ser rigorosos e temos que começar a ser rigorosos em tudo e principalmente nas contas. O Orçamento terá de começar um caminho da correcção das contas do Município, das contas públicas. Assim exige a Inspecção Geral de Finanças, assim o exige o futuro de Oliveira de Azeméis. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Miguel Portela, do CDS/PP. =====

===== Em relação ao Orçamento, começava por uma sugestão, achei muito importante quando discutimos as Taxas Municipais uma pequena reunião que tivemos em que na altura a Câmara teve a hipótese de nos dizer o porquê das coisas, como fazemos, que perspectivas temos com isto tudo. Na minha pessoa, pessoalmente e depois na reunião que tive com o CDS ajudou-nos muito a perceber o sentido de voto e o porquê das coisas. Sei que não são obrigados a fazê-lo, mas senti que este Orçamento é muito pesado para nos chegar às mãos com este tempo e se calhar também fazer uma reunião preparatória com os Líderes de Bancada, ter-nos-ia ajudado a ter uma opção de voto. Não tenho a vergonha de dizer, é a primeira vez que aqui estou, tento votar com muita consciência e com muito cuidado, porque sinto um grande peso em cima do meu voto. Ouvi muita coisa, gostei das palavras que ouvi do Senhor Presidente da Câmara, agora aqui em cima do joelho, não me vai deixar decidir nada porque estou em cima do joelho.

Todos estes projectos, achei-os interessantes, serão todos executáveis a um ano, a quatro anos, ou no início. Trazia aqui umas coisas para falar, mas nem vai por aí, vai por outro sentido. Este Orçamento é de grande responsabilidade, estamos numa altura em que o Saneamento Financeiro é importante, apercebi-me também do mesmo que o nosso Colega Francisco Valente, realmente não houve redução, houve uma contenção, também não vou dizer que é mau, tem que se começar a parar de gastar a mais, sim senhora, é um bom sinal, paramos de gastar e propunha já o objectivo de daqui a um ano reduzir-se, se fosse possível. Agora, o sentido de voto do CDS para este Orçamento não poderá ir para além da abstenção. Primeiro, porque sentimos que realmente com a discussão que já cá tivemos da situação financeira da Câmara vimos vários investimentos, sim senhora que eram importantes, questionamos por talvez não termos tido a hipótese de discutir com o Presidente da Câmara, com alguns Vereadores como se levaria a efeito as coisas, se seria realmente possível fazer assim. O nosso sentido terá que ir sempre na abstenção, porque não temos plena confiança de que este Orçamento seja executável. Vemos algumas linhas, descobri outras agora aqui no discurso do Senhor Presidente da Câmara, não vi linhas que não concordasse, agora senti que realmente há necessidade de mais informação e de mais objectivo nalguns pontos, mais objectividade em alguns pontos do Orçamento. Queria só lançar uma preocupação que tenho, que era tentarmos enquadrar este Orçamento num problema que eu acho que deve ter resolução a curto prazo, porque neste momento da minha parte académica tenho feito um estudo sobre esse assunto, que é o Comércio Tradicional. Sei que têm sido feitos esforços, acho que tanto a UAC, como a Associação Comercial, como a Câmara, como os próprios comerciantes têm consciência da gravidade da situação e estão todos preocupados em resolvê-la, mas eu acho que a nível do Orçamento poderia ser pensada alguma estratégia para ajudar a resolver esta questão, porque o Comércio Tradicional está a cair muito rapidamente. Sei que o assunto é o Orçamento, mas acho que não vi uma medida, porque realmente já temos a UAC, temos a Associação Comercial, mas penso que a Câmara podia tentar ter um aspecto importante neste sentido ao nível do Orçamento. Vi algumas actividades, mas não sei até que ponto vão ter repercussão ou não. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Ilídio Lopes, Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho da Gândara. =====

===== Boa noite a todos. O Orçamento e as Grandes Opções do Plano para o ano de 2010 do Município de Oliveira de Azeméis, como importante instrumento das políticas a implementar, retrata bem a visão estratégica do Executivo, em função dos recursos disponíveis e estabelece prioridades para assegurar os melhores investimentos sem comprometer o futuro. É um Orçamento que se enquadra no processo de consolidação orçamental e saneamento financeiro, obrigando por isso a um controlo permanente da execução orçamental, quer da dívida como do endividamento. Caros colegas, tal como tenho vindo a dizer em anteriores intervenções quer no Orçamento, como na Prestação de Contas, gerir um Município desta

dimensão não é uma tarefa fácil. É que: - perante a política do Governo em transferir cada vez mais competências para a alçada dos Municípios, sem afectar os correspondentes apoios financeiros; - à escassez dos recursos financeiros provenientes dos fundos estruturais da União Europeia; - ao controlo, cada vez mais apertado e exigente, da acção dos Municípios por parte da Administração Central, em nome do cumprimento das metas orçamentais a que todos estão sujeitos (o famoso défice). A imaginação não basta! À imaginação, terá que ser associada a competência. E neste contexto o Município de Oliveira de Azeméis, procura implementar um orçamento realista, prudente e de rigor. Da análise global efectuada aos Mapas Orçamentais, constata-se a previsão de uma redução global de 4,96% (€ 1.936.670,00), face ao Orçamento de 2009, prevendo-se arrecadar uma receita de € 37.094.600,00, e com este facto atingirá seguramente um grau de execução financeira das receitas muito perto dos 95%. Lembro que em 2008 este rácio atingiu os 88%. Esta diminuição deve-se quase exclusivamente à existência do recurso a empréstimos de médio/ longo prazo (em 2009 constavam €2.330.000,00 nesta mesma rubrica), uma vez que no somatório das receitas próprias do Município de Oliveira de Azeméis, designadamente Impostos Indirectos, Taxas e Vendas e Prestações de Serviços, existe um crescimento face ao ano de 2009 (+€318.350,00), e as restantes rubricas da receita não se alteram significativamente face ao exercício anterior. Os valores das rubricas 01; 02; 04; 05; 07; 08 e 13, são calculadas com base na regra previsional que obriga a que não se ultrapasse a média aritmética simples da Receita efectivamente arrecadada nos últimos vinte e quatro meses, estando por isso vedada a sobreorçamentação da receita. Como prova deste facto, refere-se que a execução Orçamental dos últimos anos, incluindo 2009, em valores totais, supera claramente os valores orçamentados nestas mesmas rubricas. Este Orçamento, embora diminua o seu valor total, reforça o valor das Receitas Correntes em quase + €1.200.000,00, o que permite não só o reforço do princípio do Equilíbrio Orçamental (Receitas Correntes devem ser maiores que as Despesas Correntes), mas também canalizar este superavit para Despesas de Capital e Investimento. Os Impostos directos aumentam cerca de 2% (+€186.300,00), mesmo com uma perda significativa na arrecadação da receita do IMT - Imposto Municipal de Transmissões (-€393.750,00). Os restantes impostos superam esta redução do IMT, o mesmo que aconteceu nos valores previstos em 2009. As Transferências do Estado, mais concretamente o Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação no IRS, crescem 2% face aos valores transferidos em 2009. Tal como recomenda o Decreto-Lei 84-A/2002 quando diz que na inexistência de Orçamento do Estado ou projecto de Orçamento de Estado para 2010, no Orçamento Autárquico devem ser aplicados aumentos com base na taxa de inflação prevista no Orçamento de Estado em vigor, que neste caso são os tais 2%. Também se prevê que no decurso do ano de 2010 as transferências de verbas respeitantes aos projectos co-financiados pelo QREN (rubrica 06.09 e 10.09), aumentem significativamente à medida que os projectos já candidatados e a candidatar sejam aprovados. Candidaturas em curso: Escola Superior Aveiro Norte; Área de Acolhimento Empresarial UI/Loureiro; Arranjo Exteriores das Piscinas e do Pavilhão Municipal; Pavilhão Municipal e a requalificação do Parque da La-Salette. Centrando

a minha análise na componente da Despesa, quase me atrevia a dizer aos Senhores Deputados que nada de substancial se me oferece comentar, atendendo a que, perante a previsão de uma taxa da inflação na ordem dos 2,9%, e num cenário de taxa de juro com tendência a subir, quem estiver com o propósito de fazer uma análise seria não pode usar por sistema aquele argumento de que a despesa corrente do Município de Oliveira de Azeméis, não pára de crescer. Em termos globais a Despesa prevista no Orçamento para 2010, sofre uma redução de 4,96%, face ao Orçamento de 2009 (-€1.936.670,00). A Despesa Corrente diminui 0,81% (€200.980,00); A Despesa de Capital diminui 12,13 % (€1.735.690,00). Mas esta despesa de Capital irá aumentar à medida da aprovação das candidaturas em curso, isto é, as dotações inscritas como financiamento não definido no PPI 2009, passarão a financiamento definido e por esse motivo permitirão o aumento desta despesa, com a respectiva contrapartida do lado da receita. Assim sendo, o investimento autárquico para 2010 poderá atingir os 10 milhões de euros. Despesas com o pessoal- Neste Orçamento as despesas com o pessoal crescem 3,8% face a 2009 (+€411.290,00), influenciadas sobretudo pelo aumento previsional obrigatório de 2% das remunerações certas e permanentes e encargos para a Segurança Social, por força do Decreto-Lei que atrás havia referido 84-A/2002 (+€220.000,00), esta percentagem incide não pela despesa previsional de 2009, mas pela tabela de vencimentos actualmente em vigor, pelos novos recrutamentos previstos para 2010 (+€210.000,00) e pelo aumento das despesas de saúde (+€171.000,00). Já as despesas com horas extraordinárias sofrem um decréscimo de 54,5% face ao ano de 2009. Aquisição de Bens e Serviços- Esta rubrica regista o aumento mais significativo face ao ano anterior (+€2.018.000,00). Tendo em consideração que existe uma alteração do critério contabilístico na escrituração das despesas com a iluminação pública, que se traduziu numa diminuição da aquisição de bens (rubrica 02.011.602) e o aumento na aquisição de serviço (rubrica 020.225.9901), assinalamos um aumento real destas despesas em cerca de €300.000,00, face a 2009. A aquisição de refeições confeccionadas, que até aqui eram contabilizadas na rubrica 02.012.101, agora passaram a ser contabilizadas na rubrica 02.01.05, também regista um aumento significativo face ao ano anterior, devido ao maior apoio financeiro proporcionado pelo Município de Oliveira de Azeméis às crianças do Concelho (+€300.000,00). A aquisição de água para venda e consumo doméstico aumenta mais de € 100.000,00. As Despesas relacionadas com a recolha e o tratamento do lixo apresentam um aumento de cerca de € 700.000,00, associadas ao alargamento deste serviço a outras freguesias do Concelho. Os Transportes apresentam um aumento de cerca de € 200.000,00, também devido ao maior apoio concedido aos alunos. Note-se a diminuição de despesas relacionadas com a conservação e reparação de bens, despesas de representação, estudos e consultadoria, publicidade, vigilância e segurança, assistência técnica, rendas e alugueres, pneus e câmaras-de-ar. Em termos gerais, e como conclusão da análise desta rubrica da Despesa, poder-se-á dizer que nos custos não relacionados com a prestação de serviços básicos e imprescindíveis ao Município de Oliveira de Azeméis à população, foi possível efectuar alguns cortes na despesa. Os que sofreram aumentos vão ao encontro das necessidades básicas e ao aumento da qualidade de vida dos Oliveirenses.

Juros e Outros encargos- Esta diminuição e fruto do decréscimo das taxas de juro de referência. Transferências Correntes- A diminuição verificada, traduz-se ao nível das Instituições sem fins lucrativos. As Freguesias reforçam ligeiramente esta despesa. Aquisição de Bens de Capital- O decréscimo desta rubrica de cerca de € 2.100,00, deve-se sobretudo à rede viária, no entanto na candidatura da Área de Acolhimento Empresarial UI/Loureiro, está prevista a construção da Via do Sudoeste, não se reflectindo inicialmente e directamente este investimento na rede viária. Verifica-se também um quase nulo investimento na rede de abastecimento de água e esgotos, devido à estratégia seguida por este Executivo de estabelecer uma concessão ou uma parceria com privados. Saliente-se no entanto que o investimento previsto a realizar neste quadriénio por este Executivo ascende a quase € 65.000.000,00. Transferências de Capital- Praticamente é mantido o nível de despesa relativamente a 2009. Às Freguesias caberá a maior fatia com um aumento significativo face ao ano anterior 71,8%. Passivos Financeiros- O aumento deve-se sobretudo ao aumento das amortizações dos empréstimos de médio/longo prazo contratados. Termine, desejando a todos um resto de fim de ano com saúde e paz e que o próximo ano de 2010 nos traga tudo de bom. =====

===== Ausentou-se da sala o Senhor Presidente da Assembleia Municipal. =====

===== A Prof. Isabel Vilhena, Primeira Secretária da Assembleia Municipal, concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Fernando Pais Ferreira, do PS. =====

===== De facto, esta exposição feita pelo Senhor Presidente da Junta de S. Martinho da Gândara é de fazer inveja, Senhor Presidente da Câmara, é de fazer inveja. Eu esperava que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia fizesse uma análise crítica da questão e não o fez. Também pode dizer que não lhe compete fazer, chegou aqui e do ponto de vista técnico retratou sem fazer qualquer análise crítica. Honra lhe seja feita, eu fiquei deveras admirado com a análise que o Senhor fez, mas do ponto de vista crítico o Senhor não fez qualquer análise crítica à questão. De facto, eu esperava que no final da sua intervenção o Senhor Presidente da Junta tivesse alguma preocupação no sentido da aprovação deste Orçamento e do que dele consta. Em primeiro lugar, quero-lhe dizer que as razões da preocupação da Bancada do Partido Socialista são várias e eu vou passar a elencar muito rapidamente e não com o tempo que eu gostaria que me fosse concedido para o fazer, mas as nossas preocupações incidem em primeiro lugar, e em resposta àquilo que o Senhor Presidente da Junta de S. Martinho referiu, era exactamente a questão do PPI. Ese o Senhor fez essa análise, eu referindo-me a si estou a referir-me ao Senhor Presidente da Câmara, porque de facto ele ficou com inveja da exposição que o Senhor fez, a exposição dele pecou por defeito e no PPI nós verificamos o seguinte: em 2006 o PPI incluía cerca de trinta milhões de euros, em 2010 estão incluídos cerca de nove milhões de euros. Ora isto é preocupante e preocupante por duas ordens de razões. Primeiro, pelo decréscimo, isto é como o antigo Governante dizia “é só fazer as contas”, portanto, significa que hoje o PPI tem

menos quase um terço do investimento que tinha em 2006 e, portanto, penso eu que de 2006 para 2010 não haverá um reflexo profundo em termos económicos para isto acontecer. E, em segundo lugar, a razão da nossa preocupação é de facto fazermos uma análise comparativa com quem? Com os nossos vizinhos. Ora vamos ver o que é que os nossos vizinhos, Oliveira de Azeméis, S. João da Madeira, Estarreja, Aveiro, Albergaria, Arouca, Ílhavo tem. Ora, em termos de investimento per capita, significa que é um investimento inscrito no PPI que “beneficia” cada um de nós os Municípios, em 2009 nós tínhamos: Oliveira de Azeméis tinha € 202,00; Estarreja €700,00; Aveiro € 1100,00; Albergaria € 350; Ovar € 460,00; Arouca € 620,00; S. João da Madeira € 521,00 e Ílhavo € 1000,00. Por esses indicadores é fácil perceber que nós temos de facto um atraso estrutural profundo, resultando obviamente de uma política que nós consideramos profundamente errada ao longo dos tempos e ao longo da governação Social Democrata: investimentos mal definidos e no nosso entendimento falta de rigor e de responsabilidade tão propaladas aqui neste Orçamento. E a definição errada de políticas é reflectida neste Orçamento quando consideramos uma afectação de 2,5 milhões de euros para o Estádio Municipal e apenas € 75.000 (setenta e cinco mil euros) para os Paços do Concelho. É evidente que eu sou um profundo admirador do futebol, gosto muito de futebol, mas há que estabelecer prioridades. O Senhor Presidente da Câmara também gosta muito de futebol, até pelas funções sobejamente conhecidas, que eu me dispense de dizer, mas de facto não me parece que haja alguma racionalidade quando nós sabemos que, por exemplo, se põe a questão até de mandar destruir o próprio estádio do Beira-Mar, há quem defenda isso. Outro exemplo, prevemos apenas no PPI 1,5 milhões de euros, trezentos mil euros para os estaleiros municipais e 1,2 milhões de euros para os Paços do Concelho. Para equipamentos que permitiam a geração rápida de receitas, por eliminação de rendas por aluguer, por melhoria da eficácia resultante da concentração de serviços, pela melhoria da gestão e rentabilização dos equipamentos disponíveis, por uma gestão mais eficaz dos recursos disponíveis. Posto isto, eu passaria a fazer aqui algumas considerações, outras considerações sobre a questão e uma das questões que me leva a falar aqui, se em que algumas destas questões já foram aqui referidas, mas queria dizer o seguinte: falou-se aqui na política de recursos humanos e de facto a política de recursos humanos como está e como tem estado nos últimos anos é uma situação que nos preocupa. Não nos preocupa o carácter técnico das investidas para os cargos, preocupa-nos é uma coisa muito simples: é o peso da despesa em pessoal na despesa corrente. E nós sabemos que o valor da despesa com o pessoal na despesa corrente são 46%, ou seja, a Câmara de despesa corrente gasta quase metade em pessoal. Eu pergunto, há aqui pessoas que gerem, nós gerimos empresas, gerimos microempresas, eu pergunto se isto é uma gestão eficaz? Eu não estou a pôr em causa aqui a qualidade dos funcionários, estou a pôr em causa este critério de racionalidade e responsabilidade. É evidente que o Senhor Presidente da Câmara pode numa atitude perfeitamente até compreensível da minha parte dizer que herdou isto do passado, só que a nossa preocupação mantém-se e a nossa preocupação mantém-se por outra ordem de razões. No Plano de Saneamento Financeiro, que eu vou designar apenas por PSF, apresentado pela

Autarquia ao Tribunal de Contas definia na exposição introdutória uma situação muito clara, dizia o seguinte: a manutenção de uma política de contenção de admissões prudente, a manutenção da actual estrutura pelos anos de vigência do Plano para que a Autarquia pudesse cumprir o chamado PSF, Plano de Saneamento Financeiro. Sublinhamos que esta política de contenção na admissão dos recursos humanos era considerada como determinante para o sucesso do cumprimento do estabelecimento no Plano de Saneamento Financeiro e daí ter ao Tribunal de Contas o montante € 10.945.000 (dez milhões novecentos e quarenta e cinco mil euros) de encargos com funcionários, ou seja, o Tribunal de Contas considerou que a nossa preocupação do Partido Socialista era uma preocupação efectiva e relevante, atendendo ao peso do Quadro de Pessoal nas despesas correntes. E a Câmara Municipal fez essa declaração de intenções. Ora, temos previsto para o ano de 2010, ali o Senhor Presidente da Junta já descartou isso, até já achou qual era o montante do aumento, o valor de € 11.357.000 (onze milhões trezentos e cinquenta e sete mil euros), porque não cumpre o estabelecido no Plano de Saneamento Financeiro. O Senhor Presidente da Câmara pode dizer, até com razão, eu até estou sensível a esse tipo argumentativo, diz assim “bom, mas isto não é relevante, lá vêm vocês com as vossas coisas, não é relevante, é um aumento insignificante, etc.”, só que fica a nossa preocupação. O Senhor Presidente da Câmara tem que relevar a nossa preocupação e até parece que com a sinalética que fez que está a concordar com a situação e a tomar nota. Na primeira página do Orçamento, que nós lemos com algum cuidado, existe um parágrafo que refere o seguinte: o processo de consolidação orçamental e financeiro coloca o Orçamento 2010 num novo patamar de exigência, obrigando a um controlo constante da execução e termina com um “limitado nível de investimento”. Referimos que se hoje o PSD constata que temos um limitado nível de investimento, esta situação é desde logo reflectida que nós temos um concelho com dezanove freguesias, com carências básicas e que temos apenas 6,7 milhões de euros para distribuir, ou seja, para a aquisição de bens de capital, que são entre outras coisas os investimentos com equipamentos de serviços que influenciam directamente a qualidade de vida dos Oliveirenses, temos pouco mais de € 350.000 (trezentos e cinquenta mil euros) por freguesia, o que é manifestamente pouco e ali o Senhor Presidente da Junta também estará a concordar comigo certamente, para um concelho com necessidades profundas e amplamente conhecidas. Sublinhamos a verba também para o passivo financeiro, que é uma situação que esta Câmara Municipal também herdou da gestão anterior, em que temos 3,7 milhões de euros, que é mais de metade da verba disponível que temos para a aquisição de bens de capital ou para darmos um exemplo comparativo, quase o dobro das transferências totais de capitais. Eu relativamente ao passivo financeiro, dos três milhões setecentos e noventa mil e quinhentos euros, a Câmara Municipal paga por hora a quantia de € 432 (quatrocentos e trinta e dois euros)/ hora em termos de passivo financeiro. Sublinhamos que as receitas de capital 10,3 milhões de euros, 4,5 milhões de euros provém da Administração Central e dois milhões de euros de Fundos Comunitários, aliás como já foi referido pelo Senhor Presidente da Junta de S. Martinho. Inversamente, no lado da despesa, a Autarquia revela uma enorme capacidade de

realização, apresentando dos 24,5 milhões de euros para despesa corrente, 11,3 milhões de euros de despesa com pessoal, ou seja, mais de 46%. Outro ponto que me apraz registar e nós não tecemos só críticas construtivas em termos daquilo que se devia fazer, há aqui uma situação que de facto o Partido Socialista releva, que é neste Orçamento são também previstas importantes verbas para o parque escolar concelhio, o que de facto nos apraz porque o investimento na educação é fundamental para a dinamização económica, cultural e social de Oliveira de Azeméis. Alguns esclarecimentos que a Bancada do Partido Socialista queria fazer referem-se exactamente a várias situações. A primeira é: as despesas financeiras são reduzidas em cerca de dois milhões de euros. A que se deve essa redução, Senhor Presidente? Na venda de bens de investimento, na conta 9 aparece aí em 901 terrenos um milhão quinhentos e três mil euros, que património é este que a Câmara pretende alienar? Nos apoios previstos às Instituições Sem Fins Lucrativos, um milhão de euros, que verba vai ficar disponível para a reposição dos subsídios ordinários às colectividades que foram eliminados desde 2005? Da conta 06, Outras Despesas Correntes, o que quer dizer €287.400 (duzentos e oitenta e sete mil e quatrocentos euros) de Outros da Câmara Municipal? A rubrica 602 é uma rubrica económica com função meramente residual, mas já agora nós gostaríamos de saber a que corresponde estes montantes. Os 1,7 milhões de euros, previstos para transferências de capital para as Juntas de Freguesia, estão comprometidas do exercício de 2009? Tínhamos no passado €555.000 (quinhentos e cinquenta e cinco mil euros) dos protocolos de colaboração financeira, mais €250.000 (duzentos e cinquenta mil euros) de delegação de competências, que vamos ter agora, Senhor Presidente? Eram estas as perguntas que eu queria deixar e que queria que o Senhor Presidente, de facto, nos esclarecesse sobre essa situação, esperando que a execução deste Orçamento vá de encontro a uma gestão equilibrada e prudente como é referida, desejando uma boa gestão. Entretanto não podia deixar de passar em claro a minha intervenção, certamente por lapso o Senhor Presidente da Câmara não fez referência às inúmeras propostas que recebeu também do Partido Socialista, através do actual corpo de Vereadores do Partido Socialista. Fez só referência para o CDS e para o próprio PSD e não fez referência do PS. Muito obrigado, bom ano para todos e continuação de boas festas. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. António Rosa, do PSD. =====

===== Senhor Presidente, antes de mais eu queria pegar em algumas questões que aqui foram levantadas relativamente a este documento e mais concretamente ao processo que deu origem à apresentação deste documento, para lhe fazer um agradecimento e um reconhecimento pelo facto de num espaço curtíssimo de tempo, menos de sessenta dias, ter apresentado este documento que naturalmente poderia melhor se mais atempadamente pensado, se com maior envolvimento dos diversos agentes, nomeadamente dos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, que obviamente têm toda a legitimidade e o Senhor Presidente não se cansou de

manifestar essa disponibilidade para envolver os Senhores Presidentes de Junta neste processo. Mas eu gostava de reconhecer primeiro o esforço que foi feito pela Câmara Municipal, pelos técnicos que acompanharam este processo também e porque seguramente que esta foi uma decisão também devidamente pensada e uma solução de compromisso. É que provavelmente também nos esquecemos ou as pessoas que questionam esta pressa, ou esta suposta pressa, se esqueceram também do reverso da medalha, é que o Senhor Presidente de Câmara e a Câmara Municipal a partir de 01 de Janeiro estarão em plenos poderes para começar a trabalhar e trabalhar a sério no seu Orçamento, caso contrário quer a Câmara Municipal, quer os Senhores Presidentes de Junta seguramente que teriam a sua actividade fortemente condicionada até Março/ Abril em função do momento em que fosse aprovado o Orçamento, portanto por esse facto creio que a opção foi correcta e por esse facto aqui o reconhecimento. Eu gostei de ouvir as intervenções anteriores e particularmente aquela que me provoca alguns comentários, até porque ela própria foi uma boa parte um comentário, foi a do Dr. Pais Ferreira. E eu gostava aqui de dizer o seguinte: de facto comentou e sobretudo criticou a ausência de alguma crítica por parte do meu Colega Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho da Gândara, mas eu sentia-me tentado a dizer que oxalá não tivesse feito essa crítica, porque de facto a crítica que fez denota a ausência de alguns dados para que pudesse fazer uma crítica mais sustentada e mais substanciada. Eu referia-me apenas a dois aspectos, porque há determinadas comparações e determinados exercícios de comparação que claramente não podem e não devem ser feitos, obviamente que ficarão bem, porventura as pessoas menos avisadas ficarão satisfeitas e com uma determinada perspectiva e percepção, mas a verdade não é exactamente aquela que se quer fazer passar. Comparar o Orçamento da Câmara Municipal em 2006 com o Orçamento da Câmara Municipal em 2009 é um exercício, eu diria, absolutamente desprovido de lógica, por um simples facto, entre outros, é que o ano de 2006 é um ano de fim de um Quadro Comunitário, onde não há candidaturas para aprovar, estão todas elas aprovadas, são todas elas reflectidas em Orçamento. O Ano 2009, não foi a Câmara Municipal que definiu este calendário, foram outros noutras estruturas, noutras camadas etárias, que definiram o calendário de aprovação do QREN e eu recordo que as candidaturas do QREN são muito recentes, há abertura de processos de candidatura do QREN são muito recentes. O Senhor Presidente explicou, e muitíssimo bem, é que este é um Orçamento que é um ponto de partida que seguramente, claramente, terá uma margem de progressão muito grande em termos da sua dimensão, porque seguramente no final do ano teremos não um Orçamento de trinta e cinco ou trinta e sete milhões de euros como aquele que aqui estamos a ver, mas uma execução porventura bastante superior deste ponto de vista. Por outro lado, eu invertia aqui também um bocadinho da ordem que pretendia para a minha intervenção, porque lamentamos, é óbvio que as prioridades, é óbvio que os projectos de cada um dos Partidos em campanha eleitoral apresentou-os à população e naturalmente a população pronunciou-se e fez a sua escolha. Teríamos aqui razão para criticar se o Senhor Presidente da Câmara e a Câmara Municipal estivessem a colocar neste Orçamento coisas diferentes daquelas que disseram à população e que colocaram à consideração da população

para que escolhesse. E aí o Senhor Presidente da Câmara não pode de todo ser condenado e criticado, porque de facto aquilo que apresentou às pessoas é aquilo que com verdade e também sem falsas expectativas, sem uma ambição desmesurada, apresentou e colocou neste Orçamento. Este Orçamento em arranque de mandato reduz em relação àquilo que foi no ano anterior. Isto, o Senhor Presidente disse-o e disse-o com propriedade, é ser realista, é ser prudente, é ser sério e ser responsável, mas não deixa de ser também ambicioso, é que como alguém dizia noutros tempos “há mais vida para além do Orçamento” e o Senhor Presidente explicou e muito bem. Este Orçamento elenca naturalmente um conjunto de projectos que são importantes, que são bandeiras, mas para além disto e isto é a gestão que hoje é exigida às autarquias, é que de facto haja imaginação também para encontrar outros mecanismos, nomeadamente as parcerias publico-privadas como foi aqui referido pelo Senhor Presidente, que não deixa de estar na mira do Executivo Municipal, mas nem por isso tem reflexos em termos quantitativos neste Orçamento. Estamos a falar da água e do saneamento, estamos a falar de um exemplo excepcional também da parceria público-privada, que foi aquela que vai dar origem à requalificação das margens do Rio Caima, que a Câmara Municipal financeiramente não colocará um cêntimo neste projecto, mas na verdade é a comunidade que beneficia de uma parceria com um privado e naturalmente com financiamento comunitário. Eu gostava de fazer uma outra referência também que é extremamente importante e aqui até fazia um desafio ao Senhor Presidente, eu concordo plenamente com o que disse há bocadinho o Deputado Miguel Portela, de facto um trabalho prévio também seria porventura ajuda e facilitador também de formularmos os nossos conhecimentos e a nossa posição relativamente a este documento. Mas eu acho que até era interessante um pouco mais, que era a Câmara Municipal promover um estágio na Câmara Municipal durante um mês para os Senhores Deputados da Assembleia Municipal, é porque isso seguramente ajudaria muito a perceber o que é uma Câmara Municipal, é que criticar a dimensão de custos com o pessoal numa instituição que essencialmente presta serviços à comunidade, é no mínimo um exercício de retórica e de fantasia, porque a Câmara Municipal tem que prestar serviços na educação, tem que prestar serviços de carácter administrativo obviamente, na área do ambiente, na área social e é cada vez mais e nos tempos que correm de grande relevância, isto não se faz sem pessoas, obviamente não se faz sem pessoas e, portanto, isto engrossa as despesas correntes da Câmara Municipal. Mas eu creio que nenhum de nós irá defender que se deixe de prestar estes serviços, é que o tempo do betão puro e duro já lá vai há muito tempo. Não significa que não seja uma preocupação e é, e está aqui explanada neste documento também, mas seguramente que a dimensão relativa destas verbas em relação às verbas que dizem respeito ao trabalho que as pessoas, que os técnicos da Câmara Municipal providenciam à comunidade, esta é seguramente uma questão e uma discussão estéril e que seguramente a Câmara Municipal, assim espero, não vá abdicar deste investimento em pessoas para as pessoas, para os Oliveirenses. Eu dizia há pouco que este é um Orçamento que do ponto de vista do investimento tem margem de progressão. O Senhor Presidente fez aqui uma excelente apresentação, no sentido de nos dar a

perspectiva daquilo que é a sua estratégia para o Município e seguramente que incorporou nesta sua intervenção a estratégia para este exercício que estamos agora aqui a aprovar ou a avaliar e a apreciar, mas também para o resto do seu mandato, porque de facto em áreas como a área do ambiente que já referi há pouco com dois projectos âncora de grande impacto. Um deles, e também aqui Senhor Presidente tenho de fazer esta referência, é que porventura podia haver quem dissesse promessas de campanha, conversa de campanha para iludir as pessoas, não, Senhor Presidente para além de já o ter afirmado nesta Assembleia por diversas vezes, coloca-a por escrito no documento que nos coloca à disposição de que a cobertura plena do próximo quadriénio é um objectivo, que será cumprido e diz-nos como é que o irá fazer. Portanto, se dúvidas houver naturalmente que estaremos aqui também para avaliar o resultado final. Na área da educação, há aqui projectos que seguramente daqui a alguns anos concretizando-se, como naturalmente se irão concretizar estes projectos, quer na área que diz respeito à responsabilidade do Município, o 1.º ciclo, aos novos centros escolares, com a requalificação dos centros escolares recentes, mas sobretudo e aqui há a destacar o papel de âncora de desenvolvimento que será a constituição do Pólo Universitário da Escola Superior Aveiro Norte na freguesia de S. Tiago de Riba-Ul, que será seguramente um projecto também de que Oliveira de Azeméis se orgulhará e cujo resultado de impacto ao nível de comunidade, ao nível do tecido empresarial e ao nível do tecido comunitário, será seguramente também uma marca distintiva deste período. Soube também na afirmação categórica feita pelo Senhor Presidente há pouco, no que respeita às medidas instrumentais, nomeadamente à conclusão do Plano Director Municipal, portanto o ano 2010 será aqui também um ano de conclusão de um trajecto e, portanto, de uma nova etapa também no que diz respeito ao planeamento e ao ordenamento do Município e isso seguramente não deixará de ter resultados e impacto substancial no futuro de Oliveira de Azeméis. Eu gostava de fazer uma última referência nesta mesma minha intervenção a uma questão que é muito sensível e muito acarinhada por todos nós, sem dúvida em todas as intervenções, mas que depois na sua concretização nem sempre estamos de acordo. É que há pouco o Senhor Presidente dizia e muito bem, eu subscrevo e reforço neste momento, as nossas despesas correntes para além de pessoas tem também a prestação de muitos outros serviços que a Câmara subcontrata e é estranho que as mesmas pessoas há uns dias atrás e há uns meses atrás nesta Assembleia aprovaram e aplaudiram a adjudicação ou lançamento de um concurso para recolha de resíduos sólidos urbanos em todo concelho, que tem dezanove freguesias com igual legitimidade de ter uma qualidade do serviço prestado, hoje se questione então por é que só vêm as despesas correntes, naturalmente que é esse serviço é pago, temos que pagar esse serviço, não há ninguém que concorra com a perspectiva de não vir a receber pelo serviço prestado e isso naturalmente que engrossa substancialmente as despesas correntes consideradas neste Orçamento, para além de outras questões de carácter semelhante. Uma última palavra, dizia eu, também de reconhecimento à Câmara Municipal porque apesar deste contexto que não é fácil e que força à difícil tarefa, à difícil missão de fazer opções, de definir prioridades, quer manter apesar disso a sua aposta no apoio às freguesias e no apoio às

colectividades. Esta é uma outra matéria que também só por alguma fantasia é que podemos comparações directas com outros Municípios, com caracterização completamente diferente. Nós temos cerca de duzentas instituições no concelho, muito do investimento do Município é feito indirectamente através das instituições. A Câmara Municipal tem neste Orçamento previsto, algures dentro das respectivas verbas, um apoio de cerca de um milhão de euros para projectos apoiados pelo Programa Pares. Isto não é investimento municipal? É seguramente. É lógico que não será a Câmara a fazê-lo, mas será a Câmara a facilitar a concretização por parte daqueles que são os beneficiários destes apoios. Por outro lado, as Juntas de Freguesia também, reparem isto é importante dizer e digo a todos os Senhores Presidentes de Junta porque tenho perfeita consciência disto, a Câmara Municipal voluntariamente e estrategicamente também decide apoiar as Juntas de Freguesia, porque reconhece que para aquela que é a missão que lhes compete e aquilo que é a expectativa que a comunidade tem sobre o seu desempenho, os recursos que a Administração Central lhes confere são absolutamente ridículos e não sendo a Câmara Municipal quer em pessoas, quer financeiramente a dar o seu contributo, seria seguramente muito difícil o exercício da função dos Senhores Presidentes. E, portanto, aqui uma referência também à manutenção, ao esforço de manutenção do apoio que a Câmara Municipal, fizeram-no no início desta Assembleia num outro ponto, em manter a transferência de capital mensal para as Juntas de Freguesia atempadamente, como ela acontece hoje, para que possam fazer face aos seus pequenos grandes projectos, mas para que esta transferência é de facto essencial, portanto, aqui também uma referência para esta decisão importante assumida pela Câmara Municipal. Por último, e na sequência desta análise que fiz, naturalmente que a Bancada do Partido Social Democrata votará favoravelmente este Orçamento e que deposita na concretização deste Orçamento grandes esperanças por parte da Câmara Municipal. Obrigado.

===== Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar mais esclarecimentos à Assembleia Municipal. =====

===== Alguns esclarecimentos, porque muitas das questões que foram aqui colocadas, elas durante este debate foram esclarecidas, é evidente que o trabalho vinha feito de casa e algumas intervenções faziam a pergunta e davam a resposta, sabiam mesmo qual é que iria ser a resposta. Em primeiro lugar, uma coisa que me deixa obviamente satisfeito, é que o trabalho de casa e ainda bem que foi feito pelos Membros da Assembleia Municipal e isso apraz-me registar. Relativamente aos prazos dizer-vos que a reunião de Câmara Municipal do Executivo Municipal que aprovou este Orçamento se realizou no dia 23 de Dezembro e que nesse mesmo dia foi enviada toda a documentação para os Membros da Assembleia Municipal, foram dadas instruções para que isso acontecesse e aliás vê-se pelo nível das intervenções que aqui assistimos que a preparação foi cuidadosa, muito cuidadosa e obviamente que despenderam largas horas na preparação desta mesma Assembleia Municipal e isso é gratificante, perceber

que há um envolvimento, uma vontade enorme em participar. Quando eu me referi às propostas e também foi citado às inúmeras propostas que os Senhores Vereadores do Partido Socialista fazem, justiça me seja feita inclusive nesta Assembleia Municipal, na discussão de alguns pontos, que eu próprio informei que a proposta x foi apresentada pelos Senhores Vereadores do Partido Socialista, foi aprovada na reunião de Câmara. Nunca aqui em nenhuma situação me quis apropriar de alguma proposta de quem quer que seja, nem acho que se deva fazer, porque acho que nestas matérias nós não devemos ter esse tipo de preocupações. Eu referi-me a uma coisa diferente, é que no dia 03 de Dezembro a Câmara Municipal escreveu às Comissões Políticas dos Partidos, PS, PSD e CDS a pedir sugestões para estes planos, programas e responderam, foi isso que eu disse no início da intervenção, o CDS/PP e o PSD, mais nada, nem disse quem não respondeu, só disse quem respondeu e só estou a dar este esclarecimento porque esta matéria foi aqui suscitada, não por mim, eu dei a informação que foram pedidos e que recebemos. Quanto à questão da constatação das circunstâncias absolutamente anormais justificando um Orçamento de Estado Rectificativo, eu queria dizer que as circunstâncias absolutamente anormais não acontecem só para os orçamentos rectificativos, acontecem no País e, portanto, os Municípios também vivem circunstâncias absolutamente anormais. É bom que fique claro e aliás um destes Orçamentos Rectificados, Senhor Deputado Francisco Valente, até permitiu um aumento de endividamento à Região Autónoma da Madeira. O que eu me referi é que os Municípios todos mereciam uma atenção neste orçamento rectificativo, porque estas circunstâncias absolutamente anormais são em Oliveira de Azeméis, são em Sertã, são em Cuba, são em Vila Real, são em todo o lado e os Municípios foram olímpicamente ignorados no Orçamento Rectificativo. Dir-me-á o Senhor Deputado Francisco Valente que isso competia à Associação Nacional de Municípios e eu subscrevo por baixo, não é Município a Município que se consegue resolver estas coisas, é evidente que era um trabalho de influência, de lobby político junto de quem estava a tratar do Orçamento Rectificativo. Vou-lhe dar só um exemplo, veja que se o Orçamento Rectificativo abria a possibilidade dos Municípios se poderem endividar para o reforço das suas políticas sociais. Era se calhar uma medida interessante, era uma medida interessante que seguramente quem necessitasse poderia fazer. Não, não foi possível e o que é que acontece? É evidente que a malha apertada, apertada e no nosso Município apertada ainda mais, fruto dos compromissos de saneamento financeiro que temos e que queremos cumprir. E também dizer-vos o seguinte: foram várias vezes utilizada a palavra “o Executivo herdou, o Senhor Presidente herdou”, aqui ninguém herdou nada, aqui somos todos eleitos, uns com mais votos, outros com menos votos, os Oliveirenses escolheram uns em detrimento dos outros, deram mais votos a uns, deram menos votos a outros, portanto, fomos todos eleitos, ninguém aqui herdou nada, de nenhuma uma bancada, nem o próprio Executivo. Agora, há questões que são factuais e esses meus caros, isto são números, a despesa diminui ou aumenta? Já toda a gente aqui disse que diminui, diminui pouco, mas então fará se ela aumentasse. Diminui, essa é uma questão, o Senhor Deputado Francisco Valente disse que ela diminuía € 200.000 (duzentos mil euros), despesa corrente, mas a despesa de capital diminui um milhão e quinhentos e tal mil euros. Mas,

Senhor Deputado, eu relembro-lhe aquilo que o Senhor aqui disse na última Assembleia Municipal “Senhor Presidente, o equilíbrio orçamental deve-se começar a fazer principalmente pelo lado da despesa e Oliveira de Azeméis e a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis tem que ter isso em atenção”. Ora aqui está, nós reduzimos a despesa. Eu até percebo algumas intervenções “os senhores aumentaram a despesa”, não, nós diminuímos, dizem os senhores “diminuíram como?”. Meus caros, diminuímos, essa é uma questão indesmentível, pode estar aqui a fazer as intervenções, as análises, as comparações mais imaginativas, aliás eu ouvi aqui hoje comparações extraordinárias, já tinha sido há tempos surpreendido com algumas comparações. Até me apetece e os Senhores vão-se todos rir, se eu um dia chegava aqui, comparava e pedia para comparar “comparem as transferências para as freguesias de Oliveira de Azeméis com S. João da Madeira, o valor que se transfere para as freguesias de Oliveira de Azeméis, para as freguesias de S. João da Madeira”, eu podia vir aqui dizer isso, é uma comparação, é legítimo, porque algumas comparações que hoje fui confrontado atingem também este patamar de diferença, é que nós não podemos comparar as coisas que não são comparáveis, tenham lá a paciência. E não podemos comparar só quando nos dá jeito, e quando não dá jeito não comparamos. E vou aqui também falou numa outra questão, que foi rebatida até à exaustão, o aumento das despesas com pessoal. Ora, vamos lá então falar do aumento das despesas com pessoal. A despesa com pessoal cresce 3,8% relativamente ao Orçamento de 2009, é indesmentível, é tão indesmentível como é a redução da despesa, é igualzinho. Gostava também que os senhores nesta análise cuidada, quando estão a falar das despesas de pessoal que aumenta 3,8% relativamente a 2009, pudessem, nem que fosse baixinho, numa nota de rodapé, dizer assim “mas ao menos, por exemplo, também nas despesas com pessoal assistimos a uma redução das horas extraordinárias em 50% relativamente a 2009”. O Senhor Ilídio disse, mas o Senhor não disse, mas viu, o Senhor viu e também podia ter dito, já que o Senhor comentou as outras intervenções, permita-me que eu também comente a sua. O Senhor disse que as despesas com pessoal aumentaram 3,8%, é verdade já lá vamos, já lá vamos explicar os 3,8%, mas também é verdade que as horas extraordinárias da Câmara Municipal comparativamente com 2009 baixam 50%. Isto não é um esforço? Não chega, dirá o Senhor. Sim senhor, é o seu critério de avaliação e eu respeito, como eu também espero que o Senhor respeite o meu como é evidente, até como disse fomos ambos eleitos, com diferenças de votos, mas fomos ambos eleitos. Vamos então às despesas com pessoal: sabe que há por obrigação legislativa um aumento previsional obrigatório de 2%, está na Lei, tem que se fazer, não há volta a dar. E sabe também que os encargos com a Segurança Social, por força do Decreto-Lei 84-A/2002, obriga-nos a transferir € 220.000 (duzentos e vinte mil euros) e sabe também que temos um aumento com despesas de saúde, ou seja, à ADSE de € 171.000 (cento e setenta e um mil euros). Ora bem, se fizer as contas, o aumento das despesas com o pessoal, Senhor Deputado, relativamente ao Quadro de Pessoal previsional andarão perto dos cinquenta mil euros, não chegará a cinquenta mil euros, andarão nos quarenta e seis mil euros, mas como sabe há aqui imposições de ordem legal e que nós não podemos fugir, sob pena de sermos todos

considerados aqui uns foragidos, uns fora-da-lei relativamente a esta matéria. Nesta questão convém aqui percebermos que o aumento das despesas com o pessoal, porque eu sei que isto é um chavão, isto vende, “aumenta as despesas com pessoal 3,8%”, como quem diz isto é, como o Senhor Deputado permita-me que o cite, o Deputado Francisco Valente na última reunião da Assembleia Municipal, não relativamente a esta matéria, mas à despesa, dizia “tem que reduzir a despesa”, ela está aqui reduzida e eu pensei e disse cá para mim “o Senhor Deputado Francisco Valente vai votar a favor”, porque ele disse “os senhores andaram a gastar à la gardér” e aqui como nós reduzimos a despesa isso é indesmentível, dir-me-á o Senhor e eu respeito, é pouco. Pronto, eu respeito, é pouco, paciência. Senhor Deputado, como tudo aquilo que falou é com base em instrumentos previsíveis, ou também só é previsível o que lhe dá jeito? É previsível tudo, não é só previsível uma coisa e deixa de ser previsível a outra. Quanto a outras questões que aqui foram levantadas, sinceramente eu estou satisfeito com a discussão, muito satisfeito, acho que isto ficou claro e objectivo e então na questão das despesas com o pessoal e na tecla do pessoal. Senhor Deputado Pais Ferreira, sabe porquê? Porque o Senhor Deputado Fernando Pais Ferreira quando está a preparar, e dedicou várias horas a esse estudo que fez, porque está aí um estudo minucioso e pormenorizado, esqueceu-se de algumas coisas, mas nessas que trabalhou, trabalhou bem, mas dizer que para a próxima, eu vou-lhe dar uma sugestão porque o Senhor também fartou-se de dar sugestões, permita-me que aceite com humildade esta sugestão e é mesmo com humildade, é que para a próxima quando estiver a preparar estes documentos, se sente com o Senhor Presidente de Junta de Loureiro, com o Senhor Presidente de Junta de S. Roque e com o Senhor Presidente de Junta do Pinheiro da Bemposta, eles podem-lhe explicar, porque algumas apreciações relativamente ao pessoal, eu posso estar a ser precipitado ou estar a ter uma leitura errada, dá-me impressão que o Senhor não falou dos seus Presidentes de Junta. Eu vou agora, Orçamento aprovado, e dir-me-á o Senhor “não falou antes, vai falar depois”, mas agora fruto do Orçamento aprovado em 2010 eu vou-me reunir individualmente com cada Presidente de Junta, onde vamos discutir várias coisas, entre elas o pessoal e eu vou-me lembrar e de que maneira daquilo que o Senhor aqui hoje falou do pessoal, porque é importante, nós não podemos só chegar aqui, dizer-mos as coisas e depois ok daqui a um ano estamos cá outra vez. E era esse o desafio que eu lhe fazia, é que daqui a um ano estamos cá outra vez, daqui a um ano estamos cá outra vez para o Senhor Deputado Pais Ferreira ver se este Orçamento foi bem feito, se não foi bem feito, se está bem construído, se não está bem construído. Há uma coisa que é inevitável, porque eu posso estar aqui, o Senhor Deputado Ilídio Lopes fez um esforço tremendo porque ainda tinha aquela sensação de o poder convencer a si a mudar a sua posição, mas eu já percebi que a sua posição é imutável nesta matéria do Orçamento, seja o argumento qualquer. Portanto, Senhor Deputado há aqui diferenças que são insanáveis, hoje nesta matéria sobre o Orçamento e, portanto, ficaram claras as posições, foram bastantes claras. Eu acho que o Partido Socialista nunca foi tão claro na discussão do Orçamento como foi este ano, estão de parabéns, foram clarinhos como água, ainda na última Assembleia Municipal a apreciar o relatório da IGF tiveram um

discurso e hoje passado pouco tempo já tiveram outro. Portanto, estamos completamente de acordo. A despesa não aumenta e o não aumento da despesa é reconhecido por todas as Bancadas. Essa é uma matéria clara e objectiva. Estou satisfeito. O investimento, Senhor Deputado Pais Ferreira, é o investimento possível e é um investimento possível fruto de um conjunto de questões que o Senhor sabe e que o Senhor cita permanentemente quando lhe dá jeito. O Senhor, nas despesas como o pessoal fartou-se de citar o Plano de Saneamento Financeiro e então no investimento já não há problemas com o Plano de Saneamento Financeiro? Pode-se investir, citando Francisco Valente “à Lagardere”? Então, e as candidaturas comunitárias, o Senhor vai ver, é por isso que eu lhe digo, nós voltamo-nos a encontrar daqui a um ano, vamo-nos encontrar mais vezes seguramente, mas daqui a um ano para falar sobre esta matéria e eu acredito sinceramente e isto eu também lhe queria dizer Senhor Deputado Pais Ferreira, tenho a certeza absoluta que o Senhor também será capaz de lhe chegar ali e dizer “eu em 30 de Dezembro de 2009 enganei-me, Senhor Presidente, parabéns”. É nisso que eu vou trabalhar, é para o Senhor Deputado Pais Ferreira daqui a um ano, espero que não seja no dia 30, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, daqui a um ano quando estivermos a discutir esta questão do Orçamento e do Plano, o Senhor Deputado Pais Ferreira diga “estava enganado”. E é sinal sabe de quê? É sinal de que todos nós trabalhamos no sentido de melhorar as contas do nosso Município, de aumentarmos o investimento e não o endividamento, porque aumentar o endividamento é um privilégio de alguns, de alguns que têm a possibilidade de fazer orçamentos rectificativos e esses sim podem aumentar o endividamento, podem ultrapassar o défice, porque têm circunstâncias extraordinárias, nós os Municípios não temos circunstâncias extraordinárias, nós a Câmara Municipal, as Juntas de Freguesia. Olhe, tem que se ver com aquilo que têm e são muitos os problemas, mas como lhe disse, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, estou muito, mas mesmo muito satisfeito com esta discussão, porque as coisas ficaram bastante claras, claras como água e, portanto, aquilo que temos é que trabalhar, que arregaçar as mangas, não podemos obviamente cruzar os braços, temos que arregaçar as mangas para conseguirmos atingir estes objectivos a que nos propomos. São objectivos que dirão alguns pouco ambiciosos, mas é a vossa posição, este foi o Orçamento que nós conseguimos em tempo record propor à Assembleia Municipal. É com este que queremos trabalhar e é com este que vamos trabalhar nos próximos anos. Muito obrigado, Senhor Presidente. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número quinze à votação, tendo sido deliberado por maioria aprovar os referidos documentos, com a seguinte votação: a favor – vinte e sete votos do PSD; abstenções – quinze do PS e duas do CDS/PP. ==

*===== **Ponto dezasseis:** Proposta de criação de Grupo de Trabalho para a Área da Saúde – Aprovação. =====*

=====
 ===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Todos reconhecemos que, apesar de a Saúde não ser uma das competências directas dos municípios, constitui uma das áreas da acção política mais nobres e importantes, onde a geração de consensos entre as diferentes forças partidárias é desejável e fundamental para que se possam encontrar as soluções que melhor respondam aos legítimos anseios das populações. Assim, considerando que: 1. No passado foram criadas equipas multipartidárias para acompanhamento de dossiers estratégicos para o Concelho, de que é um bom exemplo nesta área em concreto, a comissão criada para o acompanhamento do processo das obras de requalificação nas Urgências do nosso Hospital; 2. Estão a decorrer neste momento importantes processos nesta área determinantes para o nosso Concelho, quer pela qualidade da resposta que podemos instalar no nosso Concelho ao nível da prestação de cuidados de saúde aos nossos munícipes, quer pelo enorme impacto no desenvolvimento da economia local e regional, de que são exemplos a implantação das Unidades de Saúde Familiares e o estudo da localização do novo Centro Hospitalar de Entre Douro e Vouga (CHEDV); 3. Que importa acompanhar de forma continuada estes processos e decisões, envolvendo um leque, o mais alargado possível, de representantes de órgãos e partidos a nível local. Propõe-se que: a) Seja aprovada a constituição de um grupo de trabalho para a Saúde, composto por cinco elementos, sendo dois deles representantes do executivo camarário (um de cada partido) e os restantes três representantes da Assembleia Municipal (um por cada partido representado), com o objectivo de acompanharem o desenrolar dos processos referidos, bem como outros que neste sector venham a surgir; b) Estes elementos sejam designados pelos respectivos representantes nos referidos órgãos.”* =====

=====
 ===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

=====
 ===== *A criação deste grupo de trabalho nasceu também de uma proposta apresentada pelo Grupo de Vereadores do Partido Socialista e foi aprovada pelo Executivo, ou seja, os Senhores Vereadores do Partido Socialista propuseram a criação deste grupo de trabalho para a área da Saúde, atendendo a um conjunto significativo de questões prementes e importantes na área da saúde, que importa acautelar e que importa trabalhar em conjunto, porque esta é seguramente daquelas matérias que em nenhuma circunstância nos divida, ou seja, as questões relacionadas com a saúde unem-nos a todos. Temos grandes projectos pela frente e, portanto, mesmo aquele projecto que é considerado mais ambicioso para todos nós na área da saúde recebeu hoje notícias muito, mas mesmo muito, muito positivas e, portanto, acho que se já este grupo de trabalho se justificava antes daquilo que hoje foi aqui anunciado, seguramente que a partir daquilo que hoje foi anunciado este grupo de trabalho se justifica ainda mais. Portanto, Senhor Presidente, a sugestão do grupo de trabalho era a criação deste grupo com dois Membros da Câmara Municipal e três da Assembleia Municipal e aqui a ideia era ter um de*

cada grupo parlamentar, quer da Assembleia Municipal, quer da Câmara Municipal. Muito obrigado, Senhor Presidente. =====

===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição dos Senhores Drs. Helena Santos e António Rosa. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Senhora Dra. Helena Santos, do PS. =====

===== Senhor Presidente, meus senhores, já os cumprimentei, portanto, passo já directamente ao assunto. É evidente que esta matéria é uma matéria que é importante para todos e que a mim me importa particularmente, até porque estou na área da saúde, é um projecto que aprovamos com certeza com muito agrado no Grupo do Partido Socialista. Penso que é uma área que a toda a gente é sensível e que interessa a todos. Eu poderia falar de muitas coisas acerca deste assunto sobre a saúde, mas vou abreviar até pelo adiantar da hora e sobretudo alertar para a questão de que esta reforma da saúde é uma reforma profundíssima e muito complexa. Esta complexidade naturalmente que tem traduzido questões políticas, questões de formação dos serviços, questões pessoais, tem trazido com certeza também um enorme stress profissional a todos os intervenientes que estão na saúde, técnicos de saúde, médicos, enfermeiros, etc.. No entanto, é uma reforma que para mim pessoalmente e com certeza para muitos outros, eu tenho abraçado com agrado porque acredito que vai com certeza traduzir-se num maior conhecimento dos profissionais e sobretudo, e isso me importa ainda mais, num real ganho da saúde para as populações e nesse reconhecimento, porque isto às vezes acontece e não se reconhece. Agora, aquilo que eu queria frisar era sobretudo a questão de que me têm chegado muitas perguntas de diversos sectores, de pessoas ligadas quer ao público em geral e até a pessoas que estão em instituições e até em algumas instituições políticas, sobre efectivamente o que é que consiste esta reforma e o que é que vai acontecer aos serviços, aos chefes de saúde, etc. Eu tenho constatado que há realmente muito pouca informação nesta matéria. Penso que era muito importante que essa informação fosse maior, mais esclarecida. A nível de Oliveira de Azeméis fala-se muito em USF, que são concertiza importantes, o Senhor Presidente no seu discurso de tomada de posse também frisou a importância das USF e a dedicação que queria pôr à Reforma da Saúde, mas as USF não surgem todas ao mesmo tempo como podem compreender, vão sendo faseadas, esperemos que elas vão aparecendo, mas enquanto não aparecem USF também aparecem Unidades de Cuidado de Saúde Personalizados que trabalham numa perspectiva idêntica às da USF. Portanto, não me vou aqui prolongar a explicar qual é a diferença entre uma Unidade de Saúde Familiar e eu estou-me a frisar sobretudo às Cuidados de Saúde Personalizados, embora naturalmente as Unidades Locais de Saúde e os Hospitais na certa também sejam muito importantes. Mas é evidente que esse processo é um processo que é parecido, só varia em termos de contratualização e de iniciativa e

essa informação como eu dizia é muito importante e penso que esta comissão tem este valor também que é acompanhar o processo, poder informar e poder esclarecer. Acerca dos esclarecimentos penso que era importante que as pessoas, não sei se o têm feito consultassem sites fáceis de consultar e que tem a ver com a missão para os cuidados de saúde primários, tem a ver com o Plano Nacional de Saúde e que tem a ver com, se quiserem ver, notícias onde aparecem mais informações e até com algumas das dinâmicas que tem ocorrido a nível nacional, porque posso-vos dizer que isto tem criado algum mau estar a todos os níveis, em todos os locais, precisamente pela complexidade e também pela pressão que surgiu nos últimos meses sobre esta reforma. No jornal, por exemplo, “Médico de Família” que também encontram facilmente nos sites da internet, vão encontrar opiniões diversificadas acerca disso. De qualquer forma, o Senhor Presidente já falou duas ou três vezes hoje sobre notícias muito importantes, portanto, criou aí uma expectativa que se calhar era pertinente que a explicasse, uma vez que nós não tivemos a oportunidade de estar na apresentação da Unidade, e devo-lhe dizer que até gostaria de lá ter estado e não estive porque tinha este compromisso aqui, afinal hoje um atraso e eu se calhar podia ter assistido ao discurso do Presidente da ARS. Pronto, mas é um projecto que é importante para todos, quer cidadãos, profissionais, políticos e, portanto, a nossa aprovação vai ser nesse sentido. Muito obrigada. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. António Rosa, do PSD. =====

===== Eu queria, naturalmente, subscrever a bondade desta proposta apresentada pela Câmara Municipal, por proposta dos Vereadores do Partido Socialista. Essencialmente nesta matéria, que é de facto uma matéria de grande importância para todos os Oliveirenses e não apenas para os Oliveirenses mas na defesa dos interesses de Oliveira de Azeméis, esta forma será seguramente uma fórmula importante a adoptar. Gostávamos apenas de fazer uma proposta de ligeira alteração, que cremos nós enriquecerá o trabalho desta comissão: era que para além dos cinco elementos que é proposto compor esta comissão, este grupo de trabalho, fossem integrados também os Senhores Presidentes dos dois Órgãos da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, obviamente pela sua sensibilidade para a matéria, mas também e sobretudo, sem desprimor para os restantes elementos, pelo peso político que podem conferir ao trabalho e à missão a desenvolver por esta comissão. Portanto, era esta a proposta que fazíamos e que submetíamos à apreciação da Assembleia Municipal. =====

===== A proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD foi aceite pela Mesa.

===== O Grupo Parlamentar do PSD apresentou a seguinte proposta: “Proposta alternativa apresentada pela Bancada do PSD: Subscrive a proposta apresentada a esta

Assembleia Municipal, propondo que aos cinco elementos a designar se juntem os Presidentes dos dois Órgãos: Câmara e Assembleia Municipal.” =====

===== *Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dito:* =====

===== *No fundo prende-se com uma proposta que os Vereadores do Partido Socialista apresentaram na Câmara acrescida do Presidente da Câmara Municipal e do Presidente da Assembleia Municipal.* =====

===== *Colocada à votação a proposta apresentada, foi a mesma aprovada por unanimidade.* =====

===== *Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar mais esclarecimentos à Assembleia Municipal.* =====

===== *Senhor Presidente, não quero que fique nada no ar, mas há um cuidado que eu sempre tenho, que estes anos que tenho de causa pública me ensinaram. Nós nunca devemos anunciar nada em nome de outras pessoas e, portanto, a única coisa que eu aqui quero dizer, para que não se suscite qualquer dúvida nem qualquer curiosidade, é que o Senhor Presidente Dr. Fernando Araújo, recém-nomeado Presidente da Administração Regional de Saúde do Norte na Unidade de Saúde Familiar do Nordeste, na intervenção que eu tinha feito tinha falado naquele nosso desafio relativamente à construção do novo Hospital, de uma nova Unidade de Saúde, do Entre Douro e Vouga. Querem que fiquem que foi ele que disse, foi claro e inequívoco na escolha de Oliveira de Azeméis para a implementação desse novo Hospital, ou seja, com base no estudo técnico que tinha sido feito, que se salientou também a imediata disponibilidade da Câmara Municipal e de outras entidades na disponibilização de terrenos e cooperação nessa matéria. Portanto, reconheceu o trabalho de Oliveira de Azeméis, que tinha feito o trabalho de casa e ele próprio apontava para um estudo muito sério que a ARS tinha feito e que apontava claramente para a localização no concelho de Oliveira de Azeméis. Não aponta para nenhum local em particular, mas foi muito claro e muito inequívoco e por isso eu acho que é um motivo de muita de satisfação para todos nós, evidentemente. Disse em público, mas atenção, eu faço sempre esta ressalva, reparem que eu quero só chamar a atenção, voltando a A32, Senhor Presidente se me permite, e aproveitando este momento para dizer o seguinte: eu tenho aqui uma notícia da Direcção das Estradas de Portugal a desmentir categoricamente o Senhor Presidente da Câmara de Albergaria-a-Velha relativamente a esta matéria e isso nunca ninguém me fez, nem quero que faça. Portanto, eu com a devida reserva e por isso só o fiz pela insistência da Dra. Helena Santos, não ia falar nesta matéria, mas pronto só para dar nota que foi feito em público, foi numa cerimónia pública, não foi em privado, mas evidentemente que*

ainda é preciso ter em linha de conta que ainda temos todos muito trabalho a fazer nesta matéria. Atenção, porque é uma intenção, é uma intenção que nos apraz registar, mas agora, meus caros, não podemos estar todos com as mãos nos bolsos contentes que o Senhor disse isso. Não, agora acho que ainda temos todos mais responsabilidade e mais trabalho e por isso se calhar ainda é mais pertinente, por todas as razões que a Senhora Dra. apontou, acho que ainda é mais pertinente este grupo de trabalho. Portanto, espero ter satisfeito a sua curiosidade, sem ter revelado nenhum segredo. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dezasseis à votação, tendo sido deliberado por unanimidade criar o Grupo de Trabalho para a Área da Saúde, devendo ser acrescentada à proposta apresentada mais dois elementos que serão o Senhor Presidente da Câmara e o Senhor Presidente da Assembleia Municipal. =====

*===== **Ponto dezassete:** Designação de três Membros da Assembleia Municipal para integrar a Comissão de Toponímia. =====*

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “O Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia do Município de Oliveira de Azeméis, publicado no DR II série, n.º 246 de 23 de Outubro de 2003, nos seus artigos 5º e 6º cria e define, respectivamente, a Comissão de Toponímia. Esta é composta pelo Vereador responsável pela Toponímia, o representante da Junta de Freguesia pertinente e por três representantes a designar pela Assembleia Municipal. Assim, e pela presente solicitamos o encaminhamento deste assunto à próxima Assembleia Municipal para que esta proceda à respectiva designação.”

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse: =====

===== Sobre este assunto, eu penso que cada Grupo Parlamentar deve indicar um Membro, para integrar a Comissão de Toponímia e trabalhar nesse sentido. =====

===== Foram designados para integrar a Comissão de Toponímia os seguintes Membros da Assembleia: Prof. Isabel Vilhena (PSD); Ricardo Bastos (PS) e Dr. João Osório (CDS/PP).

*===== **Ponto dezoito:** Nomeação de representante da Assembleia Municipal no Conselho Municipal de Educação. =====*

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== *Senhor Presidente, no ponto dezoito a Assembleia Municipal é que tem que eleger um representante.* =====

===== *A Bancada do CDS/PP propôs a nomeação do Senhor Dr. João Osório (Lista A); a Bancada do PSD a nomeação do Senhor Miguel Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Palmaz (Lista B) e a Bancada do PS a nomeação do Senhor Dr. Manuel José Soares (Lista C).*

===== *Colocadas à votação por escrutínio secreto as listas apresentadas, o resultado foi o seguinte: Lista A- dois votos; Lista B- vinte e seis votos; Lista C- catorze votos. Deste modo, foi nomeado o Senhor Miguel Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Palmaz, como representante da Assembleia Municipal no Conselho Municipal de Educação.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar mais esclarecimentos relativamente à questão da A32.* =====

===== *Senhor Presidente, fruto do trabalho que foi aqui também desenvolvido pelo Senhor Vereador Joaquim Jorge, pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Pinheiro e pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Palmaz, julgo que estamos em condições de eu passar a ler o texto consensualizado, que julgo que traduz o espírito daquela que foi a discussão aqui feita na Assembleia Municipal. Se o Senhor Presidente me autorizasse, eu passava a ler e depois teríamos que o redigir, mas estando lido, gravado e aprovado é isso que conta. “Considerando: - a importância das novas acessibilidades já projectadas e que implicam com o território do concelho de Oliveira de Azeméis em geral, e a importância da A32 em particular; - o traçado e os corredores já aprovadas para a A32 pela Ministério das Obras Públicas Transportes e Comunicações do X Governo Constitucional, baseado no estudo de impacto ambiental que optou pelo traçado aí definido; - que o Município de Oliveira de Azeméis já se pronunciou, nos órgãos próprios, pelo traçado que melhor servia os interesses do nosso município e que coincide com o aprovado pela tutela nos termos supra referidos; - que nenhum dos pressupostos que motivou a nossa opção se alterou, propomos: 1) Que a Assembleia Municipal mantenha e reafirme as deliberações anteriores a este propósito; 2) Que a Assembleia Municipal se oponha, em absoluto, à suspensão da dita obra porque lesiva dos interesses do nosso município; 3) Que, desta moção aprovada em sessão de Assembleia Municipal, seja dado conhecimento, em simultâneo, ao Ministério das Obras Públicas Transportes e Comunicações, ao Ministério de Ambiente, a todos os grupos parlamentares da Assembleia da República e bem assim aos Presidentes das Comissões Parlamentares das Obras Públicas e Poder Local”, não está aqui mas permitam-me acrescentar “ e às Estradas de Portugal”, porque julgo que é importante. Julgo que este texto reafirma os nossos compromissos do passado, coloca-nos numa posição frontal e objectiva relativamente à suspensão, que somos*

completamente contra a suspensão da obra e, portanto, estamos a dizer tudo com essa situação e julgo que de alguma forma corresponde quer à exposição do Senhor Armindo, quer à posição dos Senhores Vereadores do Partido Socialista, quer à posição do Executivo e da Assembleia Municipal. Quando nós dizemos que não há nenhuma razão objectiva para mudarmos de posição estamos a referir isso. Senhor Armindo, se eu puder do ponto de vista do português construir alguma coisa que meta cá o 5A, ou então podemos fazer outra coisa: juntar a deliberação anterior e a deliberação anterior fala na 5A. E paralelamente, como disse, já tínhamos pedido audiência, neste caso não pedimos ao Ministério, pedimos ao Secretário de Estado do Ambiente e das Obras Públicas e também ao Presidente das Estradas de Portugal. =

===== Colocada à votação a moção apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara Dr. Hermínio Loureiro, foi a mesma aprovada por unanimidade. =====

=== PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 21º DO REGIMENTO) ===

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição dos Senhores Eng.º Joaquim Jorge Ferreira e Altino Tavares. =====

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Eng.º Joaquim Jorge Ferreira, residente na freguesia de Cucujães, concelho de Oliveira de Azeméis. =====

===== As minhas saudações a todos os presentes. Senhor Presidente, eu dirijo-me aqui para fazer uma recomendação a V. Exa. sobre a condução dos trabalhos, recomendação que estendo também ao Senhor Presidente da Câmara. Este é um local privilegiado de discussão pública, os assuntos que relevam para a vida da comunidade Oliveirense, é um local privilegiado para nós discutirmos as nossas diferenças, mas também para encontramos pontos objectivos de concórdia, mas é o local onde a discussão não interessa unicamente aos Membros da Assembleia, interessa à generalidade dos Municípios Oliveirenses. E, portanto, nós temos também o dever de discutir e simultaneamente o dever de munir com toda a informação que estiver ao nosso alcance o Público para que este possa perceber aquilo que estamos a discutir e perceber formular ou formar opiniões acerca daquilo que está a ser discutido. E hoje, e isso também se passou na Assembleia anterior, nós temos aqui um conjunto de pontos onde o Senhor Presidente da Câmara subentendeu que o Público tinha a informação necessária e suficiente para poder perceber aquilo que estava a ser discutido, nomeadamente quando diz que, nos mais variados pontos, “a informação que aqui está é suficientemente clara e, portanto, não vou dar nenhuma explicação adicional”. Ora bem, eu julgo que é importante dar sempre uma explicação, embora sintética obviamente, mas uma explicação objectiva daquilo que está em

análise, para que as pessoas que aqui estão, o Público, percebam, porque não tem acesso a esta informação, muitas vezes não tem disponível esta informação, perceba aquilo que está a ser apreciado, perceba aquilo que está a ser discutido. E a informação que nós demos aqui hoje ao Público e que demos também na última Assembleia Municipal é manifestamente insuficiente para que o Público fique habilitado a perceber aquilo que se está aqui a discutir. É só uma mera recomendação que julgo que deve ser corrigida em futuras Assembleias. Muito obrigado e um bom ano naturalmente para todos. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse: =====

===== Senhor Vereador, tomei nota e estou perfeitamente de acordo consigo. =====

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Altino Tavares, residente nesta cidade, que disse: =====

===== Boa noite. Mais uma vez venho alertar V. Exas. de que a UAC, a Associação de Unidade de Acompanhamento e Coordenação do Centro Urbano de Oliveira de Azeméis, apenas se preocupa nesta quadra natalícia com o Largo do Gemini, mais concretamente com a pista do gelo, que é uma fonte de receita para esta associação sem fins lucrativos. Quanto a eventos nas ruas ditas pedonais, Bento Carqueja e António Alegria, nesta quadra natalícia, nada foi feito. Estamos de tal forma discriminados e isolados do Centro Urbano, que até o Comboio de Natal não passou regularmente nestas ruas e que deveria passar de 05 de Dezembro a 05 de Janeiro, das 10 horas até às 17 horas, conforme consta no programa. Senhor Presidente da Câmara, Senhor Hermínio Loureiro, existindo a falha da UAC de não querer ver o que é que se passa nas ruas pedonais, nem ouvir os comerciantes, temos dois caminhos a seguir: o primeiro, é demitir quem não vê ou quem não quer ver; o segundo, é reunir os comerciantes das ruas pedonais e dizer-lhes que a Câmara Municipal, a Associação Comercial e a UAC estão a asfixiar os comerciantes. Senhor Presidente da Câmara, pedimos ajuda e apoio para que esta situação seja alterada positivamente. A regeneração urbana vai desde a Praça da Cidade, conhecida como Largo do Gemini, e através das Ruas António Alegria e Bento Carqueja. Uma pedonal não é um arruamento do tipo calçada, uma pedonal é um arruamento onde as pessoas podem andar em segurança e se sintam bem, com ambiente e qualidade de vida. Não vou pormenorizar exhaustivamente as alterações ao trânsito que V. Exas. fizeram nestas ruas e foram muitas, desde o momento que concluíram estas duas ruas ditas pedonais. Vou levantar uma questão e mostrar a V. Exas. que tudo é possível fazer, tudo é possível alterar pelo departamento de trânsito desta cidade, porque quero, mando e posso. Porque é que abriram a pedonal ao trânsito em frente à Igreja Matriz, no sentido sul/norte? É a questão a que agradeço resposta, Senhor Presidente desta Assembleia. Outra questão: o departamento de trânsito esqueceu-se, nunca viu, não tem conhecimento que ao longo destes anos a ligação da pedonal, Rua Bento Carqueja e a Rua

António Alegria, não existe nenhuma passadeira para peões que as liguem? O sinal colocado no início da Rua do Emigrante não tem razão de existir, o sinal aí colocado de travessia de peões dentro de localidades estão colocados a uma distância máxima de vinte e cinco metros do local a que se referem. Em resumo, existindo discriminação, não existe diálogo, não existe boa vontade, não nos permitem termos a nossa opinião. Os comerciantes têm voz, sabem o que querem, têm informação, são comerciantes que investem o seu dinheiro, não vivem à sombra das associações, existindo um poder político de fraca qualidade não há justiça. Por favor, vejam as zonas pedonais de S. João da Madeira. Partilhem, olhem o que é feito nos concelhos limítrofes. Desejo a todos os Oliveirenses que o ano 2010 seja um ano de mudança, de paz e de bem-estar para todos. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse: =====

===== Muito obrigado, Senhor Altino, vamos tomar nota e depois ser-lhe-á dada explicação. =====

===== Antes de terminar o Senhor Presidente da Mesa propôs a aprovação por minuta da acta relativa à presente Sessão, sendo a mesma aprovada por unanimidade. =====

===== Para terminar a Sessão o Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse: =====

===== Eu queria desejar a todos um bom ano. É muito, muito mais aquilo que nos une do que aquilo que nos divide e eu penso que vai ser um ano com dificuldades, mas será um ano que todos juntos de mãos dadas iremos todos contribuir para que Oliveira de Azeméis chegue ao patamar de qualidade que nós ansiamos e perseguimos há muitos anos. Para todos muita saúde, um bom 2010. =====

===== E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a Sessão, eram 21h e 30m, da qual para constar se lavrou a presente acta, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos elementos constituintes da Mesa. =====